

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
GEOGRAFIA

Flora Antonia Soares Ribeiro

Mapa da Desigualdade da Grande Vitória: Abordagem Cartográfica da
Segregação Socioespacial

Linha de pesquisa: Espaço, Cultura e Linguagens

VITÓRIA
2024

FLORA ANTONIA SOARES RIBEIRO

Mapa da Desigualdade da Grande Vitória: Abordagem Cartográfica da
Segregação Socioespacial

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Espírito Santo como exigência para obtenção do título de Mestra em Geografia. Área de concentração: Espaço, Cultura e Linguagem. Orientador: Prof. Dr. Rafael de Castro Catão.

Vitória
2024

Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBI/UFES e elaborada pelo autor

R484 m Ribeiro, Flora Antonia Soares, 1996-
Mapa da Desigualdade da Grande Vitória : Abordagem Cartográfica da Segregação Socioespacial / Flora Antonia Soares Ribeiro. - 2024.
121 p.

Orientador: Rafael de Castro Catão.
Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. Segregação Socioespacial. 2. Mapeamento das Desigualdades. 3. Geografia Urbana. 4. Região Metropolitana da Grande Vitória. I. Catão, Rafael de Castro. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Humanas e Naturais. III. Título.


CDU: 91



Programa de Pós-Graduação em Geografia
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DO CURSO DE Mestrado em Geografia do Programa de Pós-Graduação em Geografia do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo – ATA Nº 213 – 28/11/2024


Aos vinte e oito dias do mês de novembro de dois mil e vinte e quatro, às quatorze horas, em sessão pública, realizada presencialmente no Laboratório de Cartografia - IC2 - CCHN, reuniu-se a Comissão Examinadora de Defesa de Dissertação de Mestrado, do Programa de Pós-Graduação em Geografia, composta pelos seguintes membros: o Prof. Dr. Rafael de Castro Catão – UFES (Orientador e Presidente da Sessão), a Profa. Dra. Manuela Vieira Blanc – UFES (Examinadora Interna) e o Profa. Dra. Mônica de Avelar Figueiredo Mafra Magalhães – ENSP (Examinadora Externa), para a apresentação da defesa da dissertação da discente **Flora Antonia Soares Ribeiro**, intitulado "**Mapa da Desigualdade da Grande Vitória: Abordagem Cartográfica da Segregação Socioespacial**". Finalizada a apresentação, o Presidente passou a palavra aos examinadores, que procederam à arguição da candidata. Ao final, a Comissão, em sessão reservada, deliberou pela **APROVAÇÃO** da referida dissertação nos termos do Regimento Interno do Programa de Pós-Graduação em Geografia e alertou que a aprovada somente terá direito ao título de Mestre após entrega da versão final de sua dissertação, em meio digital, à Secretaria do Programa. Encerrada a sessão, eu, Prof. Dr. Rafael de Castro Catão, presidente da Comissão Examinadora, lavrei a presente ata que vai assinada por mim e pelos demais componentes da Comissão.


Documento assinado digitalmente
 **RAFAEL DE CASTRO CATÃO**
Data: 10/12/2024 19:15:19-0300
verifique em <https://validar.it.gov.br>

Prof. Dr. Rafael de Castro Catão (UFES)
Orientador e Presidente da Sessão

Profa. Dra. Manuela Vieira Blanc (UFES)
Examinadora Interna

Profa. Dra. Mônica de Avelar Figueiredo Mafra Magalhães (ENSP)
Examinadora Externa

Documento assinado digitalmente
 **MANUELA VIEIRA BLANC**
Data: 10/12/2024 15:29:00-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Documento assinado digitalmente
 **MONICA DE AVELAR FIGUEIREDO MAFRA MAGALHÃES**
Data: 09/12/2024 15:56:25-0300
verifique em <https://validar.it.gov.br>

Dedico a minha mãe, Professora Neuza.

AGRADECIMENTOS

Gil poderia até ter falado “agradeço por ter pra onde voltar”, mas ele preferiu dizer *“eu sou tão inseguro porque o muro é muito alto e pra dar o salto me amarro na torre no alto da montanha. Amarradão na torre dá pra ir pro mundo inteiro e onde quer que eu vá no mundo, vejo a minha torre. É só balançar que a corda me leva de volta”*.

E agradecer é sempre um ato de celebração. Celebrar a partilha, o andar junto, o olhar carinhoso para a vida e as paisagens possíveis que, com ela, se apresentam cotidianamente. Paisagens essas que me lembram tantos rostos, tantos cheiros e tanto carinho, tantas torres que me levam de volta. Se hoje, essas palavras estão sendo escritas é por que tenho muito a agradecer.

Agradeço ao Axé, a força vital que me faz permanecer. A Exu que abre meus caminhos. À Maria Padilha e a todas as moças que sempre me mostram por onde pisar. À minha mãe Oxum que ampara minhas lágrimas e as transformam em coragem. À Iemanjá que me ensina tanto sobre determinação e lealdade. A roça de santo que, na reta final, me levantou e me lembrou que o caminho só se faz caminhando. Meu Pai de Santo David de Agè, a benção! Meus irmãos, a benção!

Agradeço a minha mãe, Neuza. Pela vida, pelo milagre da existência. Por celebrar minha concepção, minha chegada, meus passos e meus tropeços. Por ser brisa, por ser furacão. Por me ensinar cotidianamente o que é ser mulher. Por ser a minha maior admiração. Por ser quem é.

Agradeço ao meu orientador, Rafael, acima de tudo, pela amizade. Pelas conversas sem rumo em todos esses anos de parceria. Por me ensinar que é na ausência de uma única finalidade que a criatividade aflora. Por me mostrar que as perguntas, muitas vezes, levam a lugares que respostas jamais nos levarão.

Agradeço ao meu pai, Fabrício, por toda a complexidade. Por me estimular a todo instante a ser tudo e nada. Por me encher de alegria e preguiça por ler tantas notícias. Agradeço a Nara, minha madrasta, pelas conversas longas e acolhedoras,

encorajadoras e recheadas de comidinhas afetuosas.

Agradeço às minhas amigas-irmãs! A amizade entre mulheres é salvadora e revolucionária. E quero agradecê-las e exaltá-las uma a uma: Deborah, a mulher que me ensina sobre criatividade e resiliência. Ítala, a mulher mais genial e dedicada que já conheci. Evelyn, a mulher que é dona de uma coragem e de uma consciência existencial extraordinárias. Valéria, a mulher que me ensina que é no silêncio que a sabedoria transborda. Diandra, a mulher que é a representação humana da ternura e da liberdade. Paulyene, a mulher que me mostra a todo segundo que a vida é uma dança boa de se dançar. Eu amo vocês, irmãs!

Agradeço ao Rafael Rafaraley. Meu grande amigo nesse caminho da pós graduação. Meu refúgio e lugar de acolhimento, diversão e alegria. Agradeço aos meus amores do mestrado, que me mostraram que até no desconforto, a gente pode ter paz. Júlio e Roberta, vocês são meus professores de vida.

Agradeço a Alice, Jeane, Letícia, Laíz, Isa Zatta e Amanda, amigas que as andanças da vida me trouxeram e que nunca mais saíram. Eu amo vocês! Obrigada por vibrarem pelas minhas conquistas, por estarem sempre aqui e por me ensinarem tanto.

Agradeço às minhas amigas da UFV, que desde 2018 me escutam falar sobre o desejo de fazer mestrado. Werônica, Luna, Carine e Fernanda. Vocês são minha família. Agradeço às minhas amigas da Ufla, que por tantas andanças, sempre me acolheram com amor! Sabrina e Sibely, obrigada por torcerem, mesmo que de longe.

Agradeço ao meu padrasto Fabinho, Vô Elita, Vô Zé Doce, Vô Sebastiana, Vô Caetano, Tia Viviani, Tia Andressa, Tio Sidney, Tia Márcia, Tio Afrânio, Tia Ivone, Tia Margarete, Tio Miro, Elielson, Marco Antônio, Vô Rosa, Dona Zezé, minha madrinha Lúcia, Tia Luciana, a família das minhas amigas que sempre me acolhem e todos que se fazem família, que existiram para que eu pudesse existir. Meu muito obrigada!

Agradeço ao meu povo do GT de Saúde da AGB Presidente Prudente! Carol,

Karol e Flávia! Feminismo produz saúde. E com vocês eu sou infinitamente mais potente. Obrigada por caminharem ao meu lado nessa jornada geográfica. Também agradeço ao Jota, Pedro e ao Gitonam, por compartilharem desespero, referências e indignações acadêmicas.

Agradeço aos meus eternos veteranos que se tornaram grandes amigos, diria que os melhores: Luiz Otávio e Lucas, nem a “epistemologia da fenomenologia” explica a admiração que tenho por vocês.

Agradeço ao Professor Ednelson, pela coordenação do Projeto Migra Família e pelos conselhos esclarecedores. Agradeço à Professora Manuela, por materializar tantas questões profundas e me mostrar a potência do meu ser em toda ocasião. Você transforma vidas. Agradeço aos meus alunos que renovam a minha juventude, apesar de acabarem com o meu colágeno.

À CAPES pela concessão de bolsa de estudos, subsídio fundamental para manutenção e conclusão desta pesquisa.

RESUMO

Este trabalho tem como proposta analisar a segregação socioespacial na Região Metropolitana da Grande Vitória a partir de uma abordagem cartográfica. Reconhecendo a desigualdade como um elemento estrutural das análises demográficas e urbanas brasileiras, o estudo reflete sobre como a classe, a raça, os diferentes arranjos familiares, fluxos migratórios intra-urbanos, modos de ocupação e a morfologia do sítio urbano produzem e intensificam a segregação socioespacial. Baseando-se em dados censitários de 2010 e em abordagens teóricas estruturalistas, a pesquisa investiga as relações entre perfis familiares, mobilidade residencial e as horizontalidades e verticalidades que compõem o cotidiano das cidades.

A dissertação está estruturada em três partes principais. A primeira, intitulada *Segregação Socioespacial: pobreza e desigualdade*, aborda as diferentes dimensões da pobreza, enfatizando suas manifestações sociais, geográficas e imateriais, e discute a necessidade de análises multifatoriais para além de reduções estatísticas. A segunda, *Segregação e Desigualdade Socioespacial da Grande Vitória*, explora o processo de urbanização da RMGV, destacando como a migração e a precariedade da estrutura econômica urbana levaram à formação de periferias e à concentração da pobreza em favelas. Por fim, a terceira parte, *Procedimentos Metodológicos: ou como cartografar a desigualdade?*, apresenta propostas metodológicas para o mapeamento das desigualdades, integrando abordagens como a análise de setores censitários e o uso de coremas para compreender fluxos e domínios urbanos.

Os resultados apontam que a desigualdade socioespacial na RMGV é um fenômeno multifacetado, moldado por fatores históricos e contemporâneos. A pesquisa destaca a importância de compreender a desigualdade como um processo espacial e relacional, intrinsecamente ligado às dinâmicas de inclusão e exclusão. Ao propor ferramentas para cartografar essas desigualdades e considerando suas diversas escalas e manifestações, o estudo oferece subsídios teóricos e metodológicos para a formulação de políticas públicas voltadas à promoção de uma

urbanização mais inclusiva e equitativa.

Palavras-chave: Segregação Socioespacial, Região Metropolitana de Vitória, Mapeamento das Desigualdades

ABSTRACT

This study aims to analyze socio-spatial segregation in the Greater Vitória Metropolitan Region (RMGV) through a cartographic approach. Recognizing inequality as a structural element in Brazilian demographic and urban analyses, the study reflects on how class, race, different family arrangements, intra-urban migration flows, modes of occupation, and the morphology of the urban site produce and intensify socio-spatial segregation. Based on 2010 census data and structuralist theoretical approaches, the research investigates the relationships between family profiles, residential mobility, and the horizontal and vertical dynamics that shape the daily life of cities.

The dissertation is structured into three main sections. The first, titled "Socio-Spatial Segregation: Poverty and Inequality," addresses the different dimensions of poverty, emphasizing its social, geographic, and immaterial manifestations, and discusses the need for multifactorial analyses beyond statistical reductions. The second, "Socio-Spatial Segregation and Inequality in the Greater Vitória Metropolitan Region," explores the urbanization process in the RMGV, highlighting how migration and the precariousness of the urban economic structure led to the formation of peripheral areas and the concentration of poverty in slums. Finally, the third section, "Methodological Procedures: How to Map Inequality?" presents methodological proposals for mapping inequalities, integrating approaches such as the analysis of census sectors and the use of coremias to understand urban flows and domains.

The results show that socio-spatial inequality in the RMGV is a multifaceted phenomenon, shaped by historical and contemporary factors. The research emphasizes the importance of understanding inequality as a spatial and relational process, intrinsically linked to dynamics of inclusion and exclusion. By proposing tools to map these inequalities and considering their various scales and manifestations, the study offers theoretical and methodological contributions for the formulation of public policies aimed at promoting more inclusive and equitable urbanization.

Keywords: Socio-spatial Segregation, Metropolitan Region of Vitória, Mapping Inequalities

SUMÁRIO

1.	Introdução	11
2.	Segregação Socioespacial: pobreza e desigualdade	15
2.1	Pobreza: reflexões possíveis	15
2.2	Desigualdade, exclusão e inclusão espacial: uma breve contextualização teórica	23
2.3	Segregação Socioespacial no contexto brasileiro	28
3.	Segregação e Desigualdade Socioespacial da Grande Vitória	34
3.1	A Urbanização da Grande Vitória	34
3.2	Sítio Urbano de Vitória	40
3.3	Horizontalidades e Verticalidades na RMGV	44
3.4	Migrações: a proposta do Migra Família	46
4.	Procedimentos Metodológicos: ou como cartografar a desigualdade?	48
4.1	Cartografia, Comunicação e Visualização	54
4.2	Coremática	57
4.4	Análise por Áreas de Ponderação	60
4.5	Análise por Setores Censitários	70
4.6	Análise das Variáveis a partir da Metodologia CEMESPP	75
4.7	Análise das Variáveis Integradas	89
5.	Considerações finais	92

Lista de Figuras

Figura 1 – Ponte Florentino Avidos. Conhecida popularmente como Cinco Pontes. Foto adquirida de Rui de Oliveira. Vitória-ES. p. 41

Figura 2 – Projeto de um novo arrabalde. Saneamento de Vitória, ES. Fonte: Francisco R. Saturnino de Brito (1943, v. V, est. II, p. 58). p. 42

Figura 3 – O cubo de uso do mapa (MacEachren, 1994). p. 64

Figura 4 – Coremas propostos por Brunet. Fonte: Adaptado e traduzido de Brunet (2001), por Girardi (2008). p. 63

Figura 5 – Modelo da França Hexagonal. Fonte: Thery, 2024. p. 62

Figura 6 – Modelo do território Brasileiro. Fonte: Thery, 2006. p. 65

Lista de Quadros

Quadro 1 – IBGE, 2018, p. 29. p. 66

Lista de Tabelas

Tabela 1 – Indicadores propostos e as composições a partir das variáveis censitárias. p. 88

Lista de Mapas

Mapa 1 – Região Metropolitana da Grande Vitória. Fonte: IJSN (2013) e Embrapa (2016). p. 45

Mapa 2 – Áreas Aterradas. p. 47

Mapa 3 – Detalhe do Map of London Labour and Poverty, Booth, 1899. p. 53

Mapa 4 – Área de Ponderação e Tipologia Intra-Urbana do IBGE, 2018. p. 67

Mapa 5 – Área de Ponderação, Tipologia Intra-Urbana do IBGE e Corema de distância em quilômetros do Central Business District. p. 69

Mapa 6 – Tipologia Intra-Urbana do IBGE e Corema de distância em quilômetros do Central Business District. Fonte: Censo 2010. p. 70

Mapa 7 – Corema Central Business District. Fonte: Censo 2010. p. 71

Mapa 8 – Tipologia Intra-Urbana do IBGE e Corema de Eixos de Circulação. p. 73

Mapa 9 – Tipologia Intra-Urbana do IBGE e Corema de Elementos do Sítio/Área Urbana. p. 75

Mapa 10 – Tipologia Intra-Urbana do IBGE e Corema de Elementos do Sítio. p. 76

Mapa 11 – Tipologia Intra-Urbana do IBGE e Corema de Elementos do Sítio/Área Urbana. Fonte: Censo 2010. p. 77

Mapa 12 – Tipologia Intra-Urbana do IBGE e Corema de Favelas e Comunidades (Aglomerados Subnormais). p. 79

Mapa 13 – Situação de Setor Censitário. p. 81

Mapa 14 – Análise dos Setores Censitários com e sem dasimetria. p. 82

Mapa 15 – Densidade Demográfica. Fonte: Censo 2010. p. 83

Mapa 16 – Ortofoto na falsa cor: Setores Censitários com e sem dasimetria. p. 84

Mapa 17 – Comparação entre Área de Ponderação e Setor Censitário. p. 85

Mapa 18 – População negra (pretos e pardos) por Setor Censitário. p. 89

Mapa 19 – Analfabetos de 10 a 14 anos por Setor Censitário. p. 91

Mapa 20 – Chefe de família de baixa escolaridade por Setor Censitário. p. 92

Mapa 21 – Domicílios sem banheiro por Setor Censitário. p. 93

Mapa 22 – Domicílios com até 4 banheiros por Setor Censitário. p. 95

Mapa 23 – Domicílios ligados à rede de coleta de esgoto por Setor Censitário. p. 97

Mapa 24 – Chefe de família sem rendimento por Setor Censitário. Fonte: Censo 2010. Elaboração: Rafael de Castro Catão e Flora Antonia Soares Ribeiro. p. 98

Mapa 25 – Chefe de família com rendimento mensal até 2 salários mínimos por Setor Censitário. Fonte: Censo 2010. p. 99

Mapa 26 – Chefe de família com rendimento mensal de 20 salários mínimos ou mais. p. 101

Mapa 27 – Condições de Vida na Região Metropolitana da Grande Vitória. Fonte: Censo 2010. p. 103

Mapa 28 – Heterogeneidades Intra-Urbanas na Região Metropolitana da Grande Vitória. Fonte: Censo 2010. p. 104

1. Introdução

A desigualdade é uma camada historicamente presente nas análises demográficas, urbanas e econômicas brasileiras. Para pensar o Brasil, é também preciso pensar as rugosidades do espaço (Santos, 2006) marcadas por conjuntos de inclusão-exclusão de grupos diversos populacionais, objetos e ações. Grupos estes que produzem e reproduzem perfis socioeconômicos, demográficos, culturais e de saúde, que podem ser analisados a partir das relações que são constituídas e constituidoras no/do espaço. A partir dessa demarcação, podemos refletir sobre os diferentes territórios que se sobrepõem e compõem numerosas narrativas e configurações de vida, onde perfis familiares também constituem e são constituídos a modos de vidas e contextos distintos.

A partir da reflexão sobre aspectos gerais da pobreza urbana e da inclusão-exclusão nas grandes cidades, com a ascensão nas pautas corriqueiras sobre o aumento da desigualdade global durante a pandemia do novo coronavírus, começamos a questionar as possíveis espacialidades da desigualdade na escala intra-urbana na Região Metropolitana da Grande Vitória. Entendendo que a cidade de Vitória, materializada pelas relações cotidianas solidárias de produção e fluxo pendular, a partir dos seus circuitos superiores e inferiores, extrapola os limites políticos-institucionais e é compreendido aqui como uma entidade urbana, ou a escala do espaço urbano na definição de Smith (1985).

A pesquisadora e professora brasileira Elisabet Dória Bilac (2014), em sua definição, considera a família como um "grupo social primário formado por pessoas unidas por laços consanguíneos, afetivos e jurídicos, que se reconhecem mutuamente como membros de uma unidade doméstica, responsável pela socialização de seus membros, pela transmissão de valores culturais e pela provisão de cuidados e apoio mútuo". Essa definição abrange tanto os aspectos emocionais e afetivos quanto os legais e estruturais que caracterizam a instituição familiar.

A hipótese é que podemos mapear as desigualdades sociais e relacioná-las em escalas distintas e tipologias familiares, criando um quadro de análise. Afinal, as reproduções das diferentes lógicas de trabalho e geração de renda, no contexto dos diferentes arranjos e perfis familiares, como discutido por Bilac (2014) “*a diversidade dos arranjos domiciliares, cujas causas se devem tanto a mudanças demográficas quanto a mudanças sociais propriamente ditas*”, demarcam também a própria forma de ocupação e da lógica de circulação urbana, acesso e permanência a cidade. O trabalho possui como objetivo geral analisar a desigualdade socioespacial intra-urbana na Região Metropolitana da Grande Vitória por meio de dados censitários de 2010.

Na primeira parte da dissertação, intitulada *Segregação Socioespacial: pobreza e desigualdade*, reconhecendo a necessidade de abordagens teóricas sólidas e rigorosas para compreender esses fenômenos multifacetados, destaca-se, ao longo do texto, a relevância de abordar teoricamente questões tão centrais e presentes na sociedade contemporânea, permeadas de percepções morais, éticas, ideológicas, religiosas e culturais, que perpassam o entendimento da própria pobreza e como está intrinsecamente ligada às desigualdades.

Para isto, o texto traz duas perspectivas iniciais de pobreza, uma enfatizando as desigualdades da/na sociedade capitalista e outra sobre a privação de escolhas e acessos fundamentais em uma experiência humana salutar. No desenvolvimento, o capítulo aborda a complexidade da pobreza e desigualdade, reconhecendo que esses fenômenos têm várias dimensões e são moldados por fatores teóricos e metodológicos específicos. Porém, é central que, para além das questões teóricas, a pobreza e a exclusão social são problemas que afetam o âmago da condição humana e da sociedade na totalidade.

A revisão teórica da pesquisa, neste primeiro momento, analisa a pobreza em suas dimensões sociais e geográficas, identificando-a como um problema político que gera desigualdades socioespaciais, discute a necessidade de abordar essas dimensões complexas com uma compreensão multifatorial e polissêmica para além de uma redução estatística. Para isso é elaborada uma discussão sobre as formas de medir a pobreza, incluindo as linhas de pobreza estipuladas pelo Banco Mundial,

e a importância de não se restringir a uma abordagem puramente economicista. Logo, faz-se primordial não analisar apenas a face material da pobreza, mas também a sua face imaterial, considerando aspectos subjetivos e outros fatores que são igualmente determinantes na caracterização da pobreza em pequena, média e grande escala.

O texto explora a complexidade das questões relacionadas à proposta de mapeamento das desigualdades, com foco na escala do espaço urbano da Grande Vitória. Para tal, inicia-se uma discussão teórica e metodológica a respeito dos conceitos e termos centrais que rumam este estudo. A partir da análise sobre a pobreza e sua enredada conceituação, multifatorial e multiescalar, e suas tipologias causais, passamos a pensar dois conceitos fundamentais para a elaboração dessa cartografia aqui proposta, estes são a desigualdade, compreendendo-a como um fenômeno espacial e a exclusão e inclusão socioespacial, tecendo uma crítica a própria ideia de exclusão.

Na segunda parte desta dissertação, intitulada *Segregação e Desigualdade Socioespacial da Grande Vitória*, propomos uma análise a partir da compreensão do processo de urbanização de Vitória e de sua região metropolitana, bem como do próprio sítio. A ocupação e urbanização do território brasileiro refletem um histórico de exploração econômica e degradação ambiental. Desde o período colonial, a extração predatória de recursos, como o pau-brasil, a mineração e a cafeicultura, moldaram o desenvolvimento econômico e social, promovendo desigualdades e impactos ambientais. Este cenário rebate na produção espacial de Vitória, compreendendo a capital como um centro econômico emergente, especialmente após a introdução da cafeicultura no século XIX e a construção do Porto de Vitória no início do século XX. Esses processos fomentaram a expansão urbana, marcada por transformações significativas, como aterros e obras de infraestrutura. Contudo, a consolidação da cidade também evidenciou desigualdades sociais, com a ocupação irregular de áreas de risco e a formação de periferias. O crescimento desordenado e a ausência de políticas públicas eficazes consolidaram a fragmentação socioespacial, desafiando a gestão metropolitana e a integração territorial na Região Metropolitana da Grande Vitória.

No item 3.4 *Migrações: A proposta do Migra Família* fazemos um recorte teórico no que insere a pesquisa ao projeto “Dinâmica demográfica familiar e padrão migratório o Brasil: transformações desde os anos 1990”, financiado pela CAPES e pela Secretaria Nacional da Família, por meio do Edital 02/2021 “Família e Políticas Públicas no Brasil” e desenvolvido no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Espírito Santo. Há um esforço teórico de compreender a família e suas tipologias como elemento fundamental para a compreensão da segregação socioespacial e os movimentos migratórios essenciais para a expansão urbana. A migração é um fenômeno complexo influenciado por fatores econômicos, sociais e geográficos. A demanda por mão de obra nas cidades, destacada por Santos (2010), é um dos principais impulsionadores dos fluxos migratórios, refletindo desigualdades regionais e os efeitos do capitalismo, como analisado por Germani e Singer. Na Grande Vitória, especialmente a partir da década de 1970, a migração intensificou o processo de urbanização, mas também revelou limitações da estrutura econômica urbana para absorver a força de trabalho, levando à formação de periferias e favelas, onde a pobreza se concentrou (Mattos, 2008). Ademais, a mobilidade residencial, influenciada por aspectos como emprego, educação e acesso a serviços, reflete padrões de segregação e exclusão social, sendo fortemente marcada por questões de classe, raça e gênero (Billac, 2014; Aparicio & Farias, 2019). Esses elementos ressaltam o impacto das dinâmicas migratórias e habitacionais no contexto urbano contemporâneo.

Ao fim, na terceira parte deste trabalho, propomos discutir os *Procedimentos Metodológicos: ou como cartografar a desigualdade?* Inicialmente elabora-se uma breve revisão das experiências pretéritas de mapeamento das desigualdades a partir das perguntas essenciais: Onde? Como? Quando? Tendo como objetivo iniciar uma reflexão de como a geografia utiliza a cartografia para representar/apresentar um problema e o que é o mapa. Esta discussão ganha corpo ao discutir três propostas metodológicas distintas: a) a da análise das áreas de ponderação propostas pela Tipologia Urbana do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, b) a análise a nível do setor censitário e da utilização de dados universos desagregados do Censo 2010 a partir da metodologia proposta pelo Centro de Estudos e Mapeamento da Exclusão Social para Políticas Públicas, c) a proposta da utilização de coremas para

compreensão dos fluxos, polarizações e hierarquias urbanas, e, por fim, d) a análise integrada das variáveis.

2. Segregação Socioespacial: pobreza e desigualdade

2.1 Pobreza: reflexões possíveis

A pobreza é tão antiga quanto a humanidade (Schwartzman, 2004, p. 14), e ganha forte incidência ao longo da própria história da consolidação no modo de produção capitalista. Visto que a pobreza está inserida num complexo jogo de forças a favor dos detentores do capital (Martinucci, 2008, p. 31), entendo que a sua gênese não é de ordem individual, e sim estrutural. No período entre e pós-revoluções, em que os processos de urbanização e aglomeração no espaço urbano tornam-se elementos estruturantes, a diferenciação espacial é uma marca própria das cidades (Sposito, 2011, p. 124), inerente ao próprio desenvolvimento destas. Portanto, neste trabalho, compreendemos a cidade como uma forma de organização e estruturação do espaço urbano capitalista (Castells, 1978, apud Villaça, 1998, pg. 148).

A partir do momento em que a lógica do capitalista se consolidada nos espaços urbanos, o debate a partir de um reconhecimento da finitude dos recursos¹, do crescimento populacional e da divisão do trabalho, passaram a ser centrais, Thomas Malthus, por um exemplo, em uma tentativa de compreensão da pobreza, e das desigualdades socioespaciais, entendia que o crescimento populacional acelerado não seria acompanhado da distribuição de recursos. Malthus compreendia que a pobreza era um fenômeno de natureza individual e uma consequência/fatalidade natural entre a dinâmica populacional e o acesso a recursos, no qual a responsabilidade pela condição de vida se dava a partir da escolha da geração por uma numerosa prole. Para o autor, contextos estruturais, como a distribuição de alimentos, as condições sociais e econômicas que moldavam a produção e a distribuição de riquezas não eram ponderados. Logo, considerava-se que a

¹ Compreende-se aqui a discussão de finitude a partir das ideias de Thomas Malthus. Para mais, ver em *An Essay on the Principle of Population* de Thomas Robert Malthus.

problemática estava na própria escolha individual e nas condições naturais, e as soluções eram permeadas da moralidade cristã, como é vista de forma recorrente do debate a respeito da pobreza (Schwartzman, 2004, p. 13) e em um determinismo sob as condições que impunham restrições inevitáveis ao aumento da população. A própria compreensão da solução a partir da moralidade cristã, era uma tentativa de educação dos pobres, para que estes tivessem menos filhos e uma responsabilidade incisivamente subjetiva da sua própria realidade.

Ainda, Malthus propunha rejeitar essa fração da população, os pobres, tecendo uma crítica à caridade, relação à ajuda indiscriminada aos pobres, acreditando que isso poderia incentivar um crescimento populacional sem a devida sustentação. Para ele, a caridade deveria ser acompanhada de uma consciência das consequências e de um respeito aos desejos divinos, de modo que o próprio estado natural, no sentido biológico, reestabelecesse a relação entre disponibilidade de alimentos e o tamanho populacional (Malthus, 1998; Hobsbawn, 1991, p.159). Assim como, a própria providência divina e suas intervenções serviram como mecanismos naturais para esse reequilíbrio entre a população e os recursos.

Tal análise teórica, constrói significativa discussão sobre a compreensão da pobreza e da construção do pensamento relativo ao fenômeno, no qual por haver uma restrição, entendida como natural, na distribuição dos recursos, não seria possível pensar em uma solução para a pobreza, entendida como condição natural das pessoas (Schwartzman, 2004, p. 15), permeada por aspectos morais. A possibilidade de uma transformação de realidade se dava a partir de uma perspectiva cristã de auxiliar, a partir dos dominantes, aos merecedores segundo um olhar divino, os que não possuem uma culpa pelo estado de pobreza, e deixar a própria natureza dar conta desse desequilíbrio entre população e alimentos em relação aos não merecedores, aos outros, aos culpados pelo seu estado de miséria. Como exposto por Vilchis (2023),

en virtud de la finitud de los recursos públicos, parece necesaria la existencia de un criterio discriminador de la redistribución de los mismos. Según Katz², el problema se aguzó con la prosperidad que caracterizó la

² Katz, M. da pobreza Undeserving Poor: From the War on Poverty to the War on Welfare. New

segunda mitad del siglo XX, pues si antes la pobreza era atribuida a escasez y deficiencia individual, con la aparente prosperidad y ante oportunidades de éxito nunca antes vistas, aumentó la culpabilidad de los pobres de su propia pobreza, pues teniendo la oportunidad de salir de ella, no la aprovechaban. En cualquier caso, a lo largo de la historia apenas ha habido consenso en considerar a los niños y a las viudas como los “pobres merecedores”; fuera de ellos, los “no merecedores” son aquellos que son causantes de su propia pobreza, gracias a sus acciones u omisiones (Vilchis, 2023, p. 8).

A própria ideia de ajudar o próximo, é, até hoje, inundada por uma moralidade cristã ao se pensar a pobreza nas sociedades ocidentais, como um estado e permanência nesta condição (de ser pobre), a partir de discursos meritocráticos e determinantes que excluem complexos contextos geográficos, interseccionais e históricos.

A presença massiva da compreensão protestante, cada vez mais enraizada e potencializada nas estruturas dos Estados ocidentais, que direcionam todo um movimento contemporâneo conservador, no que diz respeito aos costumes, constrói a ideia de não merecimento e penitências a uma parcela da população, ao passo que uma boa condição e acumulação de bens é possível a partir de escolhas que merecem uma graça formal dos céus dada a outra parcela. No entanto, essa visão foi amplamente contestada por diversos autores ao longo do século XIX e com críticas fundamentadas em análises sociais, econômicas e políticas.

Deste modo, esse aspecto que define os relegados a pobreza, passa a ser compreendido não como um mero elemento de origem natural, apoiado em uma moralidade judaica cristã, mas se estrutura na própria história de classes, na disputa entre *“homens livres e escravos, patrícios e plebeus, lordes e servos, mestres e empregados, em uma palavra, opressores e oprimidos”* (Marx; Engels, 1990)³. No início do século XIX, a partir do crescente debate a respeito da luta de classe e da economia política, Friedrich Engels, em *“A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado”* (1884), argumentam que a pobreza não era uma consequência natural do crescimento populacional, mas sim resultado da exploração inerente ao sistema capitalista, desafiando a noção malthusiana determinista e de

York: Pantheon Books.

³ Engels, Friedrich e Marx, Karl. Manifesto do Partido Comunista. Publicado originalmente em 1848. RJ: Vozes, 1990, p. 66.

inevitabilidade. Para Marx e Engels, a pobreza se constitui na ideia de propriedade privada, na exploração do trabalhador, na mais-valia, no acúmulo e na própria contradição capitalista, ou seja, é uma consequência intrínseca das relações de produção capitalistas, sendo um resultado inevitável da exploração da classe trabalhadora pela burguesia. Marx argumenta que o sistema capitalista cria uma concentração de riqueza nas mãos de poucos, enquanto a grande massa de trabalhadores é mantida em condições de miséria, o que apenas se agrava com o desenvolvimento das forças produtivas e a crescente desigualdade.

Contemporaneamente, John Stuart Mill (1848), também criticou a análise de Malthus sobre os limites produtivos e propunha que os avanços tecnológicos e sociais poderiam mitigar os problemas associados ao crescimento populacional, ressaltando a importância do progresso (capitalista) e da inovação tecnológica na produção de recursos. Para Stuart Mill, a pobreza era um problema a ser mitigado por meio de reformas dentro do próprio sistema, como a melhoria da educação, o aumento da liberdade individual e a promoção de políticas de bem-estar social, propostas essas que se tornaram precursoras do Welfare State⁴. Mill acredita que, com a progressiva melhoria das condições de vida e a ampliação das oportunidades, seria possível reduzir a pobreza sem a necessidade de uma transformação radical da estrutura socioeconômica.

A oposição entre Karl Marx e John Stuart Mill no debate sobre a pobreza reflete divergências fundamentais em suas concepções sobre as condições sociais e econômicas que estavam em transformação na Europa, durante a Revolução Industrial, com um aumento significativo das desigualdades sociais. Assim, enquanto Marx (1884) compreende a pobreza como um produto estrutural do capitalismo, Mill (1848) defende uma abordagem mais gradualista, centrada na reforma do sistema existente. Portanto, no decorrer dos séculos XIX e XX, debates a respeito das causas da pobreza fervilhavam e suas possibilidades explicativas eram múltiplas, constituindo diversas correntes teóricas.

⁴ O Welfare State (Estado de Bem-Estar Social) é um modelo em que o Estado capitalista garante a proteção social dos cidadãos, especialmente os em situação de vulnerabilidade, oferecendo serviços como saúde, educação, aposentadoria e seguro-desemprego. Consolidado após a Segunda Guerra Mundial, especialmente com o Relatório Beveridge (1942), busca reduzir desigualdades e promover a justiça social por meio de políticas públicas universais e redistributivas, financiadas por impostos progressivos.

Joe Feagin (1972), o sociólogo norte-americano, propôs uma divisão das causas da pobreza a partir de tipologias causais, sendo elas: a) estrutural, que parte de uma perspectiva política e estrutural que podem ser alteradas, mesmo sem uma relação de dependência com o indivíduo, b) a individualista, no qual os pobres são, e somente são, os responsáveis pela sua pobreza e, por fim, c) a fatalista condicionada por forças fora do próprio controle do indivíduo e da sociedade. A tipologia da pobreza de Feagin (1972), busca compreender como diferentes narrativas e explicações sobre a pobreza podem ser usadas para justificar desigualdades sociais, e é uma tendência utilizada até os dias atuais para a construção de uma discussão teórica e política sobre a pobreza.

Arcabouços teóricos que partem da discussão das perspectivas estrutural, fatalista e individualista, abordam os questionamentos centrais sobre o tema, os quais são: a causa/origem/responsabilidade da pobreza?; se é ou não possível acabar com a pobreza e como?; e por fim o estigma social e cultural sobre os pobres a partir de cada uma das perspectivas supracitadas, apesar de uma compreensão sobre a negação de oportunidades iguais para todas as pessoas oferecidas pelas estruturas sociais (Vilchis, 2003, p. 9). Em seguida apresentamos um aprofundamento nessas proposições, que parecem coincidir com as críticas levantadas por Marx, mas que avançam no debate, sobretudo ao pensar os países colonizados e do capitalismo tardio⁵.

No Brasil, assim como em outros países latino-americanos e africanos que passaram pelo violento processo de colonização, a pobreza possui recortes históricos, produto desse período. A transição da escravidão para a acumulação pré-industrial, pauta ideias de condição humana e de dignidade elaboradas desde o que se entende como primórdios civilizatórios, a partir de uma perspectiva eurocentrada, advindos da invasão dos portugueses a Pindorama⁶. Segundo Sposati

⁵ O conceito de capitalismo tardio foi popularizado por Ernest Mandel no livro homônimo, publicado em 1972. Mandel descreve as características do capitalismo a partir da segunda metade do século XX, enfatizando as mudanças nas estruturas econômicas, sociais e culturais que se caracterizam em países periféricos a partir da globalização, o neoliberalismo e a crescente desigualdade social.

⁶ O termo "Pindorama" é de origem tupi-guarani e, embora tenha sido utilizado por diversas comunidades indígenas antes da chegada dos europeus, sua documentação histórica se deu com a colonização com os registros de Pero Vaz de Caminha em suas cartas ao rei de Portugal durante a colonização do território brasileiro.

(1998), a compreensão do território brasileiro como território de segregação circunscreve uma análise que parte de um processo discriminador entre colonizador e colonizado, no qual

“(…) ser trazido para a colônia era um castigo de degradação para alguns portugueses. Tratava-se, portanto de um território de segregação – e exploração de riquezas, é claro, para os comerciantes e espoliadores” (Sposati, 1998, p.5).

Então, o confisco da condição humana durante a escravização de povos indígenas e africanos determinados a um território segregado e gerador de acúmulo, reafirma o objetivo da propriedade privada e torna seres humanos como objetos de riqueza da elite, no qual *“a própria condição de humanidade é rebaixada em uma sociedade patrimonial e de tradição escravocrata”* (Sposati, 1998, p.5).

A pobreza tem sido amplamente discutida nas ciências sociais, com diversas abordagens explicando suas causas a partir de tipologias causais e com uma tentativa de classificação entre fatores individuais, estruturais e fatalistas. No entanto, ao considerar o racismo e tradição escravocrata, como uma das principais causas da pobreza, é necessário compreender que a miséria não pode ser explicada apenas por questões econômicas ou comportamentais, mas por um conjunto de desigualdades raciais que se manifestam de maneira estrutural nas instituições sociais, políticas e econômicas. Autores como W. E. B. Du Bois (2021), Frantz Fanon (2008) e Joe Feagin (1972; 2006) ajudaram a construir uma análise crítica sobre as intersecções entre raça e pobreza, destacando como o racismo não apenas marginaliza, mas também perpetua a pobreza em grupos racializados, ao olhar para os seus contextos vividos e discutir a relação da pobreza, desigualdade e segregação social e espacial com aspectos não apenas econômicos. No início do século XX, o sociólogo e historiador afro americano W.E.B. Du Bois foi precursor da crítica teórica ao legado escravocrata e segregacionista estadunidenses, como elementos centrais a serem considerados ao pensar a pobreza da população negra. Para o autor, o racismo era uma força estrutural que criava e mantinha a pobreza, negando as pessoas racializadas como no acesso a recursos fundamentais para sua ascensão social e econômica.

De maneira semelhante, em meados do século XX, Frantz Fanon, célebre

filósofo e psiquiatra caribenho, avança no debate e discute o colonialismo e o racismo sistêmico na dimensão psicológica e cultural, se opondo veementemente as tentativas explicativas de culpabilizar o pobre, pela própria pobreza, a partir de uma moralidade, como visto anteriormente neste trabalho. Fanon (2008) analisou o impacto psicológico da opressão racial, no qual o racismo institucionalizado não apenas empobrecia materialmente os indivíduos, mas também desumanizava os negros, afetando profundamente sua identidade e capacidade de se integrar plenamente na sociedade. A pobreza não é analisada meramente por uma questão de recursos econômicos/materiais, mas de uma violência histórica e estrutural que impedia o pleno desenvolvimento de grupos marginalizados de forma multissistêmica e em níveis objetivos e subjetivos. Ao retornarmos às contribuições de Joe Feagin (2006) e a proposta de uma teoria crítica do racismo, também o compreendendo como estrutural na perpetuação das desigualdades sociais, o autor afirma que o racismo atua como uma estrutura de poder, como um sistema de opressão institucionalizado que diferencia o acesso das populações racializadas a oportunidades econômicas, educacionais e sociais.

Portanto, entender as causas da pobreza exige uma abordagem que vá além das explicações economicistas, é necessário reconhecer as profundas intersecções entre raça, classe e racismo estrutural. O racismo, como apontado por Sposati (1998), Du Bois (2021), Fanon (2008) e Feagin (2006), é um elemento central na perpetuação da pobreza, funcionando não apenas como uma barreira econômica, mas também como um mecanismo de desigualdade social que impede grupos racializados de acessar os recursos e as oportunidades necessárias para uma vida digna. Em vez de ser uma questão meramente de comportamento, falha individual ou da natureza humana, a pobreza deve ser compreendida como um fenômeno que resulta de uma ordem social desigual, iniciada na diferenciação a partir da propriedade privada, na luta de classes, no exercício da força dos opressores sobre os oprimidos, na qual o racismo exerce um papel fundamental na segregação social.

Tal debate é sustentado, inicialmente, pela análise proposta por Henri Lefévre (1974), na qual a compreensão do espaço urbano como mercadoria e o acesso diferenciado condicionado pela classe, resulta em uma apropriação subjetiva e ideológica do espaço. Assim, a ideia de inclusão só existe a partir da exclusão, com

a imposição de uma condição desqualificada e miserável demarcada na pobreza, com um acesso desigual ao espaço urbano, determinado pelas condições econômicas e raciais. Avançamos nesta análise, a partir de Lefévre (1974), com Milton Santos (1979; 1993) e o argumento da pobreza urbana como resultado de processos de exclusão social e marginalização, nos quais grupos populacionais, baseados em aspectos de classe social, raça, etnia, gênero e idade, são privados de acesso a recursos, serviços e oportunidades. A concentração de riqueza e poder em certas áreas urbanas cria divisões socioespaciais significativas, exacerbando a pobreza e a desigualdade, compreendida no padrão do convívio hierarquizado vigente (Sposati, 1998).

Apoiado no planejamento urbano e políticas públicas em prol de interesses do Estado e da elite detentora do capital, modelos de desenvolvimento da economia urbana⁷ (Santos, 1979) que priorizam o lucro e a especulação, mantêm-se a diferenciação e segregação espacial nas cidades brasileiras, desde a sua colonização, o favorecimento e a perpetuação das diferenciações espaciais hierarquizadas, sistematizadas na especulação, na gentrificação⁸, no deslocamento de comunidades vulneráveis, na mobilidade intra-urbana e na organização espacial.

Deste modo, a compreensão de dominância sobre corpos não merecedores de prosperidade, corpos estes racializados, definem o seu espaço possível de vivências, seu lugar possível da sua produção e reprodução, do que é lhe imposto de forma perversa por uma elite dominante economicamente e politicamente, que estruturam a segregação em diversos âmbitos, inclusive o espacial. Portanto, a cidade é criadora da pobreza, a partir do modelo espacial e socioeconômico (Santos, 1993), interessada em produzir, reproduzir e manter uma estrutura social hierárquica secular.

⁷ Discutido no segundo capítulo deste trabalho.

⁸ Para Neil Smith (2006) , a gentrificação é um processo complexo que envolve a transformação de bairros urbanos anteriormente degradados ou marginalizados em áreas de classe média e alta, às custas da expulsão da população pobre que habitavam essas áreas.

2.2 Desigualdade, exclusão e inclusão espacial: uma breve contextualização teórica

A desigualdade é um fenômeno complexo e multifacetado que se manifesta de maneira evidente no espaço. Em distintas escalas e contextos, podemos observar diferenciações primordiais na distribuição e acesso a recursos, oportunidades e qualidade de vida materializadas no cotidiano, sendo estruturante e constituidora das paisagens urbanas. Tais características tornam a desigualdade uma categoria central para os estudos geográficos, que possuem como ponto em comum a compreensão do fenômeno como socialmente produzido, diretamente relacionado às relações de poder e à lógica capitalista que organiza o espaço. Deste modo, esse trabalho busca levantar, brevemente, contribuições indispensáveis para a complexa compreensão da desigualdade a partir de produções anglófonas e brasileiras.

No âmbito macroestrutural e supranacional, a desigualdade se reflete nas assimetrias no desenvolvimento entre países, onde o norte global possui acúmulos expressivos de recursos na lógica do capitalismo. As nações do sul global, que foram historicamente impactadas com violentos processos de colonização e que se constituíram a partir de territórios de segregação (Sposati, 1998), possuem um cenário de condições de pobreza e subdesenvolvimento que se perpetuam ao longo dos séculos. Essa disparidade está intimamente relacionada a questões políticas e estruturais que balizaram a distribuição de dinheiro, poder, ocupação e espoliação. Para David Harvey (1973; 1985), a desigualdade é um fenômeno intrínseco ao funcionamento do capitalismo, no qual as dinâmicas da especulação sobre a terra resultam na expulsão de grupos mais vulneráveis das áreas urbanas centrais, na acumulação por espoliação, ou seja, na acumulação de capital através do desenvolvimento geográfico desigual *“na qual o dinheiro é usado simplesmente para obter mais dinheiro mediante a especulação em mercados futuros, valores monetários, dívida e demais coisas”* (Harvey, 2004, p. 106) e não apenas as mercadorias, onde recursos e direitos são retirados das populações mais vulneráveis para favorecer a concentração de capital, resultando na intensificação das desigualdades territoriais. A privatização de bens e serviços como a água, educação, saúde e áreas de terras da união, ou despojo de recursos naturais quando grandes empresas ou governos expropriam terras sem compensação

adequada para as populações afetadas, sendo a acumulação por espoliação uma característica contínua e fundamental do capitalismo moderno, produtora de desigualdades especialmente no contexto da globalização neoliberal, afirmado no exposto

A recente depredação dos bens ambientais globais (terra, ar, água) e a proliferação da degradação ambiental, que impede qualquer coisa, menos os modos de produção agrícolas com emprego intensivo de capital, foram resultados da total transformação da natureza em mercadoria. A mercantilização das formas culturais, as histórias e a criatividade intelectual pressupõe a total ausência de posse –a indústria da música se destaca pela apropriação e exploração da cultura e das criatividades populares. A transferência para as corporações e a privatização de ativos previamente públicos (como as universidades), para não mencionar a onda de privatização da água e outros serviços públicos que arrasou o mundo, constitui uma nova onda do “cercamento dos bens comuns”. Como no passado, o poder do estado é usado frequentemente para forçar estes processos, inclusive contra a vontade popular. (Harvey, 2004, p. 110)

Assim como Harvey frisa a relevância da atuação do Estado na produção das desigualdades, o sociólogo espanhol Manuel Castells (1996) analisa, a partir da globalização, que tais transformações nas estruturas sociais, tornaram a própria cidade centros de polarização socioeconômica onde elites econômicas, conectadas em uma rede global de informação e técnica, coexistem com populações marginalizadas, corroborando com as ideias de Doreen Massey (2005) que ao relacionar desigualdade e globalização, ressalta que o espaço é uma construção social moldada pelas dinâmicas de poder. Para ela, a divisão internacional do trabalho e os fluxos econômicos globais criam e reforçam desigualdades entre territórios. Neil Smith (1988) complementa essa análise ao abordar a desigualdade no contexto urbano, especialmente no processo de gentrificação, onde a *“diferenciação interna do espaço urbano determina as condições concretas sobre as quais se constrói a expansão urbana”* (Smith, 1988, p. 199).

Na geografia brasileira, possuímos uma grande diversidade de autores e autoras que buscam compreender a desigualdade a partir da observação do cenário de urbanização e desenvolvimento brasileiros. Milton Santos (1994; 2001; 2007) destaca que o espaço geográfico é um elemento ativo na reprodução das desigualdades, pois serve como instrumento de exclusão em favor da acumulação de capital, no qual a desigualdade socioespacial, manifesta-se em uma urbanização desigual, onde à estruturação hierárquica e concentrada do espaço, traduz relações

desiguais de poder, controle e acesso aos recursos. A partir dessa perspectiva, Santos cunhou a teoria dos circuitos superiores e inferiores da economia urbana, assim como os conceitos de verticalidade e horizontalidade ou ainda espaços luminosos e opacos, que serão discutidos mais adiante neste trabalho.

Em concordância com as ideias propostas por Milton Santos (1994; 2001; 2007), Ana Fani Carlos (2007), compreende a desigualdade como uma contradição intrínseca à urbanização, especialmente em países periféricos, onde a segregação e a ausência de políticas inclusivas consolidam territórios marcados pela exclusão. A manutenção desta dinâmica, é edificada por uma dimensão política do fenômeno (Moreira, 2000) em que o Estado, ao priorizar interesses econômicos e mercadológicos (Harvey, 1985; 2004), contribui para perpetuar as desigualdades territoriais. Devido à fragilidade dos papéis políticos, temos nas áreas pobres das cidades, uma cidadania mutilada, uma não-cidadania (Santos, 2007, p. 24), que reforça a exclusão dessa população aos direitos sociais mais básicos, acesso à infraestrutura e aos serviços. A partir de tais exposto, compreendemos a exclusão como a negação da cidadania (Sposati, 1988), que transcende fronteiras geográficas e rebate nas estruturas sociais e na dinâmica das sociedades capitalistas, sendo um produto de funcionamento do próprio sistema (Sawaia, 2006, p.9).

A cidadania se refere ao conjunto de direitos e deveres que vinculam os indivíduos a um Estado e à sociedade, assegurando-lhes participação política, acesso a direitos sociais, como educação, saúde e moradia, e a garantia de igualdade perante a lei. Para além do aspecto jurídico, a cidadania envolve uma dimensão prática e cotidiana, relacionada à vivência plena no espaço público e à capacidade de exercer direitos fundamentais. Conforme Milton Santos (2007), a cidadania territorial amplia essa ideia ao vincular os direitos sociais ao direito inalienável à apropriação do território e sua dimensão relacional (Santos, 1996) que determinam tanto as condições materiais quanto as representações sociais desse espaço. Santos busca compreender a apropriação e formas de exclusão no território, a partir da noção dos espaços luminosos e opacos.

Tais apropriações estruturam espaços luminosos e opacos, propostos por Milton Santos (1999, p. 194) no qual o primeiro se caracteriza pela concentração de

técnicas e informação, atraindo investimento, estrutura e atividades econômicas. Os espaços luminosos são, portanto, territórios de poder, controle e apropriação pelas elites, representam o espólio das relações de poder que estruturam as dinâmicas globais, e nelas se encontram as infraestruturas tecnológicas, as grandes empresas, os bancos e outros elementos que conectam diretamente essas regiões ao mercado global. Ao passo que, o segundo, os espaços opacos, são designados a espaços onde não há a presença destas características, tornando-se invisíveis para os grandes centros de poder. Logo, a partir de onde alguns têm acesso ao meio urbano e infraestrutura de qualidade por meio da técnica e informação, enquanto outros são relegados a espaços desprovidos de serviços básicos de saneamento, com realidade precarizadas, mobilidade espacial, redes adequadas de saúde, cultura e educação. Ana Clara Ribeiro (2012), discorre sobre essa ideia de luz e opacidade, no qual a

luz também escolhe, seleciona e oculta, engrandecendo espaços, transformados em espaços luminosos, e esmaecendo ou esquecendo outros, abandonados em sua opacidade. Uma opacidade que se aproxima da falta de importância, do desinteresse, do literal apagamento e do radicalmente negativo. Os espaços opacos seriam espaços da sobrevivência, enquanto os espaços luminosos seriam espaços de reconhecimento, da valorização e, enfim, da vida plena, clean e justa que, envolta em beleza, não teme se expor e, até mesmo, se oferece à exposição e às celebrações laicas (Ribeiro, 2012, p. 67).

A exclusão socioespacial também implica a marginalização cultural e a perda de identidade para aqueles que estão confinados em áreas degradadas. A negligência do Estado em proporcionar infraestrutura adequada, segurança e serviços básicos acarreta um sentimento de abandono, perpetuando uma realidade onde os cidadãos são tratados como pobres marginalizados, confinados a um espaço físico que reflete sua posição na hierarquia social. Contudo, para Santos (pg.36) os pobres “não são homens que vivem de fora da sociedade”, do mesmo modo em que “os oprimidos não são marginais” (Freire, 1969, p. 5).

Pensado a partir dos termos de oprimidos e marginais, Sposati (1988), discute que o avanço a se pensar para além de conceitos como “oprimidos”, que se referem a um processo de opressão e de “marginalizados”, que remonta às teorias de marginalização dos anos sessenta e setenta, a ideia de se pensar a partir do termo exclusão remota ideia de cidadania, equidade e igualdade, “ainda que virtuais, na

segunda metade do século XX (Sposati, 1998, p. 3)”, sustenta como parte inerente a coesão social essa parte da população que tem a sua cidadania negada, e não como algo desmembrado que não interage com o restante social. Afinal,

a exclusão social é vista como um fenômeno mais abrangente do que a pobreza, pois aquela envolve elementos éticos e culturais como o preconceito e a estigmatização de minorias, que vão além de questões vinculadas a fatores de ordem estritamente econômica. (Nascimento; Matias, p. 89, 2008)

Essa exclusão não é apenas um problema local, a estabilidade na totalidade. A exclusão socioespacial alimenta a polarização, o ressentimento e a injustiça, minando os ideais de igualdade e justiça que são supostamente fundamentais para uma sociedade democrática e para identificação como cidadão. *“O excluído não está à margem da sociedade, mas repõe e sustenta a ordem social, sofrendo muito neste processo de inclusão social”* (Sawaia, p. 12). A exclusão se manifesta como um flagelo persistente, um testemunho das falhas do sistema social e econômico que, apesar do progresso aparente, deixa vastas parcelas da população à margem do acesso a oportunidades, serviços e dignidade básica. Sendo uma soma de uma diversidade de exclusão que se inter-relacionam,

aqueles que foram expulsos do mercado de trabalho formal, ou do mercado da residência formal (em contraste com o informal, formado por cortiços e favelas), ou da escola, ficam em desvantagem na competição por novas oportunidades, tornando-se candidatos prováveis a novas exclusões. (Singer, 2003, p. 62)

Não há, portanto, uma exclusão de fato, pois todo e qualquer indivíduo está incluído na reprodução capitalista, mesmo que esta tenha aspectos perversos. Logo, não existe, de fato, exclusão. Existem vítimas de

processos sociais, políticos e econômicos excludentes; existe o conflito pelo qual a vítima dos processos excludentes proclama seu inconformismo [...] sua esperança, sua força reivindicativa e sua reivindicação corrosiva. Essas reações, porque não se trata estritamente de exclusão, não se dão fora dos sistemas econômicos e dos sistemas de poder. Elas [...] fazem parte deles, ainda que os negando. As reações não ocorrem de fora para dentro; elas ocorrem no interior da realidade problemática, dentro da realidade que produziu os problemas que as causam (Martins, 1997, p. 14).

O espaço é uma construção social (Lefebvre, 2008) que reflete e reproduz as dinâmicas de poder e as estruturas econômicas e sociais de uma sociedade, logo a organização espacial é intrinsecamente marcada pelas desigualdades sociais.

Nesse sentido, a desigualdade socioespacial emerge não apenas de processos econômicos de concentração e acumulação de riqueza e poder, mas das inúmeras formas de dominação simbólica e da alienação geradas pela estruturação do espaço urbano de maneira desigual.

Em conclusão, todos nós estamos inseridos, de alguma maneira, nos circuitos reprodutivos das atividades econômicas engendradas pelo capitalismo que internaliza práticas canibais, predatórias e fraudulentas (Harvey, 2004, p. 111). Para Sawaia (2006), essa inserção, se afirma, para grande parte da humanidade, através das privações e insuficiências que se desdobram complexificadamente inúmeras para dimensões.

2.3 Segregação Socioespacial no contexto brasileiro

O processo formativo da sociedade brasileira é ancorado na colonização do território indígena e sua origem escravocrata. Por consequência, o que se verifica é empiricamente a divisão racial do espaço em nosso país em população racializada com não brancos e brancos. De acordo com Lélia Gonzalez (2020), no período da escravidão existe uma concentração populacional negra que segue os ciclos de exploração econômica vigente. No período da democratização, a branquitude se concentra nas regiões que, do ponto de vista político e econômico, detêm a hegemonia quanto à determinação dos destinos do país (Gonzalez, p.94, 2020)⁹.

Pobreza e desigualdade social são fenômenos relacionais e complexos, com múltiplas possibilidades de análises, e problemas específicos, tanto teóricos quanto metodológicos, que constituem a segregação socioespacial como um processo, como discutido por Castells. Para Santos, (1978, p.18) a “pobreza existe em toda a parte, mas a sua definição é relativa a uma determinada sociedade”, constitui numa noção que se molda historicamente e que deriva dos objetivos que uma sociedade definiu para si mesma, no qual “a definição de pobreza deve ir além dessa também uma categoria política acima de tudo. Estamos lidando com um problema social” (Santos, 1978, p. 18).

⁹ Texto “Mulher Negra”, originalmente publicado em *Afrodíaspóra*, Rio de Janeiro, ano 3, n.6-7, pp.94-106, abr./ dez.1985. Contudo, neste trabalho, utilizamos a versão republicada na coletânea “Por um Feminismo Afro-latino-americano: Ensaio, intervenções e diálogos”. Organização: Flavia Rios, Marcia Lima - 1º ed. - Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

Martinuci (2008, p.30) indica que “falar da pobreza e da exclusão social é falar das desigualdades existentes entre os homens, e mais do que isso, lançar à luz as mazelas da nossa sociedade capitalista” ou ainda, segundo o Relatório de Desenvolvimento Humano, a pobreza é a “negação de oportunidades de escolhas mais elementares do desenvolvimento humano” (Human Development Report, 1997, p. 25, tradução própria).

Pensar a desigualdade socioespacial e a pobreza em um recorte que abarca a segunda década do século XXI, é pensar a pobreza urbana e desigualdade em cenários estruturais, políticos e sociais catastróficos, o meio técnico-científico-informacional (Santos, 2006), com contextos específicos que tangencia questões assimétricas não só de classe, como também de gênero e raça (Collins; Bilge, 2021; Filgueira, 2021; Martins; Assis, 2023). Deste modo,

Essa dificuldade revela-se pelo caráter multidimensional desses fenômenos, o que nos obriga a trabalhá-los sobre diferentes óticas. É preciso deixar claro, no entanto, que para além de problemas teóricos, a pobreza e a exclusão social são problemas referentes ao drama humano, das sociedades e, portanto, precisamos entendê-lo na sua complexidade (Martinuci, 2008, p. 30).

Nesta pesquisa, inicialmente, partimos das desigualdades e pobreza, com suas dimensões sociais e geográficas, como um problema político, resultando na segregação socioespacial. Tais dimensões são produtos de complexas relações de poder capitalistas, em que qualquer possibilidade de mensuração estatística e elaboração de índices, como a Pesquisa de Orçamento Familiar e seus respectivos limiares de definição de indigência, necessitam da compreensão polissêmica e multifatorial (Martinuci, 2008, p. 35). A exemplo a própria definição consolidada e estipulada sobre a condição de pobreza pelo Banco Mundial nos anos 2000, no qual um valor é fixado ao longo do tempo mediante uma linha imaginária, separando-os indivíduos ou famílias que estão acima ou abaixo desta convenção e, por tanto, dentro ou fora da linha da pobreza (Reed; Sheng, 1996, p. 12).

Uma crítica possível à própria tentativa de mensuração da pobreza é essencial, principalmente no que tange a perspectiva neoclássica¹⁰, a fim de afastar-se da

¹⁰ A abordagem neoclássica compreende a pobreza a partir de uma linha imaginária estabelecida e a comparação relativa do indivíduo ou da família a esta em termos de acesso e propriedade a bens

possibilidade em um enviesamento meramente economicista. Apesar dos inúmeros avanços e métodos sofisticados nos estudos sobre a abordagem material (Martinuci, 2008, p. 37), esta perspectiva é insuficiente para uma apreensão que almeja a totalidade do fenômeno. A partir desse diálogo, no qual a mensuração material, compreendida pela abordagem neoclássica, deixa de ser o centro e torna-se mais um elemento constituinte do fenômeno, imprescindível para o avanço dos estudos a respeito da pobreza que se relaciona com o acesso a bens materiais, recursos e serviços.

Ainda segundo Martinuci, “a partir de aspectos subjetivos e outros fatores [objetivos] que são talvez mais determinantes para caracterizar a condição de pobreza de extensas massas humanas” (Martinuci, 2008, p. 37), propõem-se novas possibilidades analíticas que complexifica a discussão sobre a pobreza e da desigualdade e, por consequência, da segregação socioespacial. Tal movimento, no que diz respeito às análises espaciais brasileiras, se faz coerente e indispensável com a própria constituição da sociedade assentada na racialização (Gonzalez; Hasenbalg, 1993). Portanto, acreditamos que tornar o debate a respeito da segregação socioespacial centralizado na face material em um viés econômico, é, indiscutivelmente, empobrecido intelectualmente e esvaziado moralmente.

Um enorme acúmulo de questões e processos históricos, conjunturais e estruturais (Reed; Sheng, 1996, p. 13) demarcam a negação de diversos direitos e da universalidade da concepção práxis de cidadania, descrita na Constituição Federal de 1988, conhecida como cidadã. Quando pensamos em uma abordagem multissistêmica da pobreza e desigualdade, compreendemos que, apesar do advento de leis e prerrogativas de uma igualdade perante a lei e de uma não distinção no que diz respeito a direitos, a realidade se mostra em espaços negados pela possibilidade de prosperidade.

A partir da observação das sociedades modernas, ao elaborar as ideias de René Loir sobre tal contexto, Martinuci (2008) afirma que a origem do fenômeno deve ser buscada no seu funcionamento, “como o rápido e desordenado processo

materiais, recursos e serviços. (Reed; Sheng, 1996, p. 11-13)

de urbanização, a inadaptação e uniformização do sistema escolar, o desenraizamento causado pela mobilidade profissional, as desigualdades de renda e de acesso aos serviços” (Martinuci, 2008, p.52), sinalizando o caráter multifatorial da segregação socioespacial. Ainda podemos trazer ao debate, novamente, o geógrafo escocês Neil Smith, que afirma que “a diferenciação interna do espaço urbano determina as condições concretas sobre as quais se constrói a [própria] expansão urbana” (Smith, 1988, p. 199). Na percepção da exclusão social e da exclusão espacial, como afirmativas da segregação, as múltiplas condições da existência e o direito inalienável ao território, assumem o caráter da possibilidade de um uso comum do mesmo. Porém, esse próprio uso é marcado pelas condições de inclusão-exclusão, relações assimétricas de poder em sua apropriação e usos que serão discutidos ao longo do trabalho.

Deste modo, impossibilita-se pensar sobre a segregação socioespacial brasileira sem se aprofundar nas perspectivas racial e de gênero. Frisamos que um debate mais amplo da desigualdade no Brasil deve considerar indiscutivelmente a abordagem interseccional¹¹, visto que esse fenômeno é derivado de processos de racialização (Gonzalez, 2020)¹².

Partindo de uma referência sociológica, a escravização de povos trazidos mediante violência do continente africano subsidiou o sistema econômico fundante do país (Gonzalez, 2020). Esse marco e os posteriores que se seguiram até os dias atuais retroalimentam uma segregação socioespacial na qual a pobreza se cristaliza formando um complexo psicológico e social, onde “as condições de existência material da comunidade negra remetem a condicionamentos psicológicos que têm que ser atacados e desmascarados” (Gonzalez, 2020, p. 84). Em que negros e negras são associados a miséria e destinados historicamente a ela, como um objeto

¹¹ O conceito de interseccionalidade foi introduzido por Kimberlé Crenshaw, em 1989, no artigo “*Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics*”. Nele, Crenshaw discute como diferentes formas de discriminação, como raça, gênero, identidades sociais e classe, interagem e se sobrepõem, criando experiências únicas de opressão na análise das desigualdades sociais.

¹² Texto “Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira”, originalmente publicado em “Movimentos sociais urbanos, minorias étnicas e outros estudos”. Ciências Sociais Hoje, Brasília: Anpocs, n.2, pp. 223-44, 1983. Contudo, neste trabalho, utilizamos a versão republicada na coletânea “Por um Feminismo Afro-latino-americano: Ensaio, intervenções e diálogos”. Organização: Flavia Rios, Marcia Lima - 1º ed. - Rio de Janeiro: Zahar, 2020. Nas citações seguintes neste capítulo a referência permanece esse artigo.

pertencente ao seu donatário, de modo que a cultura afro-brasileira é marginalizada, encaixada em espaços estereotipados, territórios marginalizados e lugares negados como possibilidade de prosperidade, como comunidades e favelas, terreiros, guetos, becos. E mesmo quando essa pessoa não racializada como branca consegue ascender socialmente, e transitar por outros espaços da cidade, esta sente dificuldade de se pertencer ao espaço.

Marcos na história nacional reforçam essa estrutura fundiária e a dinâmica socioeconômica do Brasil, profundamente influenciadas por uma série de medidas institucionais ao longo do século XIX e XX. A Lei de Terras de 1850, instituída paralelamente ao controle do tráfico negreiro e às primeiras legislações abolicionistas, restringiu o acesso à terra por meio da compra, consolidando a concentração fundiária e dificultando a posse por ex-escravizados. Já a política migratória da segunda metade do século XIX incentivou a vinda de imigrantes europeus, principalmente para o trabalho nas lavouras cafeeiras, em detrimento da população negra recém-liberta, que foi marginalizada social e economicamente. O período pós-abolicionista também foi marcado pelas leis da vadiagem, que criminalizavam a informalidade e restringiam a mobilidade dos trabalhadores negros. A política do café fortaleceu o poder dos cafeicultores e beneficiou os imigrantes estrangeiros, enquanto, no século XX, a estratégia de substituição de importações impulsionou a industrialização nacional, mas sem romper com a desigualdade estrutural herdada do período anterior.

Lélia Gonzalez, notável intelectual e militante da causa negra, descreve com maestria e precisão o ‘lugar de negro’¹³, a saber, os espaços sociais destinados aos negros e as relações socio-raciais que se estabelecem a partir daí, no qual *“diferentes índices de dominação das diferentes formas de produção econômica existentes no Brasil parecem coincidir num mesmo ponto: a reinterpretação da teoria do ‘lugar natural’ de Aristóteles”* (Gonzalez, 2020, p. 84). Embora a teoria do “lugar natural”¹⁴ aristotélica seja fundamentada em princípios físicos, no qual se entende

¹³ Trecho homônimo ao livro *Lugar de Negro* escrito por Lélia González em parceria com Carlos Hasenbalg, em 1982, que propõe uma ampla discussão do lugar do negro no mercado de trabalho e na construção ativa dos movimentos sociais, tangenciando a segregação espacial.

¹⁴ Aristóteles abordou a teoria do lugar natural principalmente em sua obra "Física", livro IV,

que os elementos — terra, água, ar e fogo — possuem propriedades distintas e buscam suas posições no universo, também há um rebatimento dessa perspectiva quando se aplicam tais concepções ao âmbito humano-social, sustentando a tese de que diferentes indivíduos e classes sociais ocupam seus respectivos "lugares naturais" na própria estrutura da sociedade.

Tal perspectiva é evocada por Gonzalez para discutir a evidente separação do espaço geográfico entre quem domina e quem é dominado. Lugares estes demarcados por suas robustas raízes coloniais, no qual o "lugar natural do branco" é explicitado como

moradias saudáveis, situadas nos mais belos recantos da cidade ou do campo e devidamente protegidas por diferentes formas de policiamento que vão desde os feitores, capitães de mato, capangas, etc., até a polícia formalmente construída. Desde a casa grande e do sobrado até os belos edifícios e residências atuais, o critério tem sido o mesmo (Gonzalez, 2020, p. 85).

Enquanto, o "lugar do negro" é o

oposto, evidentemente: da senzala às favelas, cortiços, invasões, alagados e conjuntos 'habitacionais' dos dias de hoje, o critério tem sido simetricamente o mesmo: a divisão racial do espaço. No caso do grupo dominado, o que se constata são famílias inteiras amontoadas em cubículos cujas condições de higiene e saúde são as mais precárias. Além disso, aqui também se tem a presença policial; só que não é para proteger, mas para reprimir, violentar e amedrontar (Gonzalez, 2020, p.85).

Gonzalez traz a divisão racial do espaço como um fator pujante do caráter nacional, em seu relato a desigualdade é ilustrada também através da carência material, mas principalmente por meio da submissão psicológica e da violência. Lélia afirma como uma das camadas desigualdade a

sistemática repressão policial, dado o seu caráter racista, tem por objetivo próximo à instauração da submissão psicológica através do medo. A longo prazo, o que se visa é o impedimento de qualquer forma de unidade do grupo dominado, mediante à utilização de todos os meios que perpetuem a sua divisão interna. Enquanto isso, o discurso dominante justifica a atuação desse aparelho repressivo, falando de ordem e segurança sociais (Gonzalez, 2020, p. 85).

Aqui a segregação ganha contornos nítidos, em instrumentos repressivos que reafirmam cotidianamente, por meio das violências em suas inúmeras possibilidades, a distinção espacial brasileira, instaurada, produzida e reproduzida a

escrita no século IV a.C.

partir da racialização dos corpos.

É essa lente com foco aproximado nos contextos sociais da desigualdade que pretendemos utilizar neste trabalho, preenchendo a lacuna entre a simples distinção binária entre estar acima ou abaixo da linha da pobreza e entendendo que a segregação sócio-espacial brasileira é demarcada por questões econômicas, mas essas são moduladas por questões raciais e de gênero, que modificam a própria produção do espaço e não são estáticas e nem válidas em toda a parte (Santos, 1978, p. 19), mas que possuem notável importância na espacialidade urbana brasileira e na metropolização capixaba¹⁵.

3. Segregação e Desigualdade Socioespacial da Grande Vitória

A constituição da sociedade brasileira está intrinsecamente ligada ao processo colonizatório e à estruturação de um modelo escravocrata, cujas implicações perduram na configuração socioespacial contemporânea. Conforme argumenta Lélia Gonzalez (2020), a segregação socioespacial no Brasil reflete um processo histórico em que a população negra, desde o período escravocrata, esteve subordinada aos ciclos de exploração econômica. No contexto, observa-se a consolidação da concentração da população branca em áreas de hegemonia política e econômica, enquanto grupos racializados permanecem em condições precárias de habitação e acesso a serviços e oportunidades. O fluxo de atração de habitantes para as áreas urbanas emergentes, diferencia-se em grupos racializados, como os migrantes estrangeiros, sobretudo europeus, e os migrantes econômicos provenientes de outros. Esses grupos já chegam em condições muito desiguais, parte enquanto exército industrial de reserva, outra parte como “colonos”.

A segregação socioespacial constitui-se, portanto, como um fenômeno relacional e multidimensional, articulado à pobreza e às desigualdades sociais. Castells (1983) e Santos (1978) ressaltam que a pobreza não se limita a uma condição estritamente material, mas se configura como uma construção histórica e política, cujo significado é condicionado pelos valores e objetivos de determinada sociedade. No contexto da Região Metropolitana de Vitória (RMV), os padrões de

¹⁵ O gentílico "capixaba" refere-se aos habitantes do estado do Espírito Santo, no Brasil.

desigualdade e segregação espacial evidenciam a fragmentação territorial e o acesso assimétrico a bens e serviços. Conforme pontua Martinuci (2008), a pobreza e a exclusão social são resultantes de relações de poder capitalistas e manifestam-se na produção do espaço urbano. A racialização da pobreza, conforme argumentado por Gonzalez (2020), aprofunda essa segregação, uma vez que historicamente a população negra foi relegada a territórios marginalizados, caracterizados por precariedade estrutural e intensificação da repressão estatal.

Este capítulo tem por objetivo examinar a segregação socioespacial na RMV a partir das desigualdades estruturais que caracterizam a realidade urbana brasileira. Para tanto, adota-se uma perspectiva interseccional, na qual se considera a interdependência entre classe, raça e gênero como elementos fundamentais para a compreensão das dinâmicas de exclusão. A pesquisa fundamenta-se em um referencial teórico que ultrapassa abordagens economicistas e incorpora a análise da segregação enquanto construção histórica, política e social, que determina não apenas o acesso à cidade, mas também os sentidos de pertencimento e apropriação dos espaços urbanos.

3.1 A Urbanização da Grande Vitória

A ocupação do território brasileiro foi, inicialmente, marcada por um caráter essencialmente exploratório (Casagrande, 2011, p.74). Durante o período colonial, o Brasil foi visto pela Coroa Portuguesa como uma extensão territorial para obtenção de recursos naturais destinados à exploração econômica e ao enriquecimento da metrópole. Esse modelo de ocupação não tinha vista a construção de um projeto de colonização duradouro, mas sim a extração de riquezas, como a extração do pau-brasil, fundando o primeiro ciclo econômico de exploração. Esse sistema de atividades predatórias e temporárias, limitava a própria formação de estruturas urbanas e possuíam um grande rebatimento nos ciclos seguintes ao da cana-de-açúcar, como o da mineração, o ciclo cafeeiro e as atividades agropecuárias (Casagrande, 2011).

Visto os indicativos de esgotamento produtivo e competitividade com o mercado externo, em meados do século XVIII o cultivo do café emergiu como uma alternativa econômica relevante. Inicialmente, a cultura foi introduzida no nordeste, mas logo foi implementada no Sudeste, onde encontrou condições climáticas e de solo favoráveis. A expansão da cafeicultura avançou sobre a Mata Atlântica, com práticas intensivas de derrubada e queima de florestas para abrir novas áreas de cultivo, agravando a degradação ambiental que já era significativa. Sustentado pela mão de obra escravizada, a produção cafeeira “contribui para que este sistema servil prolongue-se pelo século XIX, perdurando até a década de 1880” (Casagrande, 2011, p.76) até a abolição em 1888 e a incorporação de trabalhadores imigrantes.

A rentabilidade dessa atividade, e a consolidação do café como principal produto para exportação produzido no Brasil, promoveu o crescimento populacional, a urbanização e a construção de ferrovias, essenciais para o escoamento do produto, concentrados no interior de São Paulo e Rio de Janeiro, aos portos, como o do Rio de Janeiro e o de Santos. Entretanto, essa expansão também intensificou a devastação ambiental, seja pela extração de madeira para dormentes e combustível das locomotivas a vapor, seja pelo uso de carvão vegetal na nascente industrialização do período.

O processo de urbanização e ocupação da cidade de Vitória, capital do Estado do Espírito Santo, é um fenômeno que se insere neste contexto histórico, marcado por transformações econômicas, sociais e políticas que moldaram a configuração urbana da região a partir de uma forma de produção exploratória e de grande degradação social e ambiental, como exposto por Casagrande

as grandes transformações remodeladoras das cidades brasileiras, idealizadas ou executadas a partir do final do século XIX, portanto, são concebidas em meio a essa visão preponderante da natureza como fonte inesgotável de recursos, como um sistema a ser dominado em prol do desenvolvimento do país (Casagrande, 2011, p.77).

Esta perspectiva percorre o processo de formação e urbanização de Vitória, e a compreensão desta como um grande centro comercial (Casagrande, 2011, p.48) e consolidado com o governo de Muniz Freire (Campos Júnior, 1996). Desde sua fundação, Vitória apresentou um desenvolvimento urbano lento e gradual, caracterizado por uma economia predominantemente agrícola, com a cafeicultura

emergindo como a principal atividade econômica no Espírito Santo até a década de 1950 (Mattos, 2008; Rocha; Morandi, 1991) . A introdução da cafeicultura no século XIX, impulsionada pela demanda do mercado interno e externo, atraiu um fluxo de imigrantes, formado por negros escravizados e fazendeiros, tanto de outras regiões do Brasil, como Rio de Janeiro e Minas Gerais, quanto de países europeus, que contribuíram para a ocupação do interior e a valorização das pequenas propriedades agrícolas.

No início do século XX, a ocupação urbana de Vitória era considerada insignificante, a economia capixaba era pautada na produção cafeeira, corroborando com o contexto nacional e muito vinculada ao município de Cachoeiro de Itapemirim, localizado no sul capixaba. Vitória, a capital, possuía aspectos coloniais muito significativos, mesmo como uma atividade portuária já existente. O porto de Vitória teve a sua construção iniciada em 1911, mas devido à abundância de rochas submarinas que impediam a entrada das grandes embarcações, somente em 1937 que os navios poderiam atracar na Baía de Vitória.

A construção do porto foi um marco no início do desenvolvimento e a expansão urbana de Vitória para áreas de maior potencial de ocupação, com o início dos aterramentos e estreitamento geográfico com municípios continentais, através das pontes como a Florentino Ávidos, construída no governo de Florentina Ávidos e que por mais de meio século foi a única ligação rodoviária da ilha com o continente. Bittencourt (1987), afirma que essa evolução lenta da mancha urbana deveu-se a uma combinação de fatores, incluindo uma economia incipiente incapaz de gerar excedentes aplicáveis ao urbano, a escassez de recursos disponíveis para os governantes da antiga capitania, e o isolamento geográfico da região em relação ao restante do país devido à necessidade de dificultar o acesso ao interior do continente (Mattos, 2008, p. 67).

Tais aspectos contribuíram para a marginalização e estagnação econômica do estado e de sua capital, sendo caracterizada como uma “cidade velha e péssimamente construída, sem alinhamentos, sem esgoto, sem arquitetura, segundo os caprichos do terreno, apertada entre a baía e um grupo de montanhas” (Derenzi, 1995, p. 141).

A partir da inauguração do Porto de Vitória, mudanças significativas passaram a alterar a morfologia urbana da cidade. A demanda por armazéns para mercadorias, da ampla circulação de bens e pessoas, de áreas para instalação de novas moradias, fez com que se tornasse essencial um profuso processo de aterramentos. Mattos (2008, p.75) aponta cinco obras fundamentais para alteração sistemática do tecido urbano, da aquisição de novos contornos morfológicos, são elas:

- Utilização do Porto de Vitória para a exportação de café;
- Ponte Florentino Ávidos;
- Implementação de linhas de transporte interno que ligavam a cidade baixa à cidade alta, bem como interior da ilha, Santo Antônio, a região costeira, Praia do Suá;
- Reestruturação da infraestrutura do centro, com ênfase em medidas higienistas;
- Execução do Projeto “Novo Arrabalde”;

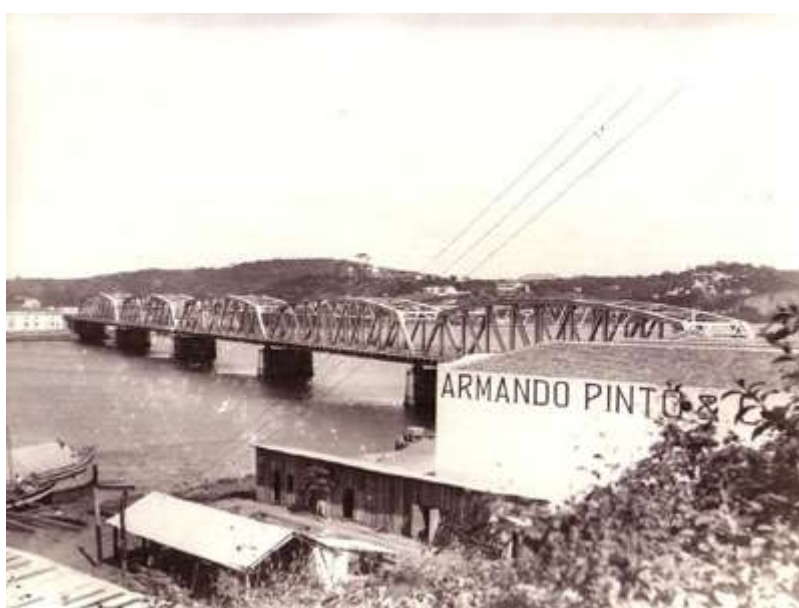


Figura 1 - Ponte Florentino Ávidos. Conhecida popularmente como Cinco Pontes. Foto adquirida de Rui de Oliveira. Vitória-ES. Fonte: Biblioteca Instituto Jones dos Santos Neves.

O "*Novo Arrabalde*" foi um projeto (figura 2, p. 36) de urbanização desenvolvido no final do século XIX e início do século XX, idealizado pelo engenheiro sanitarista Saturnino de Brito. O objetivo principal desse projeto era a

expansão da área urbana de Vitória, aumentando expressivamente a sua extensão. Entendia-se esse projeto como uma forma promover e viabilizar melhorias nas condições de higiene e salubridade da cidade. O projeto visava transformar a parte leste da ilha, onde se localizavam praias até então desabitadas, em um novo bairro que oferecesse melhores condições de vida. A iniciativa refletia a preocupação com a saúde pública e a necessidade de modernização da cidade e resolução da questão sanitária, alinhando-se ao pensamento de progresso da elite local da época. Para além, segundo Mattos (2008) e Casagrande (2011), o governo de Muniz Freire pretendia com o projeto impulsionar o desenvolvimento da cidade, designando-a a um centro econômico moderno e populoso.

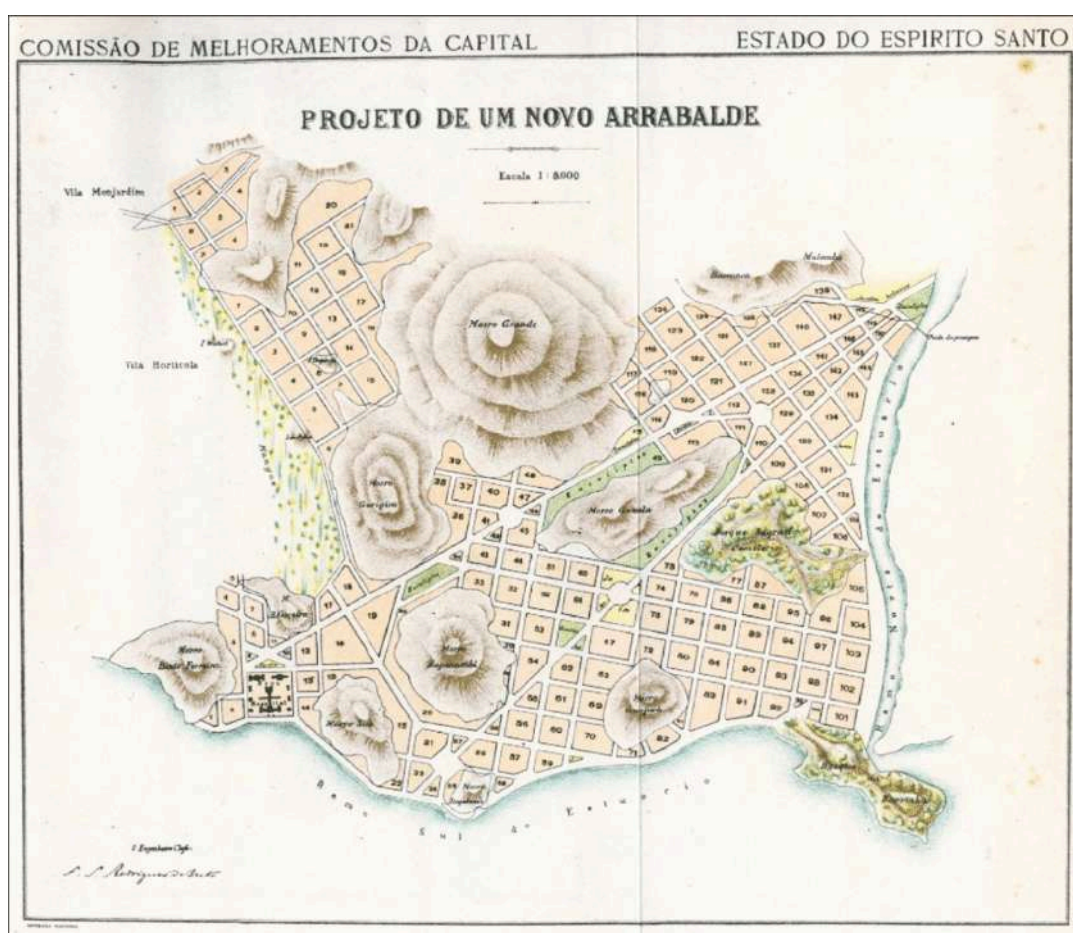


Figura 2 - Projeto de um novo arrabalde. Saneamento de Vitória, ES. Fonte: Francisco R. Saturnino de Brito (1943, v. V, est. II, p. 58).

A partir da década de 1960 do século XX, o cenário começou a mudar com a reorientação da economia capixaba. O declínio do setor cafeeiro, que havia sustentado a economia local por décadas, foi acompanhado por um movimento de

industrialização que alterou radicalmente a dinâmica urbana. Políticas de incentivos à industrialização foram implementadas, promovendo a instalação de grandes empreendimentos industriais e a expansão da infraestrutura portuária e ferroviária.

No entanto, essa aceleração do processo de urbanização trouxe à tona novas formas de desigualdade social. A economia urbana não possuía condições adequadas para absorver produtivamente a força de trabalho trazida pela migração, vinda do interior do estado e de outros estados fronteiriços como Minas Gerais e Bahia, resultando na formação de bairros periféricos e favelas, onde se concentrou a população de baixa renda e majoritariamente negra. A ocupação de áreas vulneráveis, como morros e mangues (Casagrande, 2011), intensificou o empobrecimento e a exclusão social, evidenciando as contradições do processo de urbanização e a ausência de uma política de salubridade para áreas relegadas ao interesse da elite econômica local.

A partir de 1970, a Grande Vitória passou a ser marcada por um crescimento ordenado a uma lógica alheia ao próprio Estado, com a expansão de áreas urbanas sem a devida infraestrutura e planejamento, o que gerou uma série de problemas no meio. Nesse período, haviam sido concluídas as grandes obras infraestruturais, que alteraram a morfologia da paisagem, mas que foram monopolizadas pela branquitude. Essa ocupação “desordenada” do território não infraestrutura é produto do mesmo processo de ocupação dos territórios da branquitude. Não existe uma falta de recursos, e sim uma intenção elitista para a transferência de recursos públicos, utilizados nas obras, em prol de interesses imobiliários e da elite branca dominante.

A formalização da Região Metropolitana da Grande Vitória, ocorrida em 1995 por meio da Lei Complementar Estadual n.º 58, teve como objetivo a organização e o planejamento das funções públicas de interesse comum entre os municípios que a integram. Contudo, a gestão metropolitana continua a enfrentar desafios substanciais, especialmente no que diz respeito à integração das diversas realidades locais e à promoção de um desenvolvimento mais equitativo (Mattos, 2008; Casagrande, 2011). A fragmentação da gestão urbana e a ausência de uma articulação efetiva entre os diferentes níveis de governo dificultam a implementação

de políticas públicas eficazes, direcionadas à inclusão social e à melhoria das condições de vida dos habitantes da região.

Além disso, o processo de urbanização da Grande Vitória é caracterizado por tensões sociais e econômicas que evidenciam a luta por direitos e a busca por melhores condições de vida. A questão social, no que se refere à integração e inserção dos diversos grupos sociais, constitui um aspecto central na análise do processo de urbanização. As desigualdades estruturais, manifestadas nas disparidades no acesso à moradia, educação, saúde e outros serviços públicos, demandam uma abordagem crítica e reflexiva acerca das políticas urbanas e suas consequências para a população.

3.2 Sítio Urbano de Vitória

A zona fisiográfica refere-se a uma divisão territorial fundamentada nas características físicas do relevo, hidrografia, solos e cobertura vegetal, sendo um conceito amplamente utilizado na Geografia Física para a análise e compreensão da dinâmica espacial. Essa categorização permite a identificação de diferentes unidades paisagísticas, ocupação territorial, planejamento urbanístico e impactos ecológicos. No Brasil, as zonas fisiográficas são frequentemente delimitadas com base em critérios geomorfológicos, como planaltos, planícies e depressões, fornecendo subsídios para a gestão sustentável do espaço geográfico e o desenvolvimento de políticas públicas adequadas às especificidades das zonas.

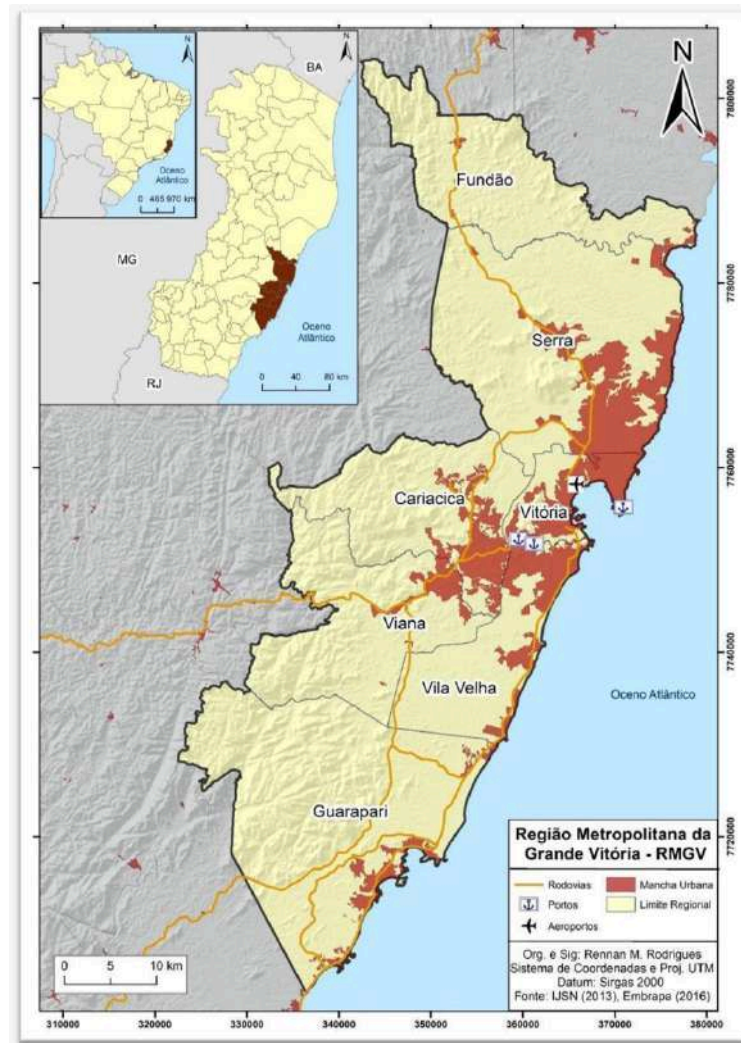
Até 1960, a zona fisiográfica de Vitória abrangia os municípios de Aracruz, Cariacica, Fundão, Guarapari, Ibraçu, Serra, Viana, Vila Velha e Vitória. No entanto, com a divisão dos estados brasileiros em microrregiões pelo censo demográfico de 1970, foi criada a microrregião de Vitória, composta pelos municípios de Cariacica, Serra, Viana, Vila Velha e Vitória. Atualmente, também fazem parte da região metropolitana os municípios de Fundão e Guarapari, como exposto no mapa 1 - *Região Metropolitana da Grande Vitória*.

Os municípios de Guarapari e Fundão passaram a integrar a Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV) em 2009, com a promulgação da Lei Complementar Estadual nº 536, de 28 de abril de 2009. Essa inclusão ampliou a

abrangência da RMGV, consolidando-a como uma área estratégica para o planejamento regional, principalmente em relação à mobilidade, infraestrutura e desenvolvimento socioeconômico. Embora façam parte da RMGV, Guarapari e Fundão possuem características urbanas mais isoladas e um menor nível de interligação direta com os demais municípios no cotidiano e estão geograficamente mais afastados do núcleo urbano contínuo formado por Vitória, Vila Velha, Serra, Cariacica e Viana, que apresentam maior integração territorial devido à expansão urbana. Nessas cidades, os limites entre os municípios tornaram-se praticamente imperceptíveis, formando um aglomerado urbano interligado por uma rede de infraestrutura, mobilidade e serviços.

Compreende-se na geografia a manifestação do fenômeno urbano pelo a) processo de urbanização, e nas escalas da b) rede urbana e do c) espaço intraurbano. Na escala da rede urbana e intraurbana, ocorre a manifestação da conurbação. Logo, faz-se necessário extrapolar as formas urbanas quando é extrapolada própria ideia dos limites políticos administrativos da cidade.

Deste modo, a conurbação é um fenômeno urbano definido com uma expansão urbana em grandes centros urbanos, sobre tudo as regiões metropolitanas. Essa conurbação reflete a dinâmica de crescimento regional, consolidando-se como o principal eixo urbano do Espírito Santo.



Mapa 1: Região Metropolitana da Grande Vitória. Fonte: IJSN (2013) e Embrapa (2016). Organização: Rennan Rodrigues

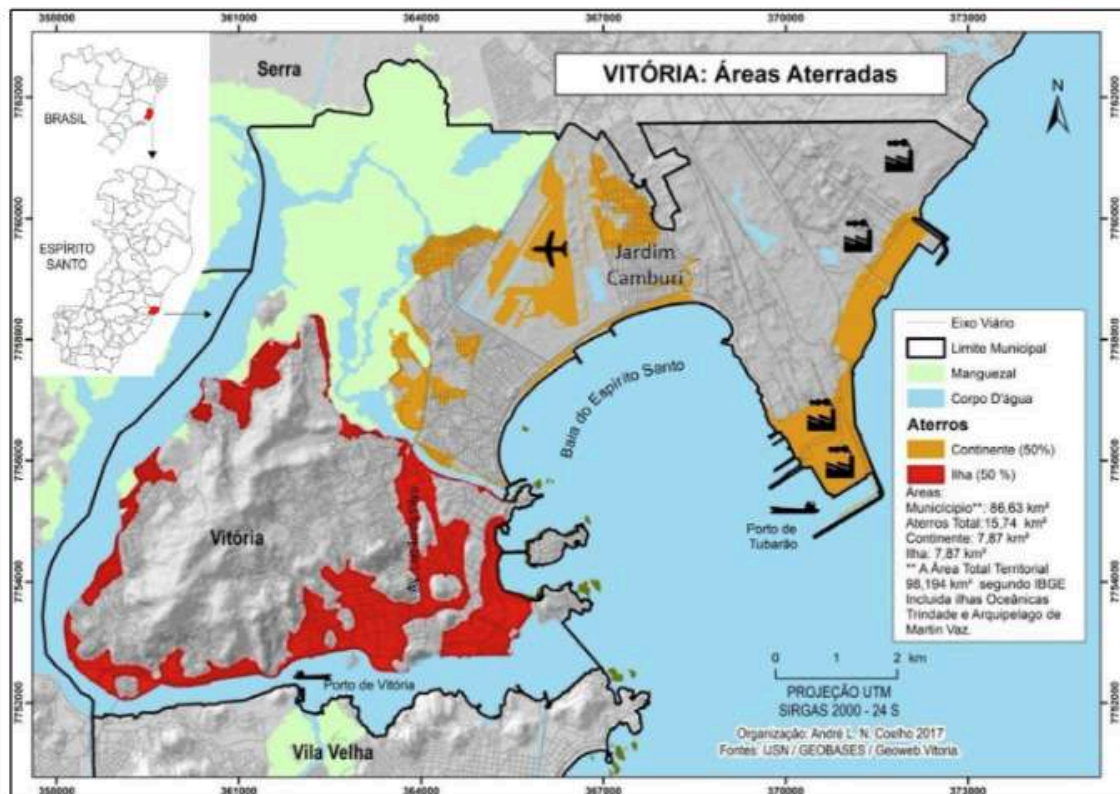
O sítio urbano da RMGV é marcado por uma diversidade de características naturais e dinâmicas de ocupação que influenciam o desenvolvimento socioeconômico e espacial dos municípios que a compõem. A região abrange áreas de planícies litorâneas, morros, formações montanhosas e extensas redes hidrográficas. Essas particularidades geográficas moldaram diferentes padrões de urbanização, desde a conurbação entre os núcleos centrais até a permanência de zonas rurais e de transição em municípios mais afastados, refletindo a integração e os contrastes que caracterizam o território metropolitano.

De forma geral, o sítio urbano da Região Metropolitana tem como característica

principal os maciços com pontões rochosos entrecortados por lagoas, mangues e áreas de inundação, dificultando a ocupação pela reduzida área aproveitável à urbanização. Na parte sul da área conurbada da Grande Vitória, em Vila Velha, temos a planície do Rio Jucu e do Rio Aribiri com ampla área de inundação, a presença de morros isolados de grande relevância paisagística como o Morro do Moreno e o morro do Convento da Penha, além de um rico sistema lagoas, paleolagoas e areais. Segue-se para a Baía de Vitória, adornada por pontões do tipo ‘pão de açúcar’ como o Penedo e os morros do Moreno e da Penha. A baía conta com o estuário do rio Santa Maria da Vitória e Bubu, com extensos manguezais e canais. Na parte do interior da ilha de Vitória temos o maciço da Fonte Grande e pequenos canais de drenagem aterrados no decorrer da expansão urbana.

No município de Serra, mais ao norte em relação à capital, além do maciço do Mestre Álvaro, que no seu entorno apresenta a área de turfa e diversos canais, formados sobre a bacia sedimentar litorânea, temos um rico sistema lacustre formado por pequenas lagoas incrustadas entre os tabuleiros costeiros de baixa altitude da formação Barreiras, além de lagoas de significativa extensão, sendo relevante pontuar a Lagoa Juara, a maior do estado, a lagoa Jacuném, Manguinhos e Nova Almeida. Em Cariacica e Viana temos áreas de contato entre o embasamento cristalino e as planícies costeiras sedimentares, com áreas de planícies, fundos de vale e relevo ondulado de base cristalina na encosta do planalto. Além disso, ambos os municípios possuem rios relevantes e manguezais, como o Rio Formate em Cariacica e o Rio Jucu em Viana.

Esse sítio constituiu no processo de produção da cidade um fator de segregação pela incorporação pelo mercado imobiliário das áreas mais favoráveis e pela ocupação irregular em áreas de encosta e planícies de inundação. O próprio projeto do Novo Arrabalde propôs uma ocupação a partir dos aterros para ampliação das áreas passíveis de ocupação. Esses aterros, em grande medida, foram custeados pelo Estado como o: Parque Moscoso, Esplanada Capixaba, Bento Ferreira, Praia do Canto, Praia do Suá, Prainha em Vila Velha e áreas da Praia da Costa. Podemos observar a distribuição espacial e extensão dos aterros no mapa 2 - *Áreas Aterradas*.



Mapa 2: Áreas Aterradas

Fonte: IJSN, Geobases e Geoweb. Elaboração: André Luiz N Coelho

Os aterros serviam para a ocupação, em sua maioria, da elite capixaba, bem como, a inserção de novos equipamentos voltados para a gestão do território (Porto, áreas industriais e o Shopping centers, e, o Central Business District - CBD). Os aterros vão soldando ilhotas à ilha principal e emergindo áreas rasas, ampliando a extensão do município de Vitória. Os aterros não estruturados também são construídos, em especial na baía de Vitória, na parte oeste da Ilha, em que a ocupação do mangue ocorreu de forma irregular, com aterros feitos com lixo e solo desagregado, como na Grande São Pedro, tendo a ocorrência da intervenção estatal posterior a ocupação, e com destinação de recursos inferiores aos aterros estruturados para áreas ocupadas pela elite branca local. A autoconstrução desses aterros contrapõe a lógica dos aterros estruturados, criando áreas de risco no fundo da baía para a população migrante que não foi absorvida como mão-de-obra e racializada como não branca.

3.3 Horizontalidades e Verticalidades na RMGV

A partir dos circuitos da economia urbana, podemos refletir acerca da acumulação das práticas e processos espaciais, onde Roberto Lobato Corrêa (2007) discorre sobre os processos espaciais como “um conjunto de forças atuando ao longo do tempo, viabilizando localizações, realocações e permanências de atividades e população sobre o espaço da cidade” (Corrêa, 2007, p. 68), a qual ocorrem sistematicamente, como a segregação espacial. Ao passo que as práticas espaciais, são estabelecidas em menores temporalidades e produzidas por agentes espaciais concretos (Corrêa, 2007). Os resultados dessas relações, é a acumulação das interações e das formas e a interdependência entre as áreas intraurbanas são definidas pela própria produção e reprodução do capital. A teoria dos circuitos, proposta por Milton Santos (1978), permite uma leitura para pensar a escala intraurbana da cidade e as relações de dependência em seu interior.

O par dialético conformado entre os circuitos superior e inferior, permite a compreensão da pobreza como elemento estrutural dos dois circuitos da economia urbana e estes são vasos comunicantes de um mesmo sistema (Silveira, 2007, p.5) que estabelecem um fluxo entre si. Sendo assim,

os fluxos podem ser compreendidos através dos circuitos inferior e superior. O fluxo do sistema superior é composto de negócios bancários, comércio e indústria de exportação, indústria urbana moderna, serviços modernos, comércio atacadista e transporte. Já o sistema inferior é constituído por formas de fabricação sem a utilização intensiva de capital; por serviços não modernos, abastecidos pelo nível de venda a varejo e pelo comércio em pequena escala (Saquet; Silva, 2008).

o circuito inferior caracteriza-se pela fabricação e comércio em pequenas quantidades, pela utilização de capitais reduzidos e por um leque de situações de emprego — acordos pessoais entre patrão e empregado, trabalho autônomo, trabalho familiar, pequenas empresas. São atividades de pequena dimensão, como o pequeno comércio varejista e, inclusive, ambulante, diversas formas de artesanato e de reparação e conserto, alguns transportes, prestação de serviços banais, ou mesmo a agricultura intra-urbana, presente em algumas cidades (Silveira, 2007, p.9-10).

Atualmente, outros nexos são constituintes dos sistemas superior e inferior, em função da globalização e da constante evolução que envolve a tecnologia, a ciência e a informação. Comunicantes em constante evolução, gerando resultados perversos pela especialização do trabalho no processo produtivo. Logo,

O emprego de alta tecnologia no processo produtivo, embasado nos avanços científicos, reforça a pobreza, as desigualdades, uma vez que exclui do processo produtivo

ampos contingentes de mão-de-obra que, por sua vez, geram novos nexos de subordinação (Martinuci, 2008, p. 41).

Assim, a pobreza não é mais aquela pobreza gerada localmente, não podendo ser explicada, unicamente, pelo modelo de zonas concêntricas, instituído na ideia de centro, periferia e segregação. Ultrapassa-se a pobreza marginal e observa-se uma pobreza estrutural, excludente, compreendida como inevitável frente ao capitalismo (Martinucci, 2008). Embora seja um fenômeno originado em níveis hierárquicos superiores e imposto por uma ordem distante, os efeitos perversos dessa articulação entre o circuito superior e o circuito inferior manifestam-se de forma direta no âmbito local. A análise da segregação geográfica exige uma abordagem que integre uma compreensão multiescalar, levando em conta as diferentes redes, hierarquias e a dinâmica dos espaços intraurbanos.

Com o intuito de explicar essa dinâmica a partir da modernização contemporânea e a mundialização de todos os lugares (Santos, 2006, p. 322), Santos (2004, p. 281) busca desenvolver os conceitos de horizontalidade e verticalidade. Para o autor, as ações ocorrem em múltiplas escalas e são definidas em escalas que não são a do cotidiano das cidades. Por exemplo, a quebra da bolsa de *commodities* em Chicago tem impactos em áreas rurais do interior do Espírito Santo que dependem do café, levando ao desemprego ou perda de propriedades. Desta forma as verticalidades são ações e fluxos que ocorrem em escalas globais ou nacionais tem ações e consequências locais. Por outro lado, as horizontalidades são “extensões de pontos que se agregam sem descontinuidades [...]” (Santos, 2006, p. 284) traduzindo-se em um cotidiano compartilhado.

Esse atravessamento de ações e fluxos verticais na RMGV tem impactos profundos na estrutura das cidades, desde políticas nacionais como o Programa de Erradicação dos Cafezais (1960), que levou a um fluxo migratório do interior do estado para a RMGV, o II Plano Nacional de Desenvolvimento - II PND (1975-1979) que estruturou a região de produção de ferro e aço na região de atuação da Companhia Vale do Rio Doce, incluindo a ferrovia, o Porto de Tubarão, usinas de pelotização e siderurgia, Companhia Siderúrgica Tubarão (CST), atual Arcelor Mittal, e posteriormente outras usinas de apoio, a criação da antiga Aracruz Celulose, atual

Suzano S/A, e o Terminal Especializado da Barra do Riacho (Portocel). Posteriormente a indústria do petróleo e gás na exploração da bacia de Campos e no pré-sal deram novos impactos na escala do espaço urbano.

Isto posto, as verticalidades incidiram na RMGV alterando a sua dinâmica interna e seus nexos de horizontalidades, como as formas e os lugares de morar, as valorizações dos terrenos e o fluxo de migrantes. Por fim, no final dos anos 1990, com o avanço do processo de globalização, a RMGV com seus portos viraram pontos chave de importação e exportação, fazendo com que se reorganizasse o espaço urbano com grandes terminais logísticos, portos secos e empresas de comércio internacional. As verticalidades são muito associadas à estrutura das cidades, por introduzir nexos de outras escalas e permitir o controle de ações nas horizontalidades.

3.4 Migrações: a proposta do Migra Família

A dinâmica migratória no Brasil ao longo do século XX esteve intrinsecamente ligada a transformações econômicas, sociais e urbanas. Antes da industrialização, os deslocamentos populacionais eram impulsionados principalmente por atividades agropecuárias e extrativistas. No período entre 1950 e 1980, com a industrialização e a expansão econômica, principalmente nas duas grandes metrópoles da região Sudeste, verificou-se um intenso movimento migratório, sobretudo de populações nordestinas em direção aos grandes centros urbanos, resultando num acelerado processo de transição urbana e na formação de vastas áreas periféricas nessas áreas (Santos; Silveira, 2006; Martine; Mcgranahan, 2010; Castiglioni, 2020).

Entre as décadas de 1970 e 1990, esse movimento atingiu seu auge, especialmente devido à crise agrícola e à mecanização no campo, fatores que intensificaram o “push rural” (Castells, 2000). Entretanto, a partir da década de 1990, observou-se uma diminuição dos fluxos migratórios de longa distância, com um crescimento dos deslocamentos intra-regionais e inter-regionais, refletindo mudanças nas dinâmicas do mercado de trabalho e na distribuição das oportunidades econômicas pelo território nacional (Dota; Queiroz, 2019).

O impacto desses fluxos na estrutura urbana foi significativo, uma vez que o

crescimento demográfico acelerado não foi acompanhado por um planejamento adequado, resultando na formação de assentamentos irregulares, favelas e periferias carentes de infraestrutura . Na Região Metropolitana da Grande Vitória, por exemplo, a chegada massiva de migrantes evidenciou a incapacidade da estrutura econômica urbana de absorver a nova mão de obra, intensificando a concentração da pobreza e a segregação socioespacial (Zanotelli, 2000; Castiglioni, 2009; Dota, 2016).

A teoria da causalidade cumulativa contribui para a compreensão desse fenômeno, pois sugere que as condições iniciais de desigualdade tendem a se perpetuar, uma vez que novos migrantes se dirigem a locais onde já existem redes de apoio social, reduzindo os custos e riscos da migração (Santos, 2010). Assim, a migração não apenas impactou a estrutura urbana, mas também reforçou padrões de desigualdade e exclusão territorial.

Diante desse panorama, a mobilidade residencial emerge como uma dinâmica fundamental na compreensão das migrações contemporâneas, uma vez que reflete não apenas aspectos econômicos, mas também decisões familiares relacionadas ao emprego, à educação e ao acesso a serviços públicos. As famílias desempenham um papel central nesse processo, pois suas configurações influenciam diretamente as estratégias de mobilidade e as possibilidades de fixação em determinadas áreas urbanas (Billac, 2014; Aparicio & Farias, 2019).

A segmentação da mobilidade residencial por critérios de classe social, raça e gênero também revela padrões de segregação e exclusão social, indicando que as desigualdades históricas continuam a se reproduzir por meio das escolhas e restrições impostas às famílias migrantes. Além disso, mudanças nas estruturas familiares, como o aumento de famílias monoparentais, também exercem influência sobre os padrões de mobilidade e fixação urbana (Dota et. al. 2023).

O estudo das migrações e seus impactos urbanos requerem uma abordagem que contemple tanto os processos macroeconômicos que induzem os deslocamentos quanto às decisões individuais e familiares que moldam as trajetórias de mobilidade residencial. Os fluxos migratórios do século XX foram determinantes

na estruturação das cidades brasileiras e seguem influenciando padrões de segregação e desigualdade. Assim, compreender as interações entre migração, urbanização e mobilidade residencial permite uma análise mais aprofundada das transformações socioespaciais contemporâneas (Dota et. al. 2023).

4. Procedimentos Metodológicos: ou como cartografar a desigualdade?

A análise da pobreza e das desigualdades sociais no espaço urbano é um tema recorrente nos estudos geográficos e cartográficos. Entre os pioneiros dessas análises está Charles Booth, então chefe da polícia londrina, que no final do século XIX desenvolveu os *Mapas de Pobreza de Londres*, através da articulação empírica, estatística e cartográfica. O trabalho de Booth surge em um período de intensas transformações sociais e econômicas em Londres, associadas à Revolução Industrial. A cidade, que já era um dos maiores centros urbanos do mundo, enfrenta desafios significativos de segurança resultantes do crescimento populacional, da urbanização acelerada e das disparidades econômicas geradas pela intensa produção industrial.

Durante esse período, os bairros operários e as áreas periféricas de Londres sofriam com condições habitacionais insalubres, alta densidade populacional, significativos índices de violência e insuficiência de infraestrutura básica que perpetuavam ciclos de pobreza e adoecimento. Neste cenário, debates políticos e sociais sobre a pobreza ganhavam força, frequentemente polarizados entre visões moralistas, que culpavam os indivíduos por sua situação, e perspectivas estruturais, que buscavam compreender os determinantes econômicos e sociais.

Ao olhar as estatísticas oficiais londrinas, que descreviam as condições de vida no qual apenas 25% da população era entendida em uma situação precária, o que opunha a observação cotidiana de Booth sobre a paisagem, o chefe policial desenvolveu uma metodologia de coleta de dados qualitativos e quantitativos, que incluía observações diretas, entrevistas com trabalhadores, empregadores, policiais e moradores das áreas de interesse. A partir do levantamento dos dados, através do uso dos serviços do Estado, a categorização do território foi proposta a partir de

critérios de renda, padrões de vida e ocupação.

Como forma de apresentação dos dados, Booth utilizou a cartografia para ilustrar a distribuição da pobreza nos bairros de Londres, por meio de um sistema de codificação por cores para indicar os diferentes níveis socioeconômicos. As ruas foram destacadas conforme a condição predominante de seus habitantes, variando de preto ao amarelo, com pode ser observado no mapa 3, definido áreas de: “lowet, class, vicius, semi-criminal” (classe mais baixa, perversas, semi-criminosa), “very poor, casual, chronic want” (muito pobre, irregular, em necessidade crônica), “poor, 18s to 21s, a week moderate family” (pobre, com renda de 18 a 21 xelins por semana), “mixed, som e comfortable, others poor” (misto, alguns confortáveis, outros pobres), “farily comfortable, good, ordinary earnings” (relativamente confortável, decente, rendimentos regulares), “middle class, well to do” (classe média, Acima da média) e “upper-middle and upper classes, wealthy” (classe média-alta, alta e ricos).



The Streets are coloured according to the general condition of the inhabitants, as under:-

■ Lowest class. Vicious, semi-criminal.	■ Fairly comfortable. Good ordinary earnings.
■ Very poor, casual. Chronic want.	■ Middle-class. Well-to-do.
■ Poor. 18s. to 21s. a week for a moderate family.	■ Upper-middle and Upper classes. Wealthy.
■ Mixed. Some comfortable, others poor.	

A combination of colours— as dark blue and black, or pink and red— indicates that the street contains a fair proportion of each of the classes represented by the respective colours.

Mapa 3 - Detalhe do Map of London Labour and Poverty, Booth, 1899.

Apesar da proposta vanguardista de Booth, o *Mapa da Pobreza de Londres* possui inúmeras limitações metodológicas e presunções ideológicas que influenciaram na coleta, interpretação e apresentação dos dados. Ao categorizar as populações em grupos determinados baseados em critérios econômicos e

comportamentais, como “classe mais baixa, perversos, sem-criminosos”, Booth simplifica a complexidade das relações sociais e culturais, e condiciona os territórios vulneráveis a uma responsabilidade meramente moral e a um estigma de violência e vícios, aproximando-se de uma tentativa de naturalização das desigualdades. Tais perspectivas reforçaram a produção de pobreza, violência e adoecimento nos lugares definidos como produtores de tal cenário, ignorando a face estrutural fundada na classe e na raça.

A partir do exposto acima e nos capítulos anteriores, em que os conceitos e definições de segregação socioespacial, pobreza, desigualdade e exclusão-inclusão socioespacial foram trabalhados, chegamos ao seguinte questionamento: como podemos apresentar, em formato de mapas um processo multidimensional e multiescalar como segregação socioespacial? A forma de utilização do mapa por Charles Booth e a produção de estigmas espaciais a partir da interpretação deste, é um tensionamento inicial para pensarmos sobre como não cartografar a segregação socioespacial. Segundo a geógrafa brasileira Gisele Girardi, os mapas são imagens que apresentam lugares (Girardi, 2014) e isto se dá a partir da forma que aprendemos a ler e a ver as realidades. Logo, o foco não está apenas no que o mapa representa, mas “no modo que ele é produzido e como produz ação no mundo” (Girardi, 2014, p. 92).

Assim como Booth utilizou os mapas para criar e comunicar uma imagem de Londres identificando e estigmatizando a população de baixa renda, segregada da corte vitoriana, podemos criar mapas que mostrem as junções entre os múltiplos determinantes dos processos de segregação, tais como a proporção de pessoas imigrantes e negras residindo em áreas com pouco acesso a serviços ou o impacto da renda na condição de moradia. Os mapas são produzidos para criarmos imagens e desenvolvermos formas de entender e alterar o mundo que vivemos.

Os elementos explicativos e a configuração espacial deste processo social não cabem em um apanhado de índices e indicadores quali-quantitativos, na qual se cria linhas de corte baseadas em distribuições de frequência para mostrar onde se encontra, no interior das cidades, os mais vulneráveis. Fazer isso, assemelha-se ao corte da linha de pobreza, uma abordagem reducionista. Mas como apreender um

movimento que tem marcas profundas no espaço urbano das cidades, seja nas suas formas ou nos seus conteúdos, tais como bairros precários de infraestrutura, áreas de risco de desastres ambientais, locais insalubres como zonas de sacrifício, falta de acessibilidade e transporte, dentre outros? “Afirmar o mapa como uma construção sempre aberta, transitória, trazidos à existência pela prática” (Martinucci, 2016 p. 38) suscita a “a necessidade de pensar geograficamente a segregação a partir de um jogo de escalas, reconhecendo as diferentes redes, hierarquias e os espaços intraurbanos” (Robaina, 2023, p.103).

Como apresentar em mapas essa diversidade de situações que impactam a vida cotidiana de muitas pessoas em cidades do sul global, e em especial, na Região Metropolitana da Grande Vitória? Podemos utilizar o movimento do mapeamento como indutor de um pensamento mais crítico, selecionando metodologias mais inclusivas e críticas, mas que mesmo assim, tem suas profundas limitações. A primeira delas diz respeito à extensão do recorte espacial empírico e ao escopo do trabalho. A opção por mapeamentos participativos e oficinas comunitárias seria uma solução, bem como a utilização de mapeamentos baseados em dados não-estruturados que permitissem dar densidade empírica para esse tipo de análise. Contudo, esse tipo de abordagem foge do escopo e do tempo da pesquisa, não produzindo a visão de conjunto em uma entidade urbana como estamos propondo. Por se tratar de um estudo que pretende compreender a estrutura e o processo de segregação socioespacial das pessoas no interior da Região Metropolitana da Grande Vitória, entendida como uma unidade, como escala do espaço urbano, nos moldes de Smith (1995), a visão de sobrevoo se faz necessária, bem como a utilização de dados secundários com metodologia uniforme e abrangente para todo território. Atualmente, contamos com as pesquisas censitárias, realizadas pelo IBGE a cada decênio¹⁶ que levantam informações sobre as condições de vida de grande parte da população brasileira.

A segunda limitação diz respeito às unidades de agregação de dados do Censo, as áreas de ponderação e os setores censitários, que limitam a maneira

¹⁶ O censo que era para ter sido executado em 2020 ocorreu em 2022, a data foi alterada pela pandemia e a precarização do IBGE pelo governo Bolsonaro 2019-2022. Os dados desse censo não foram ainda publicados.

como visualizamos os dados, conformando nossa visão em unidades estanques e herméticas. Romper com essas formas pré-definidas pode auxiliar na visualização dos processos e fenômenos de outras formas. Assim, a utilização de dados e métricas podem ser empregados desde que tenhamos uma união de forma e conteúdo, pensamento crítico e um processo de visualização e comunicação cartográfica que consigam criar um meio gráfico que apresente as contradições e processos subjacentes. A nossa proposta é elaborar um estudo de caso que envolva o processo de visualização cartográfica, comunicação e coremática, que serão aprofundados nos próximos itens desse capítulo, como forma de responder a nossa pergunta balizadora: como cartografar a desigualdade na escala do espaço urbano na Região Metropolitana da Grande Vitória?

Para dar conta de avançar sobre a proposta central do trabalho, elaboramos uma sequência de passos que refletiam nossos objetivos iniciais, divididos em dois blocos que deram origem as três partes deste trabalho, que constituíam a revisão teórica e metodológica acerca dos conceitos de pobreza, pobreza urbana, exclusão-inclusão social, desigualdades e segregação socioespacial, além dos debates relativos à teoria dos circuitos da economia urbana e cartografia e da teoria da horizontalidade e verticalidade, ambas propostas por Santos (1978; 2004). Além disso, realizamos um estudo histórico-geográfico sobre o processo de formação e produção da cidade de Vitória, bem como da área urbana da região metropolitana.

A segunda etapa metodológica constitui a modelagem dos Sistemas de Informação Geográfica, entendido como a etapa que determina a utilização dos dados, em qual estrutura ficarão armazenados, que maneira são representados, quais relacionamentos terão entre si (Santos, Barcellos, 2006, p.67). A obtenção dos dados secundários ocorreu por meio de fontes diversas, com metodologias seguras, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - Tipologia de Espaços Intraurbanos, Regiões de Influências das Cidades, Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio Contínua -, do Departamento Nacional de Sistemas de Informação do Ministério da Saúde (Datasus) e da Rede Interagencial de Informações para a Saúde (RIPSA). Os indicadores foram a fim de compreender quais camadas de informação poderiam representar e caracterizar “os processos excludentes” (Martinucci, 2008, p.2).

Na execução da terceira etapa, a tabulação e modelagem dos dados coletados foram realizados através do software estatístico livre PSPP e Excel para o gerenciamento e análise tabulares para aplicação de métodos da estatística espacial e descritiva. Ainda nesta fase, os dados obtidos foram utilizados na elaboração de mapas temáticos “como meio de descrição e análise da informação geográfica” (Martinucci, 2008, p.11) para a compreensão da desigualdade intra-urbana. O Sistema de Informação Geográfica (SIG) utilizado na produção dos mapas, para a organização dos dados em ambiente georreferenciado, os passos iniciais da organização propostos por Bailey e Gatrell (1995) utilizados: a visualização e análise exploratória como base para compreender as análises espaciais dos indicadores, taxas e índices.

Após o mapeamento, durante a quarta etapa, foram realizadas as análises cartográficas e leituras dos mapas, através do uso da coremática. A partir da compreensão das representações gráficas, com o interesse em “*compreender os motivos pelos quais estão presentes determinados elementos gráficos no mapa*” (Girardi, 2000, pg. 46), considerando o caráter polissêmico da imagem e multidimensional dos fenômenos estudados - pobreza, desigualdade e exclusão/inclusão, segregação socioespacial -, foram traçadas as relações com variáveis socioeconômicas, culturais, demográficas e de saúde a fim de compreender os processos de desigualdade. Esta etapa corrobora com o último objetivo específico da pesquisa, que versa sobre a análise do espaço intra-urbano e desenvolvimento de uma base cartográfica para programas e políticas públicas.

E por último, a quinta etapa, produziu uma síntese cartográfica pela coremática sobre a desigualdade e pobreza urbana na escala intra-urbana dos municípios que compõem a Região Metropolitana da Grande Vitória (Serra, Vitória, Viana e Cariacica) para tornar notável o modo qual está distribuído e configurado no espaço.

4.1 Cartografia, Comunicação e Visualização

O mapa é uma apresentação de uma realidade empírica, vista no cotidiano, através na paisagem é apreendida pelas formas e a imaginação cartográfica, técnica

e apresentação. A cartografia, a comunicação e a visualização são elementos que interagem entre si e desempenham funções na representação, análise e disseminação de informações espaciais, contribuindo para a compreensão e interpretação do espaço geográfico.

A cartografia ocupa uma posição central no estudo do espaço geográfico, segundo Martinucci (2016, p.35),

é preciso dizer [que a cartografia] não é uma teoria do espaço geográfico, mas sim pode se constituir em um meio de fornecer subsídios para pensar os problemas sociais e espaciais de nosso tempo. Pode contribuir para a comunicação, para o questionamento, para a constatação das injustiças, das desigualdades, mas, também, para a elaboração de hipóteses e para a teorização (Martinucci, 2016, p.35).

Ela visa apresentar o território em diferentes escalas, a partir da generalização ou de uma precisão cartesiana, utilizando ferramentas de projeção cartográfica, escalas e simbolizações específicas para traduzir o meio vivido e tridimensional em imagens. Portanto, a cartografia transcende a mera técnica de representação espacial, configurando-se como uma prática fundamental para a análise e compreensão dos problemas sociais e espaciais contemporâneos (Martinucci, 2016). Logo, deve ser entendida como uma ferramenta de comunicação e análise, capaz de questionar e evidenciar injustiças e desigualdades, além de contribuir para a elaboração de hipóteses e teorização sobre o espaço. Nesse sentido, o mapa é considerado uma parte material do esforço teórico dos geógrafos, resultante de um rigoroso trabalho analítico, frequentemente negligenciado (Martinucci, 2016). Como dito anteriormente, a cartografia não limita a ser uma teoria do espaço geográfico e deve ocupar um lugar significativo no fundamento epistemológico da geografia, sustentando o discurso e as teses espaciais.

Por sua vez, a comunicação cartográfica¹⁷ envolve a capacidade de transmitir informações geoespaciais de maneira clara e eficaz ao público-alvo. Ao incorporar elementos gráficos como legendas, escalas e símbolos, a comunicação cartográfica assegura que os dados apresentados sejam compreendidos de forma acessível e

¹⁷ - Os mapas não são apenas representações neutras do espaço, mas também instrumentos de discurso e poder. A comunicação cartográfica analisa a cartografia sob a perspectiva da comunicação, destacando como os mapas influenciam a percepção territorial e a construção de narrativas espaciais.

intuitiva. A utilização de diferentes tipos de mapas, gráficos e diagramas permite que os leitores interpretem informações complexas de forma gráfica, o que é especialmente relevante em contextos que exigem a disseminação de informações para uma ampla gama de públicos, com diferentes níveis de conhecimento sobre o tema abordado.

A visualização é uma corrente teórica que compreende que o pesquisador interage com seu objeto por meio dos mapas, e elabora suas explicações a partir disso, e está intimamente relacionada ao uso de tecnologias avançadas, como os Sistemas de Informações Geográficas (SIG) e a cartografia digital, para representar, analisar e explorar dados espaciais, fornecendo suporte à decisão (Hallisey, 2005). A visualização permite que os dados sejam transformados em imagens, facilitando a identificação de padrões, tendências e relações espaciais que seriam difíceis de perceber por meio de tabelas ou textos. A aplicação de modelos tridimensionais e mapas interativos tem revolucionado a forma como as informações geográficas são exploradas, proporcionando uma análise dinâmica e interativa do território, contudo à uma limitação expressiva quanto a possibilidade de utilização e a publicização da mesma. Segundo o “Cubo de Uso do Mapa” proposto por MacEachren (1994), quando maior a audiência (leitores e usuários) menor a possibilidade de interação e manuseio do, e sobre, o mapa.

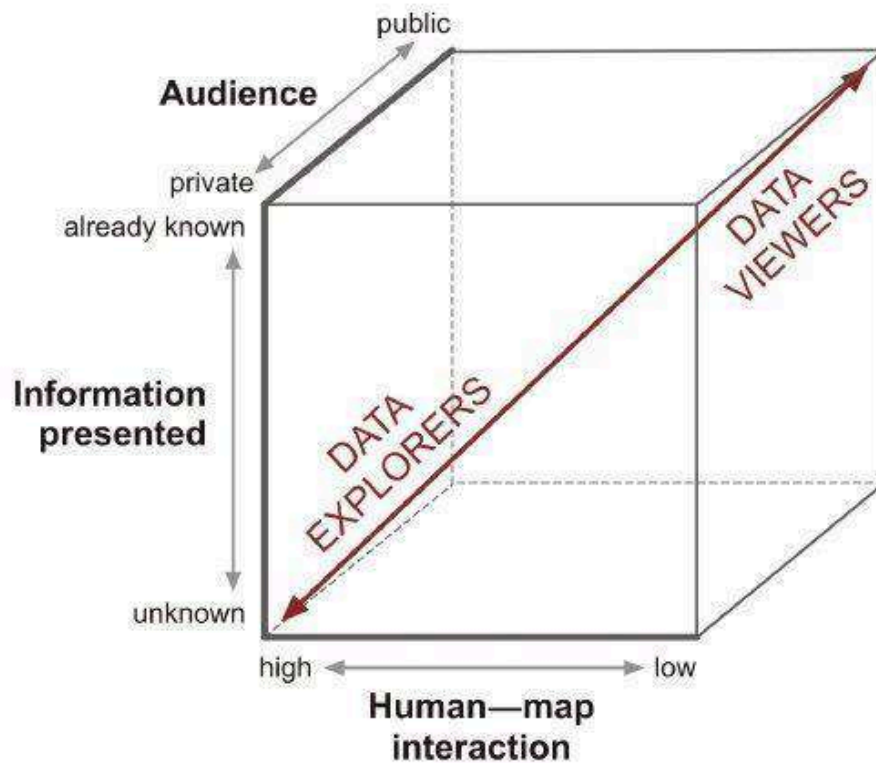


Figura 3 – O cubo de uso do mapa (MacEachren, 1994).

A integração entre essas três perspectivas é essencial para garantir que os dados geoespaciais sejam não apenas apresentados, mas também comunicados de maneira eficiente e interpretados de forma acessível. O uso combinado de cartografia, comunicação e visualização possibilita a criação de produtos cartográficos dinâmicos, ricos na possibilidade de representações e que ofereçam uma abordagem mais dinâmica e multiescalar na análise e disseminação de informações. Assim, a combinação dessas abordagens metodológicas representa um avanço significativo nas técnicas de análise e comunicação de dados espaciais, tornando-os mais acessíveis e compreensíveis para profissionais da gestão pública, pesquisadores e a população em geral. A utilização da tecnologia, alinhada a conceituações metodológicas, constituem uma nova forma de utilizar os mapas para a compreensão de fenômenos complexos, multifatoriais e multiescalares como a pobreza, a desigualdade social e a segregação espacial.

4.2 Coremática

A compreensão das dinâmicas espaciais é um dos pilares da Geografia, sendo essencial o uso de metodologias que possibilitem analisar as interações entre elementos do território de forma clara e objetiva. Nesse contexto, destaca-se a coremática, metodologia proposta pelo geógrafo francês Roger Brunet nos anos 1980. A coremática combina representações gráficas simplificadas e conceitos teóricos para sintetizar as relações espaciais e territoriais, fornecendo uma leitura inovadora das dinâmicas espaciais contemporâneas baseadas na ideia de que o espaço geográfico é, ao mesmo tempo, suporte e produto de relações sociais, econômicas e culturais. Brunet (2001) propôs que, para compreender as dinâmicas espaciais, era necessário ir além dos mapas convencionais, utilizando representações que focassem nos processos, fluxos e interações. A proposta central da coremática é simplificar a complexidade territorial, destacando as relações funcionais em detrimento de elementos descritivos.

Portanto, o território pode ser interpretado por meio de modelos gráficos abstratos (Brunet, 2001), os quais são representados por:

- Fluxos: indicados por setas e linhas, representam os movimentos de pessoas, mercadorias, capital ou informações.
- Polarizações: evidenciados por figuras geométricas, como círculos ou pontos, que indicam áreas centralidade, influência e redes.
- Hierarquias: aparecem por meio da variação no tamanho ou espessura dos elementos gráficos, indicando relações de poder entre os objetos e contextos representados.

A coremática apresenta algumas características centrais que a diferenciam de outras metodologias cartográficas e analíticas, como a proposta de simplicidade visual, por meio de uma representação que exclui elementos não essenciais para o fenômeno ou objeto em voga. Tal escolha metodológica favorece à uma abordagem funcional, focada nas relações espaciais, como fluxos e conexões, ao invés de limitar-se apenas aos aspectos morfológicos ou estáticos, podendo ser aplicada em diferentes unidade de agregação, como foi realizado neste trabalho através da

análise intraurbana: por área de ponderação e a nível do setor censitário.

Outro elemento fundante da metodologia é a abstração, ao priorizar os processos, a coremática abstrai características geográficas específicas, criando modelos que podem ser interpretados em diferentes contextos. Na figura 3, página 57, apresentamos os coremas propostos por Brunet (2001) e amplamente utilizados no processo de elaboração de coremas.

		PONTO	LINHA	ÁREA	REDE	
ESTRATÉGIAS E DINÂMICAS ESSENCIAIS	MALHA					
		capital	limite administrativo	Estado, região	centros, limites e polígonos	
	DISPOSIÇÃO					
		centro de rede entroncamento	vias de comunicação	área de irrigação, drenagem	grafo	
	GRAVITAÇÃO					
		pontos de atração de satélites	linhas de isotropia	órbitas	auréolas	faixas
	CONTATO					
		ponto de passagem, de entrada etc.	ruptura, interface	áreas em contato	regiões convergentes	regiões divergentes
	TROPISMO					
		centro de atração	linha de partilha	superfície de tendência	dissimetria	
DINÂMICA TERRITORIAL						
	evoluções pontuais	eixos de propagação	áreas de extensão ou de regressão	tecido de mudança		
HIERARQUIA						
	distribuição urbana	relação de dependência	limites administrativos	subconjunto	rede de elos	

Figura 4. Coremas propostos por Brunet. Fonte: Adaptado e traduzido de Brunet (2001), por Girardi (2008).

As estruturas territoriais representadas pela coremática dizem respeito à maneira como o espaço geográfico se organiza a partir das interações, fluxos e hierarquias que sustentam sua dinâmica. Dentre elas, destacamos as redes urbanas, que revelam as conexões entre diferentes centros urbanos, as relações de dependência e influência entre metrópoles, cidades médias e pequenos núcleos urbanos. Além disso, a visualização das polarizações territoriais, que indicam áreas de maior concentração de atividades econômicas, políticas e culturais, bem como

suas zonas de influência, tornam perceptíveis os contrastes e discontinuidades do espaço geográfico. Outro aspecto essencial são os fluxos espaciais, que representam a circulação de pessoas, mercadorias, capitais e informações, demonstrando como diferentes regiões se interligam em uma lógica de complementaridade, descontinuidade e desigualdade. Ao enfatizar esses elementos, a coremática não apenas sintetiza a organização do território, mas também oferece uma leitura dinâmica e relacional do espaço, permitindo compreender os processos que estruturam e reconfiguram as paisagens geográficas ao longo do tempo.

No Brasil, a coremática foi adaptada para o estudo das dinâmicas espaciais específicas do território nacional, especialmente em contextos de desigualdade regional e de análise de redes urbanas. A coremática tem sido amplamente utilizada para representar as redes urbanas brasileiras, destacando a polarização exercida por metrópoles como São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília. Nessas análises, setas e linhas são empregadas para indicar os fluxos econômicos, como o transporte de mercadorias e a mobilidade populacional, enquanto círculos de tamanhos variados representam a hierarquia das cidades no contexto regional e nacional, como observado na figura 4, abaixo.

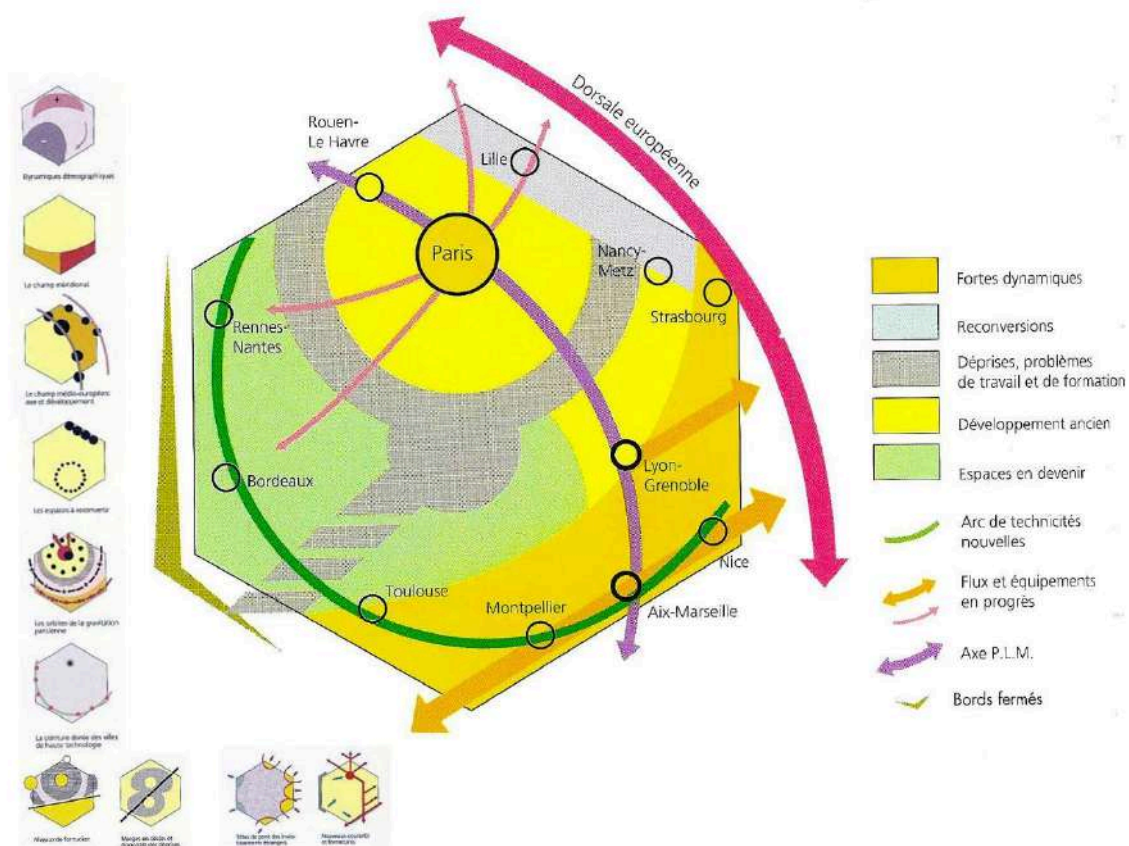


Figura 5. Modelo da França Hexagonal. Thery, 2024

Outra aplicação importante da coremática no Brasil é a análise das desigualdades regionais, evidenciando os desequilíbrios entre áreas centrais e periféricas. Por exemplo, o método pode representar o contraste entre o desenvolvimento econômico do Sudeste e as condições socioeconômicas mais fragilizadas do norte e nordeste, destacando os fluxos que perpetuam essas desigualdades. A coremática também é útil para analisar a integração econômica do Brasil no mercado global. Representações codemáticas podem ilustrar os fluxos de exportação de commodities, como soja e minério de ferro, desde as áreas produtoras no interior até os portos, evidenciando a importância das infraestruturas logísticas no território. Nesta temática, ressaltam-se os trabalhos de Thery (2006; 2010; 2016).

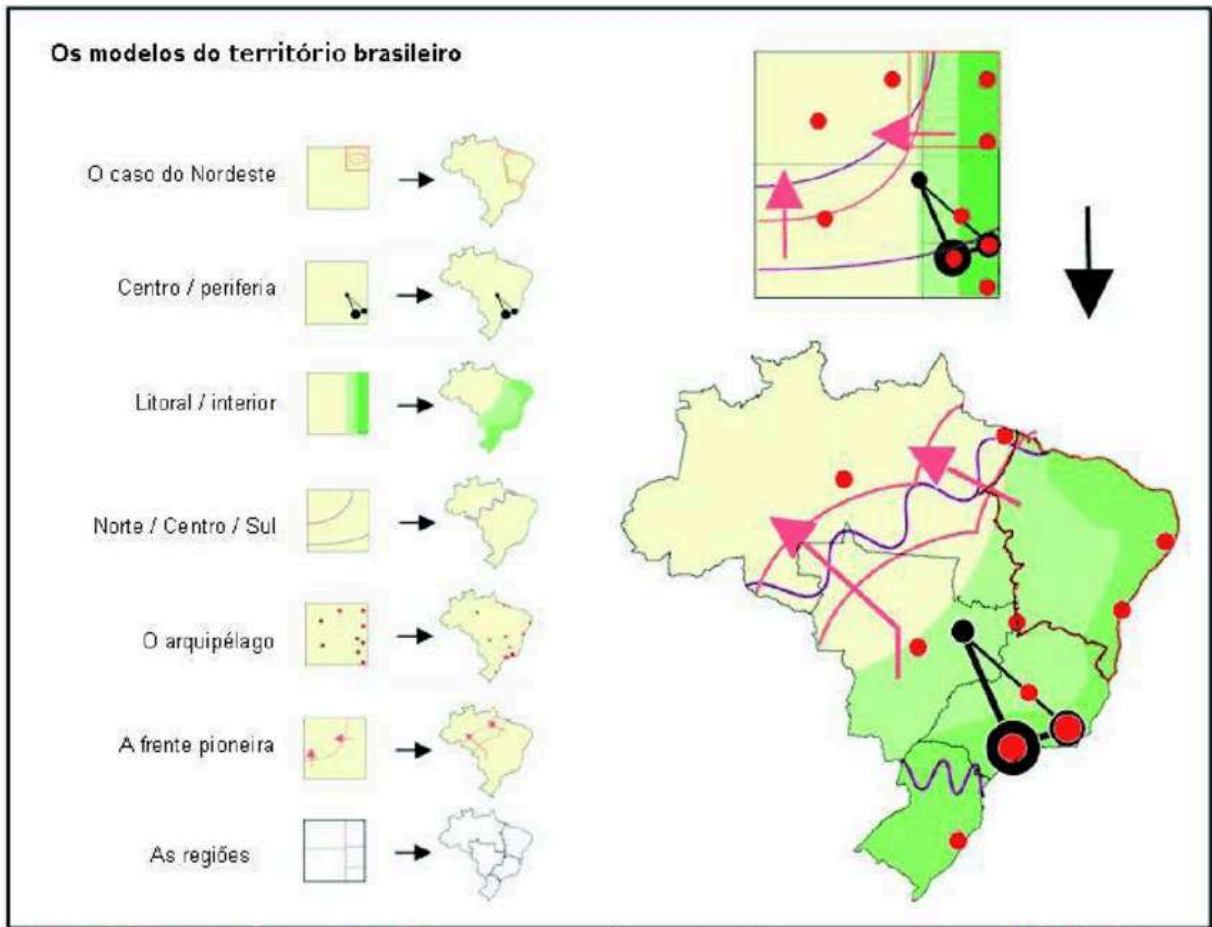


Figura 6 - Modelo do território Brasileiro. Fonte: Thery, 2006.

Deste modo, a coremática se apresenta como uma metodologia eficaz na análise das dinâmicas espaciais, permitindo uma compreensão simplificada das relações territoriais, fluxos e polarizações que definem o espaço geográfico. Ao focar nos processos e interações, e ao abstrair elementos geográficos específicos, a interpretação de fenômenos urbanos e regionais, especialmente no contexto brasileiro, onde desigualdades sociais e econômicas são exacerbadas pela configuração do território. Sua aplicação, tanto em escalas intraurbanas quanto regionais, revela a importância de compreender as redes de interconexões e hierarquias que sustentam as relações de poder, favorecendo a construção de modelos que favorecem a análise crítica.

4 Análise por Áreas de Ponderação

Para o início da análise dos dados socioespaciais da RMGV selecionamos

como unidade de agregação de dados as áreas de ponderação e a classificação da Tipologia Intraurbana do IBGE (IBGE, 2018). Essa pesquisa 'Espaços de diferenciação socioeconômica nas concentrações urbanas do Brasil' pretende padronizar uma metodologia que permite a análise de várias concentrações urbanas do país e visualizar esses espaços de diferenciação.

Por meio de dez indicadores socioeconômicos (vide quadro 1, abaixo) foi padronizado segundo a distribuição dos dados, sendo a mediana utilizada para identificação de 11 tipos urbanos. Dados relativos à infraestrutura urbana (água, esgotamento sanitário e coleta de lixo), condição de vida (renda e escolaridade), densidade demográfica e a presença de alguns equipamentos (máquinas de lavar e computadores).

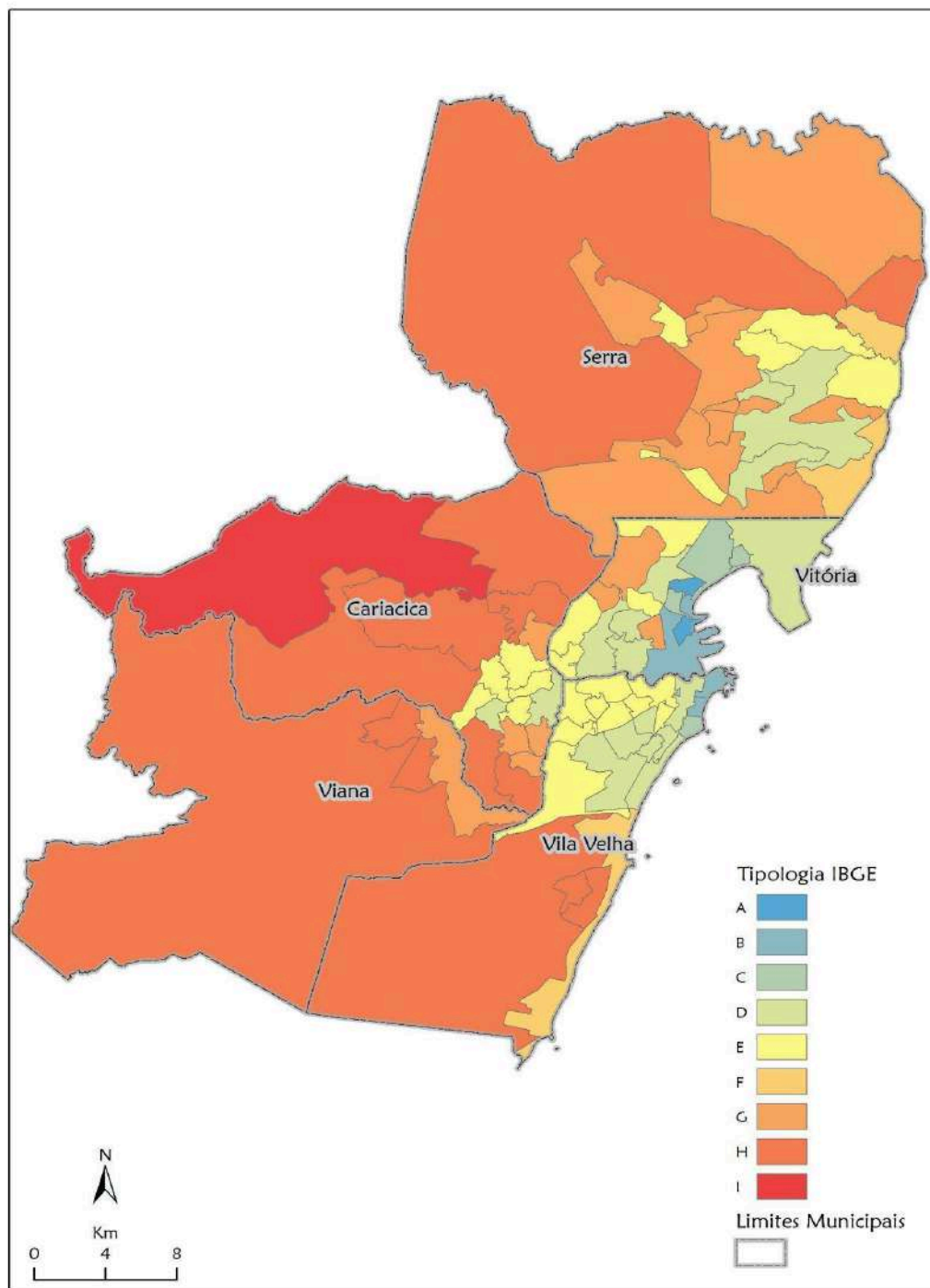
Tabela 1 - Dados de apoio à caracterização dos tipos e subtipos intraurbanos

Tipo	Subtipo	Mediana do percentual de pessoas em domicílios com							Mediana do Percentual de pessoas com nível médio ou superior ¹ (%)	Mediana da razão de dependência de menores de 15 anos (crianças / 100 adultos)	Mediana do rendimento domiciliar per capita (R\$)
		Coleta de lixo diretamente por serviço de limpeza ou em caçamba de serviço de limpeza (%)	Água distribuída por rede geral de abastecimento (%)	Rede geral de esgoto ou pluvial, ou fossa séptica (%)	Densidade de até dois moradores por dormitório (%)	Alvenaria predominante nas paredes externas (%)	Existência de computador com acesso à Internet (%)	Existência de máquina de lavar (%)			
A		100,00	99,80	99,70	95,30	98,70	86,60	96,40	85,80	17	3 250,00
B		100,00	99,60	99,50	84,50	98,40	86,00	93,30	83,90	18	2 500,00
C		100,00	99,80	99,10	82,70	97,00	81,60	92,40	77,80	19	1 750,00
D		99,90	99,50	98,10	84,40	94,20	85,50	85,30	62,10	24	870,00
E		99,80	99,30	94,00	72,30	87,40	44,90	73,70	43,20	31	510,00
F	F1	98,90	95,80	73,50	69,60	87,40	35,30	44,00	51,30	31	440,00
	F2	99,10	91,00	95,80	71,80	84,50	43,00	61,80	55,99	31	555,00
G	G1	99,40	98,50	87,70	58,40	78,30	31,70	64,00	30,90	38	400,00
	G2	98,10	96,90	70,40	68,30	87,10	24,10	30,70	37,70	35	325,00
H	H1	95,60	89,90	52,50	64,10	78,40	21,00	36,70	30,50	40	340,00
	H2	96,60	46,10	90,70	65,80	78,90	23,40	50,60	32,00	37	390,00
I	I1	81,00	73,80	90,50	58,10	75,70	22,80	50,70	29,40	38	333,00
	I2	98,20	85,00	44,50	47,30	42,20	17,60	36,70	38,80	49	320,00
J	J1	80,50	66,00	52,80	55,00	70,10	14,20	22,60	49,00	42	267,00
	J2	96,70	43,70	40,90	44,10	64,70	11,10	34,30	33,90	50	255,00
K	J3	75,50	62,00	32,70	66,40	77,70	10,50	16,10	21,90	43	255,00
	K	70,10	59,10	31,90	49,10	50,10	5,20	12,60	33,00	47	217,00

Fonte: IBGE Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia e Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Métodos e Qualidade.
 (1) Considerando as Áreas de Ponderação com mais de 40% de domicílios particulares permanentes ocupados em situação urbana, nas Concentrações Urbanas selecionadas neste estudo.

Quadro 1. IBGE, 2018, p. 29

A partir dos tipos, que variam de A até K, e indicam as condições de vida, iniciamos o mapeamento da segregação da RMGV. O Mapa 4 nos mostra como estão presentes os tipos na RMGV.

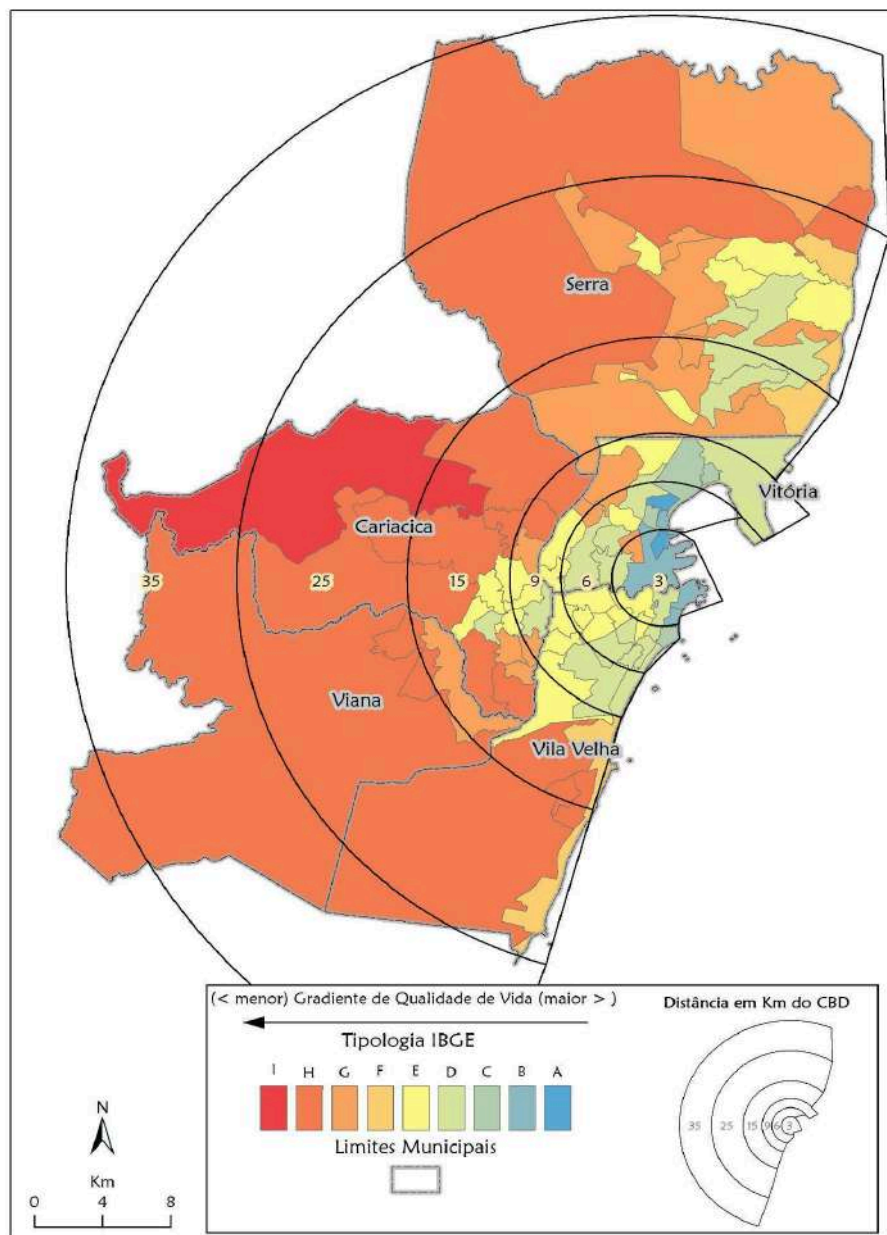


Mapa 4: Área de Ponderação e Tipologia Intra-Urbana do IBGE, 2018. Elaboração: Rafael de Castro Catão e Flora Antonia Soares Ribeiro

A primeira vista podemos identificar um gradiente, saindo da litorânea sudeste do município de Vitória, em direção a oeste. Esse gradiente é uma questão estrutural, em que a distância impõe sobre as condições de vida.

Se colocarmos uma zona tampão (buffer) em volta da Enseada do Suá (Central Business District¹⁸) de Vitória podemos observar essa variação geral, como apontados no Mapa 05, abaixo.

¹⁸ O Central Business District (CBD), é uma área central em uma cidade, caracterizada por alta concentração de atividades econômicas e comerciais, como empresas, escritórios, instituições financeiras, lojas de varejo e outras atividades de serviços, sendo o centro econômico da cidade. O CBD é marcado pela densidade de construção e pela oferta de serviços e facilidades que atraem tanto empresas quanto consumidores, favorecendo um grande fluxo de objetos e ações. Historicamente, o desenvolvimento do CBD está associado ao crescimento urbano e à busca por centralização das funções econômicas, com a evolução das cidades e das tecnologias de transporte e comunicação.

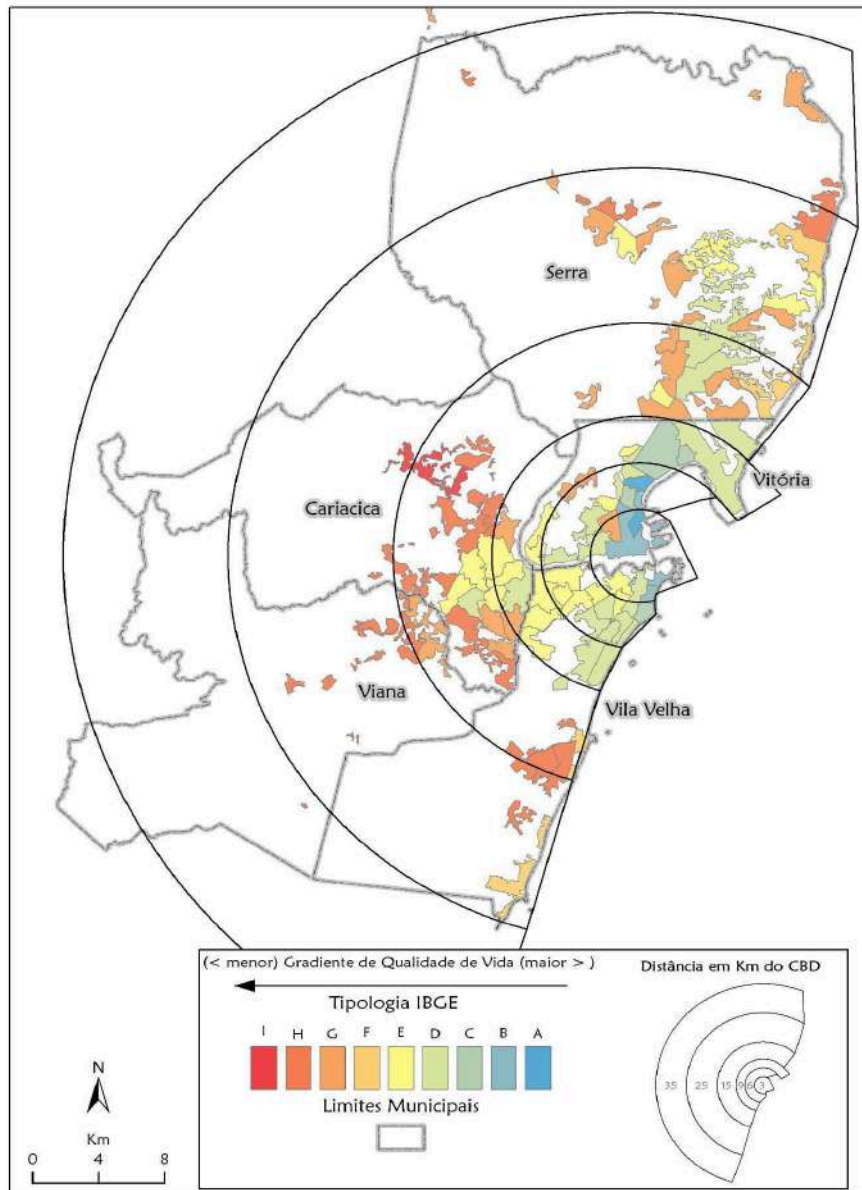


Mapa 5: Área de Ponderação, Tipologia Intra-Urbana do IBGE e Corema de distância em quilômetros *Central Business District*. Fonte: Censo 2010. Elaboração: Rafael de Castro Catão e Flora Antonia Soares Ribeiro

O mesmo estudo nos fornece os tipos recortados apenas com as áreas edificadas, ou seja, excluídas as áreas rurais, naturais e sem população. Esse recorte pode nos auxiliar a entender os tipos (de A a I) nas áreas urbanas¹⁹. O Mapa 06 abaixo, traz esses tipos recortados somente com as áreas edificadas e o buffer

¹⁹ O que é área urbana pro IBGE

de distância.



Mapa 6: Tipologia Intra-Urbana do IBGE e Corema de distância em quilômetros *Central Business District*. Fonte: Censo 2010. Elaboração: Rafael de Castro Catão e Flora Antonia Soares Ribeiro

As cores vão do azul para o vermelho em um gradiente saindo do CBD até as partes mais distantes da aglomeração metropolitana. Algumas zonas com condições de vida mais favoráveis se situam distantes, como Serra Sede, em Serra, ou Campo Grande Jardim América, em Cariacica, que seriam exceções dentro dos domínios de baixas condições. Possivelmente trata-se de centralidades urbanas que concentram

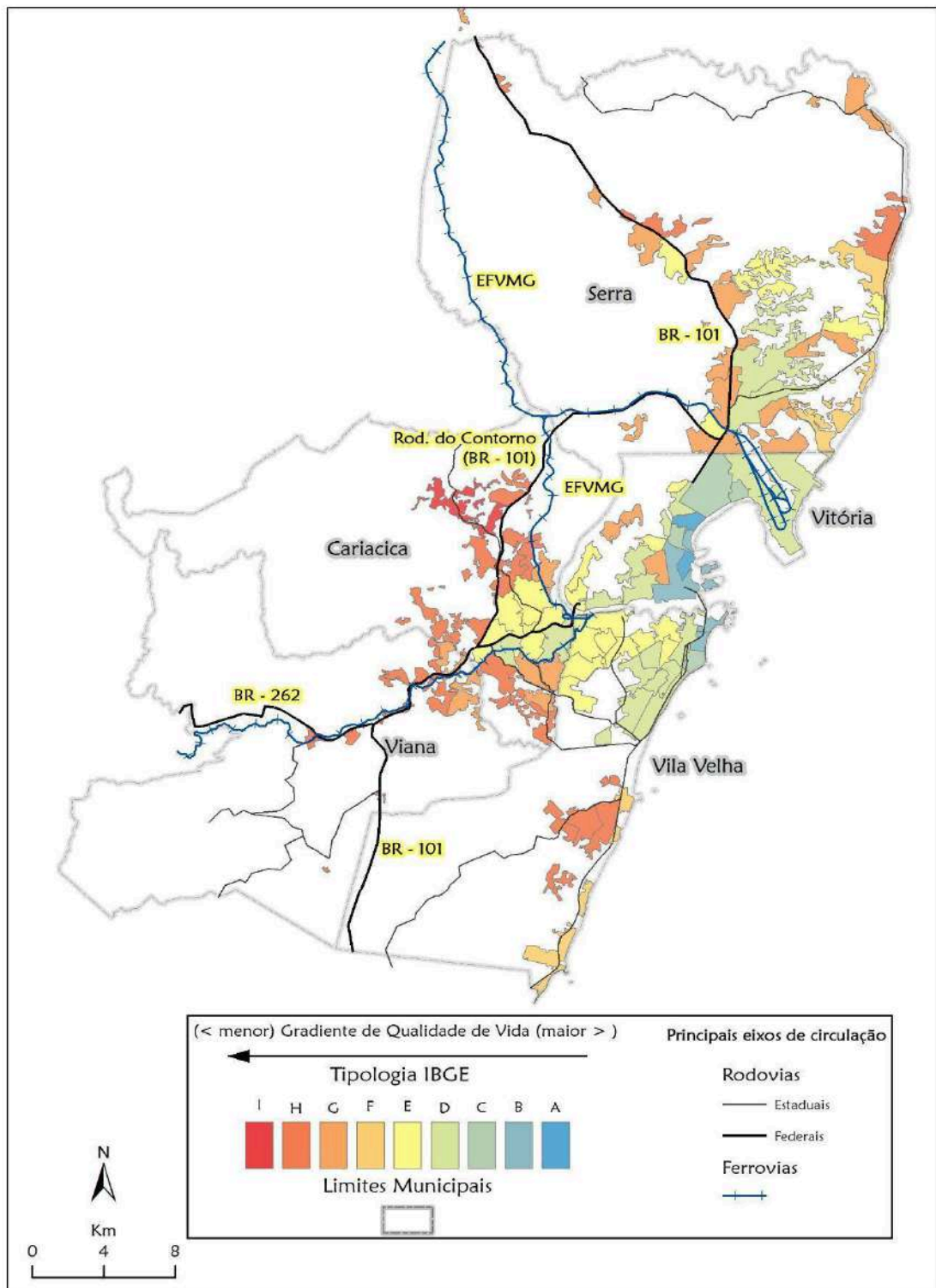
elites locais, bem como, centros de comerciais importantes.



Mapa 7: Corema *Central Business District*. Fonte: Censo 2010. Elaboração: Rafael de Castro Catão e Flora Antonia Soares Ribeiro

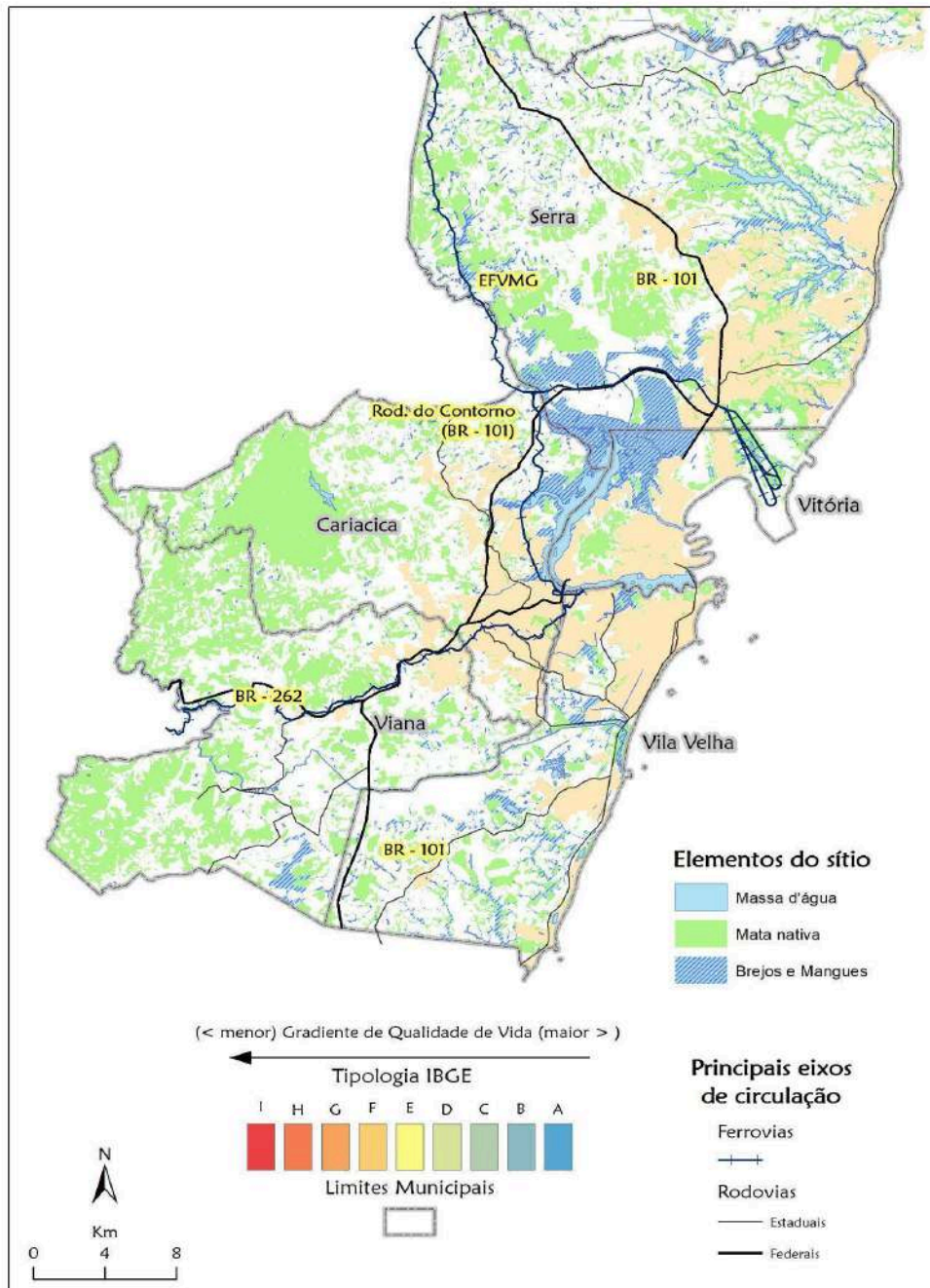
Outro aspecto estruturante são os sistemas de circulação em escala nacional e internacional, como rodovias, ferrovias, portos e aeroportos, objetos geográficos que permitem a passagem e a circulação de pessoas e mercadorias. As principais rodovias são as BR-101 e BR-262, que ligam o Rio Grande do Sul ao Rio Grande do Norte e o Espírito Santo ao Mato Grosso do Sul. A Rodovia do Contorno, extensão da BR-101, foi implementada para retirar das áreas centrais a rodovia. A ferrovia que corta a RMGV é a Estrada de Ferro Vitória – Minas Gerais, implementada pela CVRD para exportar minério de ferro das jazidas de ferro do quadrilátero ferrífero. Podemos observar a relação das rodovias e ferrovias com a partição intraurbana das

condições de vida. As rodovias, que fazem um arco em relação as áreas mais centrais dividindo as condições de vida médias para as mais baixas, ao longo da ferrovia que corta as áreas industriais as condições de vida também são mais baixas. Podemos observar no mapa 08 essa estruturação das vias de circulação e da condição de vida.

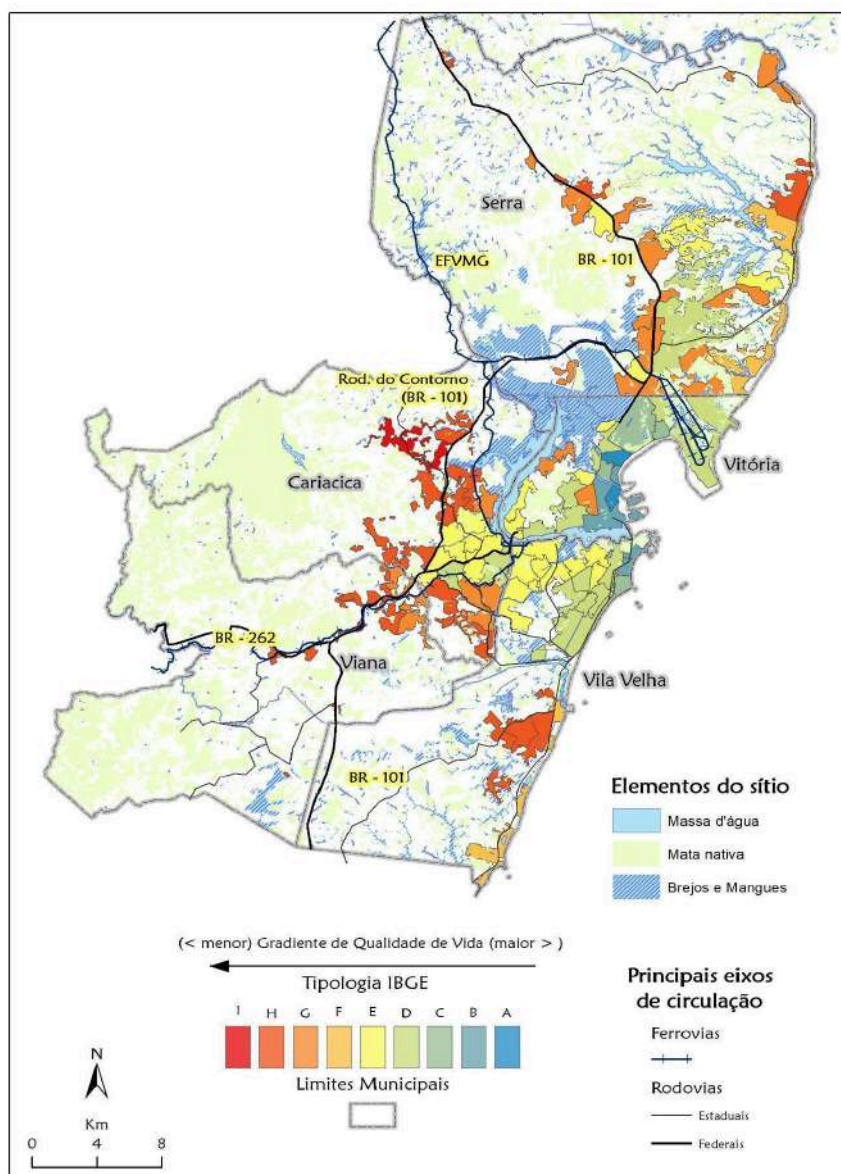


Mapa 8: Tipologia Intra-Urbana do IBGE e Corema de Eixos de Circulação. Fonte: Censo 2010.
 Elaboração: Rafael de Castro Catão e Flora Antonia Soares Ribeiro

Outra estrutura territorial que conforma a segregação na RMGV são os elementos do sítio urbano, como havíamos mencionado no capítulo anterior. O mosaico recortado de áreas com alta declividade, áreas inundáveis, lagoas e sistemas lacustres somados aos aterros faz com que se direcionem as áreas valorizadas do mercado imobiliário e as áreas de ocupação irregular. Podemos observar no mapa abaixo essa estrutura territorial.



Mapa 9: Tipologia Intra-Urbana do IBGE e Corema de Elementos do Sítio/Área Urbana. Fonte: Censo 2010. Elaboração: Rafael de Castro Catão e Flora Antonia Soares Ribeiro



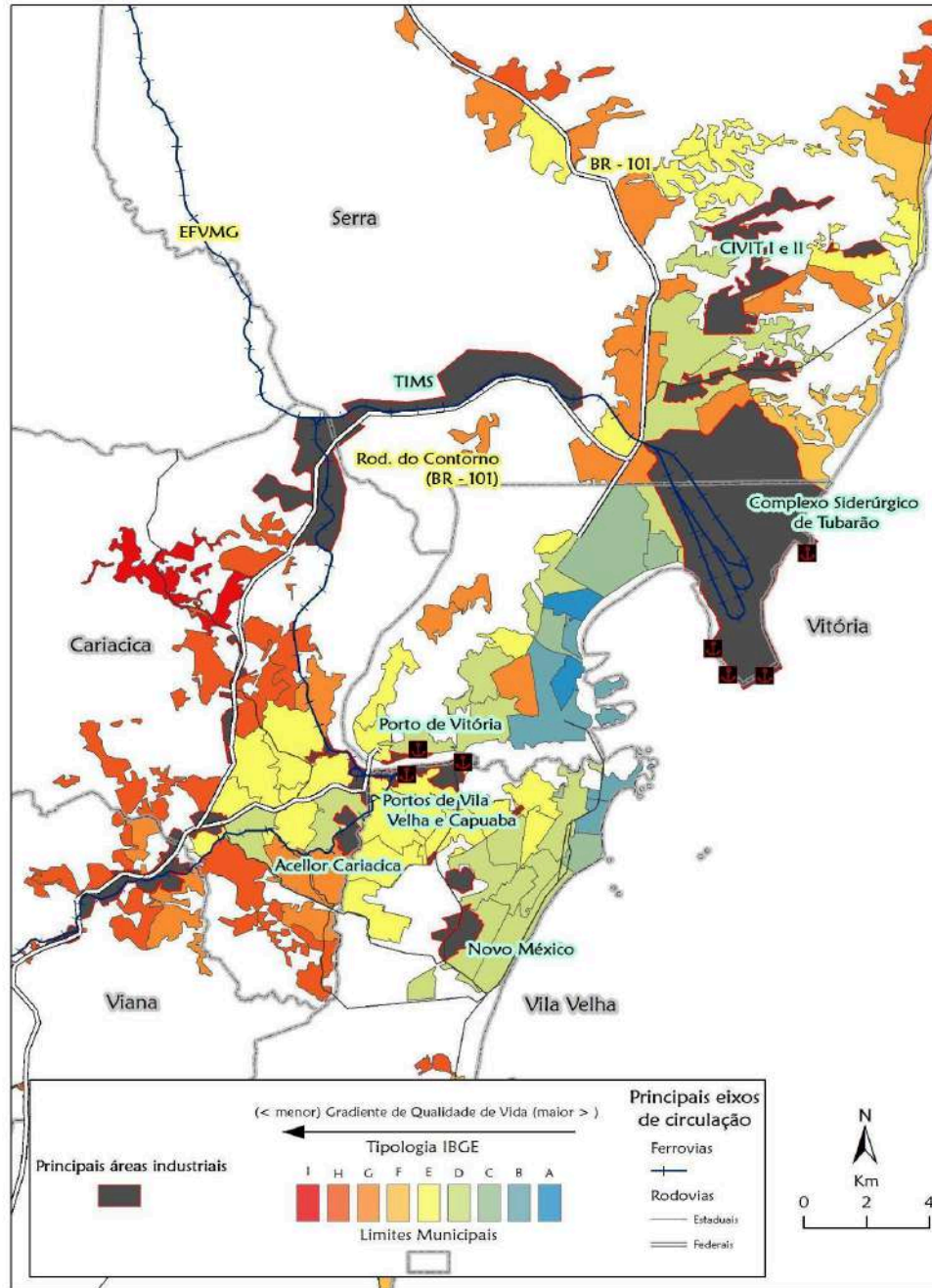
Mapa 10: Tipologia Intra-Urbana do IBGE e Corema de Elementos do Sítio. Fonte: Censo 2010.

Elaboração: Rafael de Castro Catão e Flora Antonia Soares Ribeiro

No mapa acima, mapa 10, podemos ver os elementos do sítio e da circulação sobre as áreas edificadas, mostrando a prevalência de elementos do sítio que valorizam ou desvalorizam a ocupação.

Além dos elementos do sítio, as áreas industriais também são estruturas que direcionam e modulam a segregação na cidade. As grandes indústrias, instaladas

em extensas áreas ao longo dos eixos de circulação, especialmente no entorno da

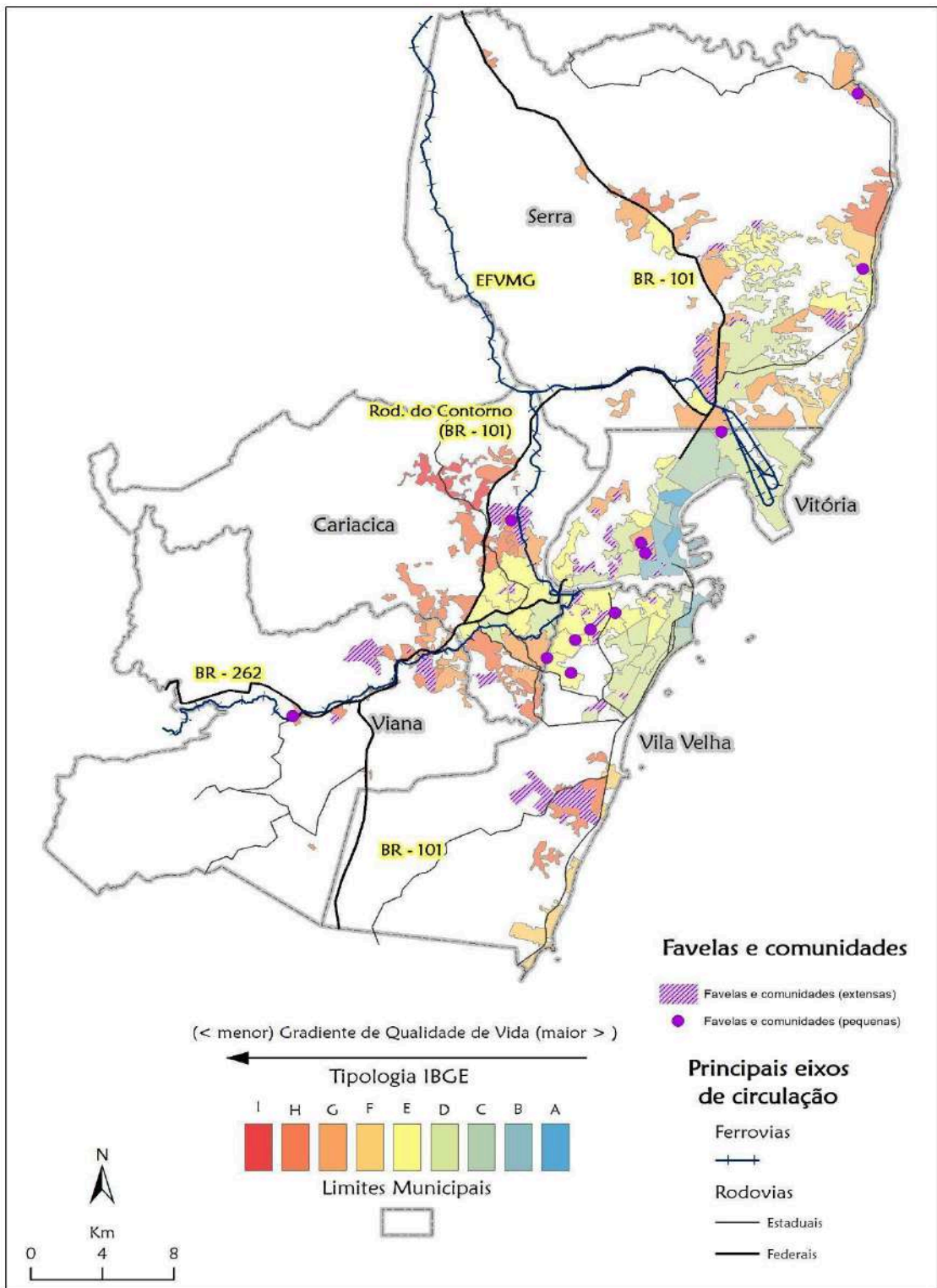


cidade sede, Vitória, como podemos observar abaixo.

Mapa 11: Tipologia Intra-Urbana do IBGE e Corema de Elementos do Sítio/Área Urbana. Fonte: Censo 2010. Elaboração: Rafael de Castro Catão e Flora Antonia Soares Ribeiro

Por fim, o último elemento estrutural que podemos observar nessa unidade de

agregação são as favelas e comunidades urbanas, mapeadas pelo IBGE em 2010, divididas em grandes (maiores de 4 hectares) e pequenas (menores de quatro hectares). O IBGE considera a titulação das terras e a precariedade nas habitações como estruturais. Podemos observar favelas incrustadas nas áreas de altos padrões de vida e uma extensa área no entorno ao longo da rodovia do contorno, como vemos no mapa 12, abaixo.



Mapa 12: Tipologia Intra-Urbana do IBGE e Corema de Favelas e Comunidades (Aglomerados Subnormais). Fonte: Censo 2010. Elaboração: Rafael de Castro Catão e Flora Antonia Soares Ribeiro

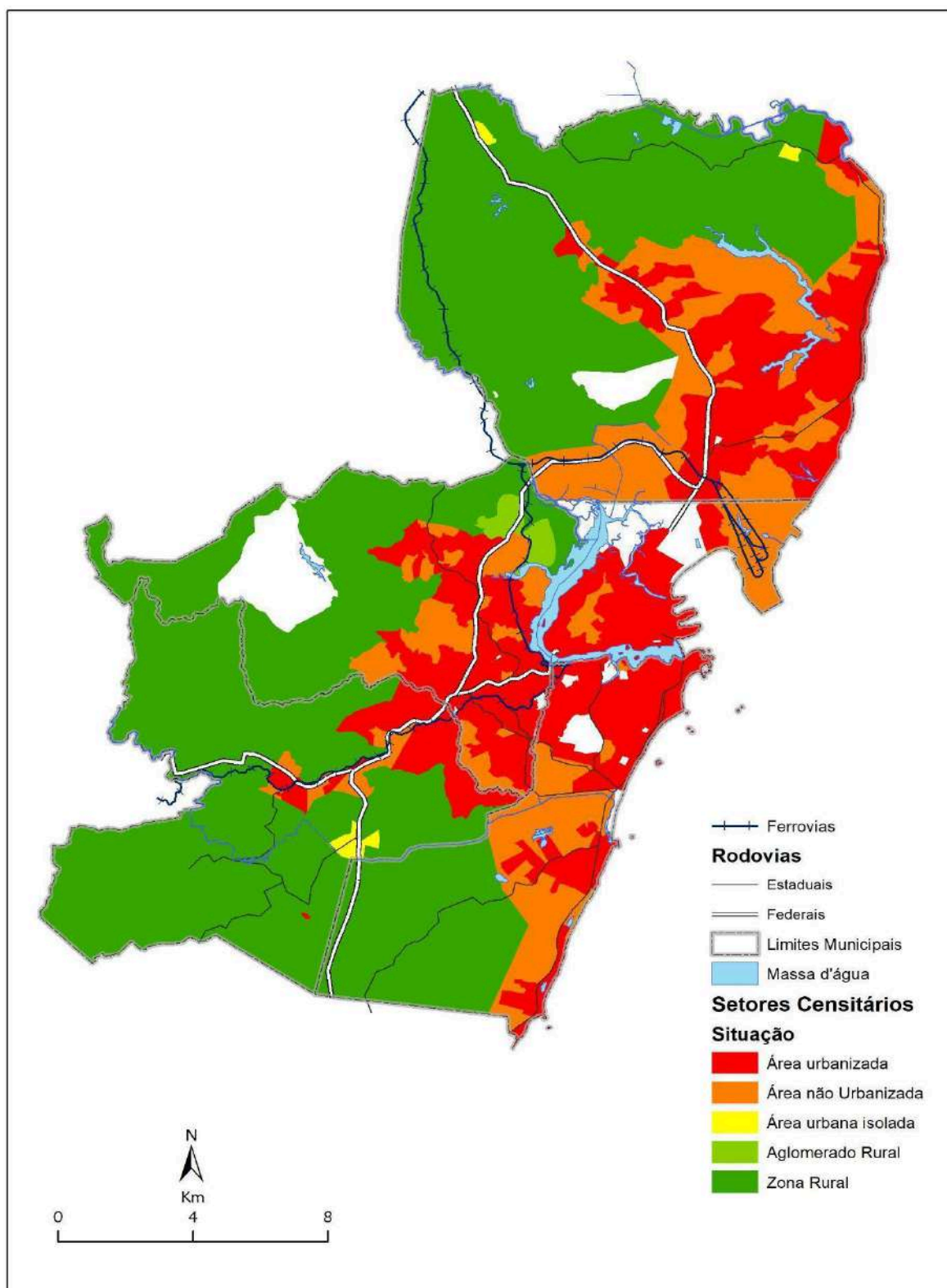
4.5 Análise por Setores Censitários

O setor censitário é a menor unidade de análise espacial adotadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística para a coleta e organização de dados durante os censos demográficos e outras pesquisas socioeconômicas. Cada setor censitário corresponde a uma área territorial delimitada com o objetivo de agrupar uma quantidade específica de residências, variando em tamanho e abrangência, mas comumente constituída de forma a refletir uma homogeneidade social, econômica e demográfica. Essa estrutura permite a análise espacial detalhada das características da população, a partir de dados desagregados, o que possibilita a segmentação e a caracterização de diferentes grupos sociais e suas condições de vida em uma escala intraurbana.

A delimitação dos setores censitários é realizada por uma série de critérios, como a densidade populacional, a divisão entre áreas urbanas e rurais, elementos geográficos e administrativos, como bairros e ruas. Essa definição garante que a unidade territorial utilizada para a coleta de dados seja representativa e funcional, adequando-se às especificidades de cada local. Ao possibilitar uma coleta precisa de informações sobre acesso a serviços públicos, educação, saúde, infraestrutura, entre outros, os setores censitários são uma unidade de análise interessante para pensar planejamento e a implementação de políticas públicas, pois permite uma análise detalhada das diferenciações sociais e espaciais.

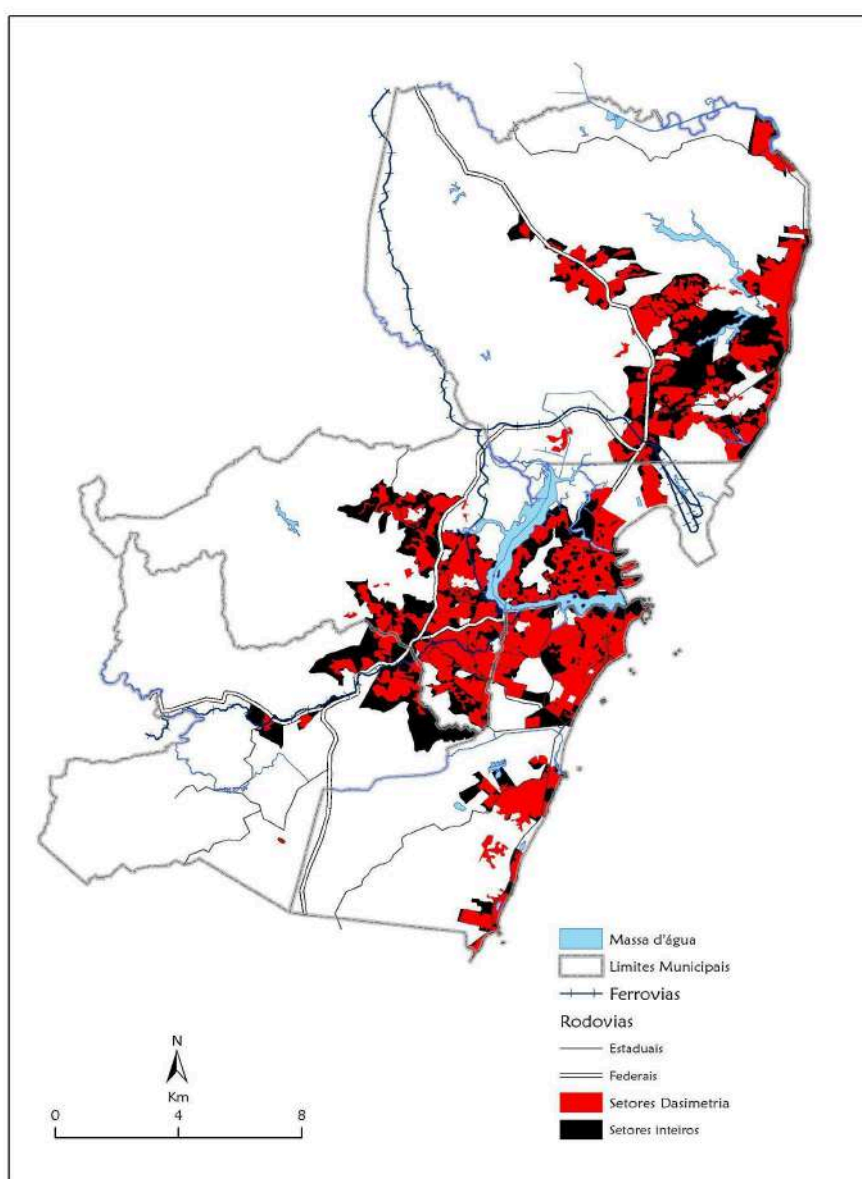
São zonas de aplicação do questionário do universo, e, área de atuação de cada recenseador, possui em média 300 domicílios, mas varia em torno dessa média. Os setores são contíguos e contínuos e cobrem todo o território, incluindo áreas desabitadas. Os setores têm delimitações dos municípios, distritos e áreas de ponderação, além de informações sobre todos as variáveis do universo, ao contrário das áreas de ponderação que contém as informações sobre os questionários da amostra.

No Mapa 13, na próxima página, observamos a divisão entre setores urbanos e rurais e como recortamos os urbanos para análise. Os dados sobre a situação dos setores são fornecidos pelas prefeituras, com base na legislação.

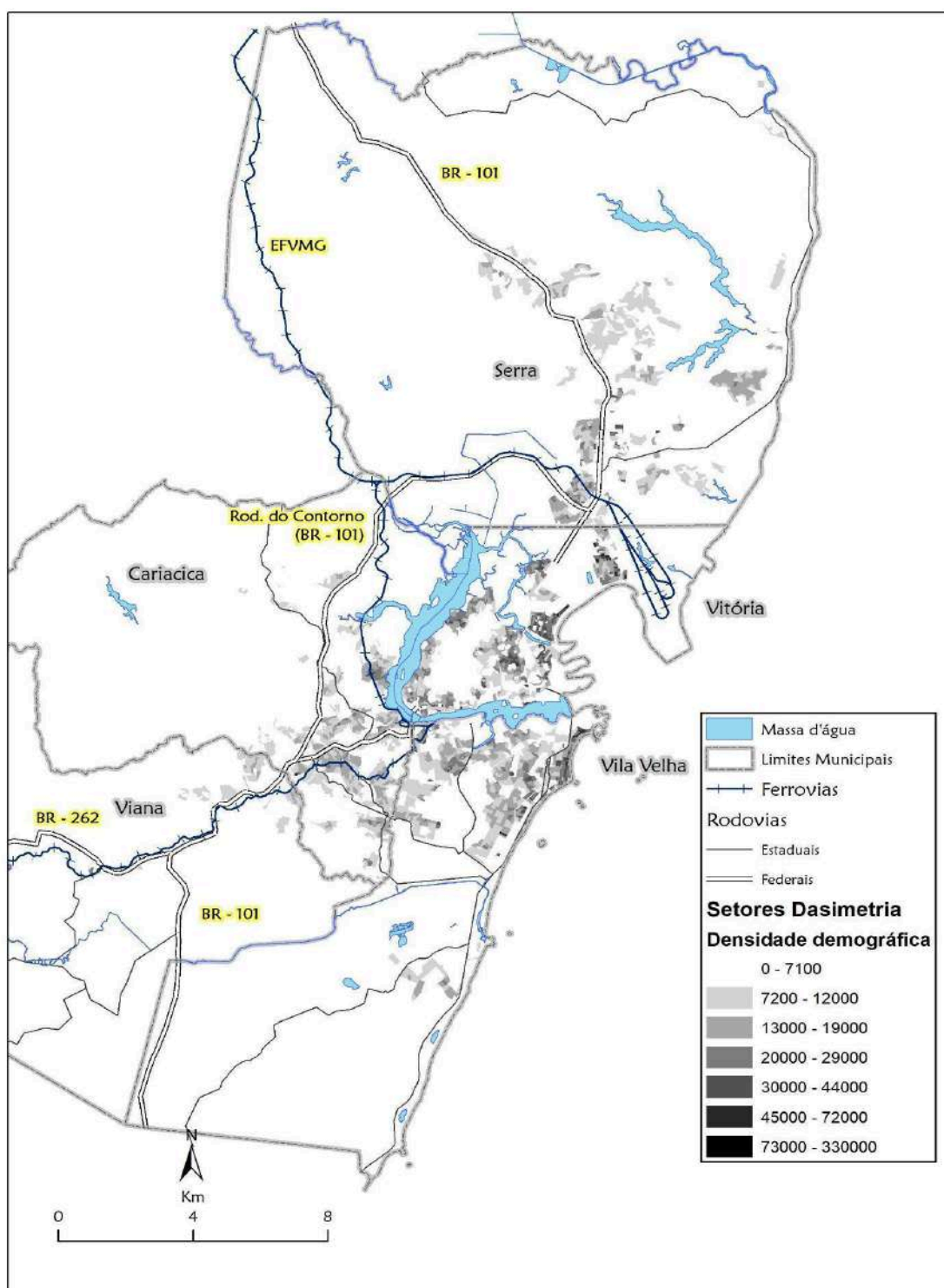


Mapa 13: Situação de Setor Censitário. Fonte: Censo 2010. Elaboração: Rafael de Castro Catão e Flora Antonia Soares Ribeiro

Após excluirmos os setores rurais e urbanos não urbanizados, partimos para a análise dasimétrica que consiste em retirar dos polígonos censitários as áreas não ocupadas efetivamente por residências, como áreas não habitadas, grandes áreas industriais e logísticas. Essa técnica foi realizada com auxílio das ortofotos do Instituto Estadual do Meio Ambiente, do ano de 2012 (pós-censo 2010), e com bases cartográficas de lotes dos municípios. O resultado está no mapa 14, abaixo, e na página seguinte temos a densidade calculada com as áreas novas, indicando as áreas de maiores e menores densidades, figura 15.



Mapa 14: Análise dos Setores Censitários com e sem dasimetria. Fonte: Censo 2010. Elaboração: Rafael de Castro Catão e Flora Antonia Soares Ribeiro

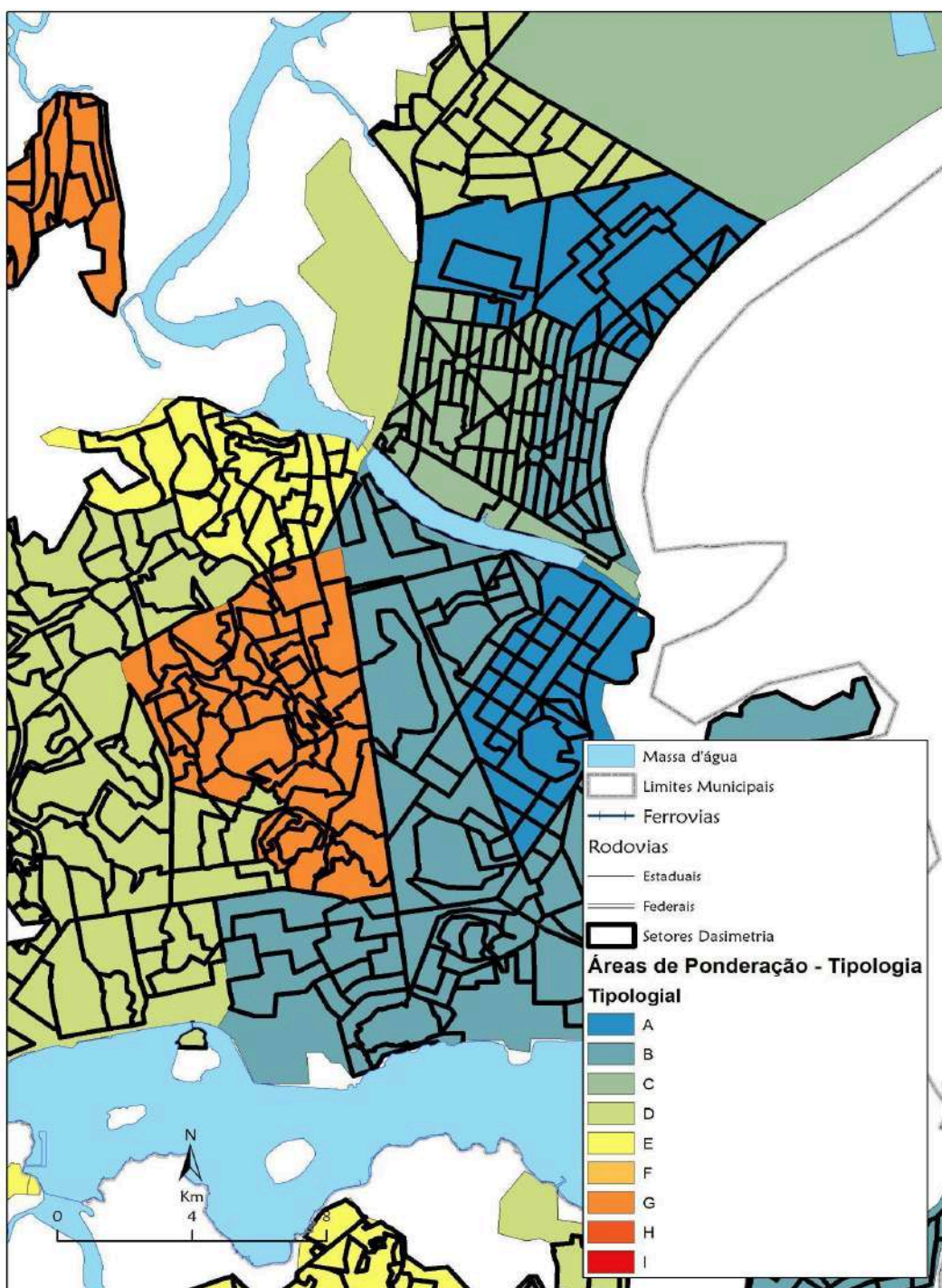


Mapa 15: Densidade Demográfica. Fonte: Censo 2010. Elaboração: Rafael de Castro Catão e Flora Antonia Soares Ribeiro



Mapa 16: Ortofoto na falsa cor Setores Censitários com e sem dasimetria. Fonte: Censo 2010. Elaboração: Rafael de Castro Catão e Flora Antonia Soares Ribeiro

Na imagem acima um exemplo do antes e do depois da análise dasimétrica, e abaixo um exemplo dos setores censitários com aplicação dasimétrica com as áreas de ponderação.



Mapa 17: Comparação entre Área de Ponderação e Setor Censitário. Fonte: Censo 2010.
 Elaboração: Rafael de Castro Catão e Flora Antonia Soares Ribeiro

Portanto, o setor censitário desempenha um papel fundamental na coleta e organização de dados socioeconômicos, permitindo uma análise detalhada das

condições de vida da população em diversas escalas espaciais. Sua estruturação baseada em critérios geográficos, demográficos e sociais possibilita uma segmentação precisa dos grupos populacionais.

Após excluirmos os setores rurais e urbanos não urbanizados, partimos para a análise assimétrica, que consiste em retirar dos polígonos censitários as áreas não ocupadas efetivamente por residências, como áreas não habitadas, grandes áreas industriais e logísticas. O resultado dessa análise está representado no mapa 16 e 17, a densidade calculada com as áreas novas, indicando as áreas de maiores e menores densidades.

4.6 Análise das Variáveis a partir da Metodologia CEMESPP

O Centro de Estudos e Mapeamento da Exclusão Social para Políticas Públicas – CEMESPP é um núcleo de pesquisa interdisciplinar vinculado à Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista. Sua atuação está fundamentada em três pilares principais: a análise dos processos de exclusão e inclusão social no ambiente urbano, o uso de sistemas de informação geográfica (SIG) como ferramenta de estudo e a pesquisa voltada para políticas públicas, especialmente aquelas que abordam o espaço urbano em sua dimensão socioespacial.

Em um primeiro momento foi realizado o recorte temporal dos dados através da captura dos mesmos por meio do portal do IBGE. Utilizamos dados desagregados e a unidade de análise espacial foi o setor censitário, unidades geográficas definidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) com o propósito específico de coletar e tabular dados do censo demográfico. Essas unidades são delimitadas em áreas pequenas, com uma homogeneidade relativa tanto em termos populacionais quanto territoriais, o que propicia uma melhor comparação e análise dos dados obtidos. Tais características possibilitam uma análise acurada das características socioeconômicas e demográficas intraurbanas.

Para além, o levantamento de dados ao longo do tempo, permite uma comparabilidade entre os anos censitários, pois ocorre uma padronização dos setores e sua utilização é permanente em todos os censos demográficos. Outro fator

interessante é a desagregação dos dados, que permite a análise das desigualdades em diferentes escalas e categorias de análises.

Os mapas expostos abaixo foram todos desenvolvidos a partir dos dados censitários de 2010 e utilizando o recorte espacial para esta pesquisa, a Região Metropolitana da Grande Vitória composta oficialmente por sete municípios, quais sejam: Vitória, Vila Velha, Cariacica, Serra, Viana, Guarapari e Fundão, porém a área conurbada é composta pelas cinco primeiras cidades, a qual são os objetos de análise.

Iniciamos a revisão teórica e metodológica com a intenção de realizar uma análise exploratória e categoria primária que apontasse áreas de interesse maior para o estudo. Os dados são oriundos do Censo Demográficos de 2000 e 2010, sendo que neste momento da pesquisa foram manipulados apenas os de 2010. Utilizamos os resultados do universo, desagregados e ao nível do setor censitário. As variáveis iniciais foram estabelecidas a partir da metodologia do Centro de Estudos e Mapeamento da Exclusão Social para Políticas Públicas (CEMESPP), vinculado a Faculdade de Ciência e Tecnologia da Universidade Federal Paulista. Tais variáveis estão descritas essencialmente no trabalho produzido por Camacho (2013), contemplando quatro dimensões: ambiental, demográfica, econômicas e educacionais (Camacho, 2013, pg. 13), sendo estas estabelecidas a partir das variáveis censitárias organizadas na tabela 1. Os dados foram separados em quartis, para cada distribuição, e posteriormente classificadas de 1 a 4 conforme o intervalo dos quartis.

Índicadores	Variáveis
Demograficos	Número de habitantes por domicílio
	Chefes de família de 10 a 19 anos
Ambientais	Número de domicílios sem banheiro
	Número de domicílios com quatro banheiros ou mais
	Número de domicílios ligado à rede de coleta de esgoto
Economicos	Chefe de família sem rendimentos
	Chefe de família com até 2 salários mínimos
	Chefe de família com mais de 20 salários mínimos
Educaçãoais	Taxa de analfabestimos de 10 a 14 anos
	Taxa de chefes de família com baixa escolaridade

Tabela 1: Indicadores propostos e as composições a partir das variáveis censitárias

A metodologia adotada pelo CEMESPP apresenta contribuições relevantes para a análise da exclusão socioespacial, mas também algumas limitações que merecem reflexão. A opção pelo setor censitário como unidade de análise permite um alto nível de desagregação dos dados, favorecendo a identificação de padrões intraurbanos, possibilitando uma leitura detalhada das descontinuidades espaciais. Além disso, a padronização dos setores censitários ao longo dos censos viabiliza a comparabilidade temporal, aspecto fundamental para compreender as transformações urbanas e sociais em diferentes períodos.

Entretanto, a metodologia possui desafios que devem ser considerados. A dependência dos dados censitários, coletados a cada dez anos, pode limitar a captura de dinâmicas mais recentes e mudanças que ocorrem em períodos mais curtos, visto o atraso do último censo, o que impossibilitou a discussão nesse trabalho utilizando dados posteriores a 2010.

Outro ponto que merece atenção é a delimitação da área de estudo. A escolha de focar nos cinco municípios conurbados da Região Metropolitana da Grande Vitória, excluindo Guarapari e Fundão, pode restringir a análise de processos metropolitanos mais amplos, especialmente no que diz respeito aos fluxos populacionais e econômicos que conectam esses territórios. Além disso, a ênfase nas dimensões ambiental, demográfica, econômica e educacional, embora essencial, fez-se necessário pensar uma complementação por variáveis relacionadas à mobilidade urbana e à infraestrutura, que também exercem papel fundamental na estruturação das desigualdades socioespaciais.

Dessa forma, apesar de ser uma abordagem metodologicamente consistente e bem fundamentada, a pesquisa poderia ser enriquecida com dados mais atualizados, técnicas complementares de análise e uma abordagem que contemple de maneira mais ampla as interações espaciais e os processos de diferenciação na escala intraurbana e metropolitana.

A abordagem das categorias raça/cor, renda e escolaridade que serão debatidos abaixo estão profundamente interligados e desempenham um papel central na estruturação e na reprodução da segregação socioespacial. A categoria raça/cor, historicamente marcada por processos de colonização, escravidão e exclusão institucionalizada, reflete disparidades significativas no acesso a direitos básicos, como moradia, educação e emprego.

A renda, por sua vez, é um dos principais indicadores das condições de vida da população e está diretamente associada às oportunidades de mobilidade social. Diferenciais de renda influenciam padrões de segregação territorial, sendo um dos determinantes sobre quais grupos sociais têm acesso à infraestrutura urbana qualificada e serviços públicos essenciais. Já a escolaridade se configura como um fator estruturante da inclusão social e econômica, uma vez que o nível de instrução impacta diretamente as possibilidades de inserção no mercado de trabalho e a obtenção de melhores condições de vida.

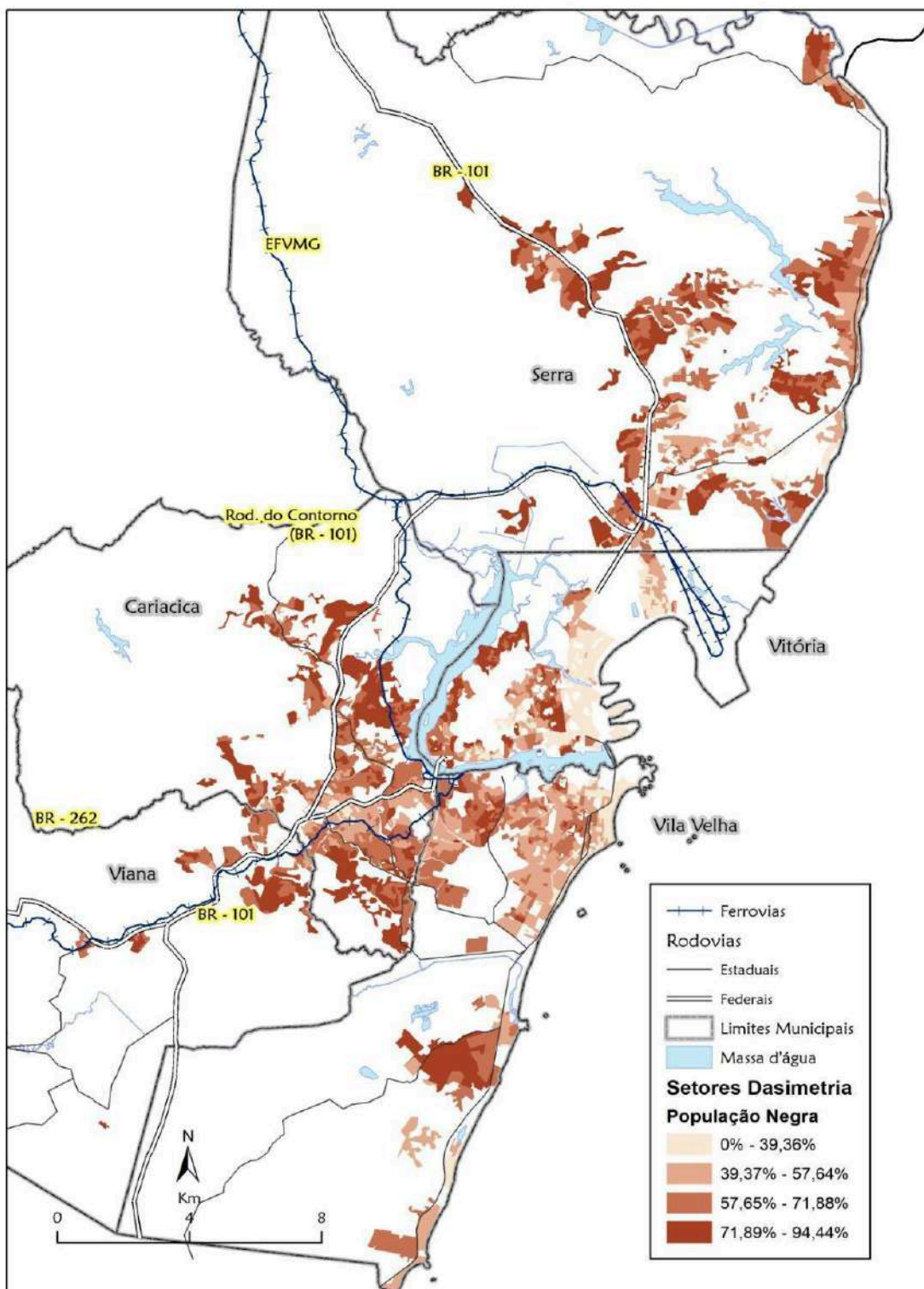
Dessa forma, discutir essas categorias de maneira integrada permite uma compreensão mais ampla dos processos que perpetuam as desigualdades no Brasil.

A integração do debate entre raça/cor, renda e escolaridade (mapas 18, 19 e 20) evidencia que as desigualdades socioespaciais não são fenômenos isolados, mas sim estruturados historicamente e reproduzidos através das relações sociais e da organização do espaço urbano.

No *mapa 18, População Negra (Pretos e Pardos) por Setor Censitário*, a utilização da categoria "negro" reflete não apenas uma construção identitária, mas também a potência política e histórica do Movimento Negro Organizado. Essa escolha se contrapõe à designação "não branco", que tende a homogeneizar grupos racializados distintos, desconsiderando suas especificidades e experiências. No contexto brasileiro, a categoria "população negra" abrange tanto os indivíduos autodeclarados pretos quanto os pardos, conforme a classificação do IBGE, reconhecendo que ambos são atravessados por dinâmicas raciais semelhantes e compartilham uma experiência histórica de discriminação e exclusão.

No campo da sociologia, o termo "não branco" tem sido amplamente criticado por reforçar uma lógica excludente, na qual a identidade negra é definida em oposição à branquitude, e não a partir de sua própria historicidade e agência. Da mesma forma, a categoria "pardo" tem sido questionada por sua ambiguidade e por, muitas vezes, diluir a matriz negra da identidade brasileira. Assim, adotar o termo "negro" não apenas reconhece a centralidade da questão racial no país, mas também fortalece a construção de uma identidade coletiva que reivindica direitos e combate as desigualdades estruturais.

Ademais, no campo das ciências humanas, na literatura produzida pelas relações raciais, existe um debate acerca das nomenclaturas utilizadas, a saber, negro, afro, afrodescendente, preto, mestiços, pardo, não branco, etc. Mas, segundo alguns levantamentos bibliográficos, assim como esforço de pesquisa de renomados intelectuais que incorrem na defesa do termo "negro", e este o termo mais corrente.

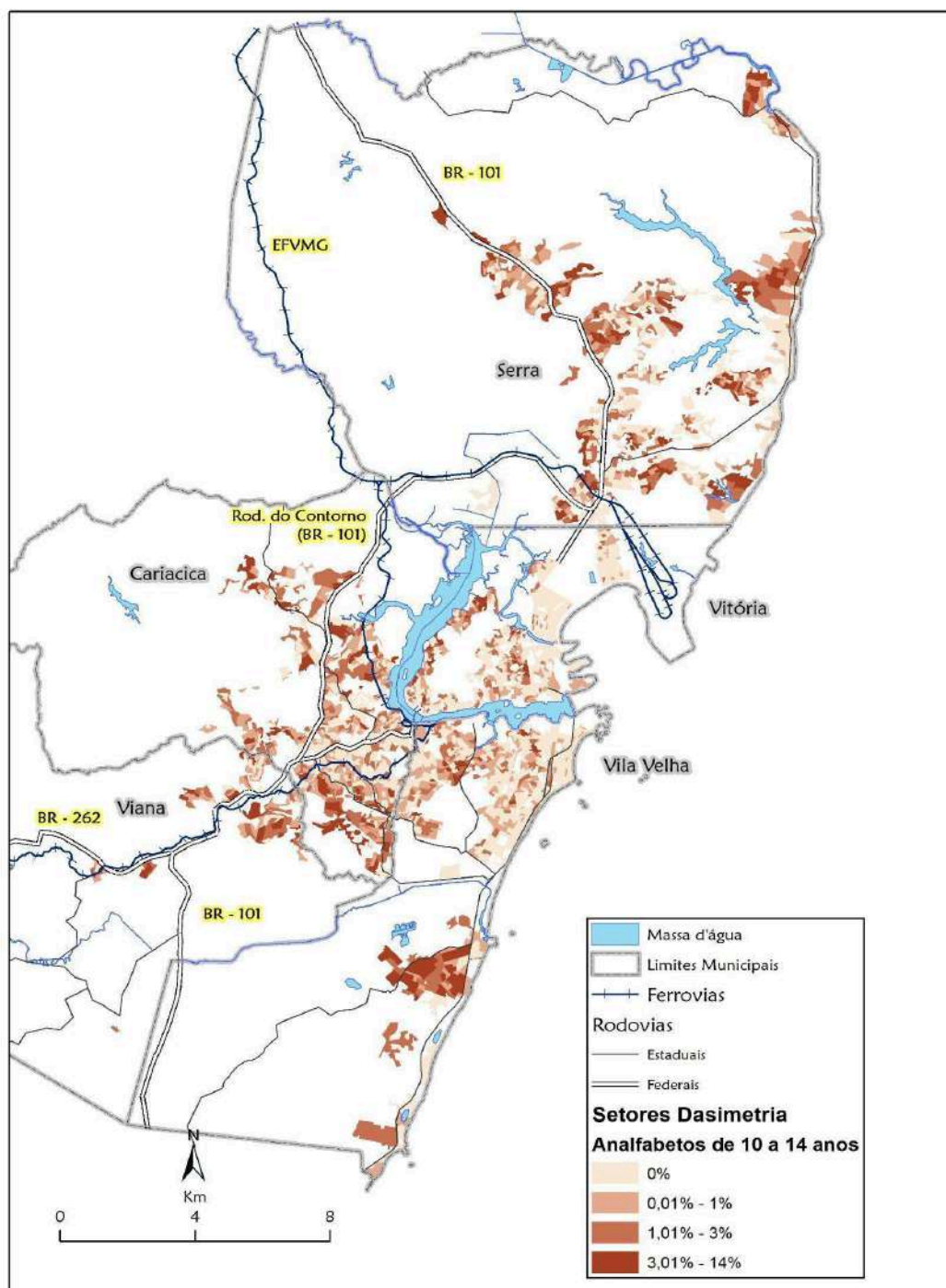


Mapa 18: População negra (pretos e pardos) por Setor Censitário. Fonte: Censo 2010.

Elaboração: Rafael de Castro Catão e Flora Antonia Soares Ribeiro

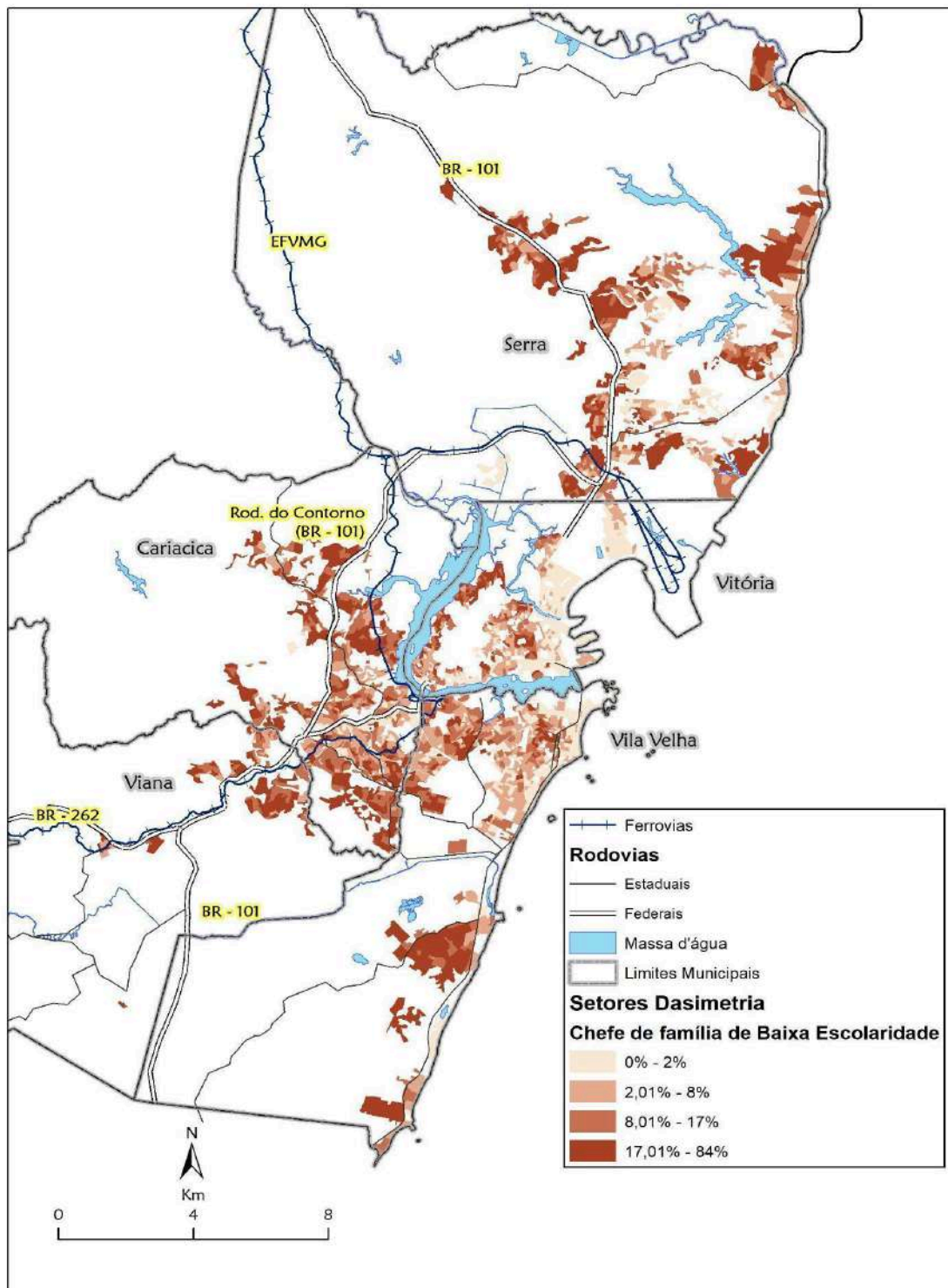
A variável analfabetos de 10 a 14 nos mostram setores em que há uma

vulnerabilidade em relação ao letramento, a concentração em poucas áreas (acima de 3%) mostra uma condição extremamente vulnerável em zonas distantes do CBD e em áreas de favela.



Mapa 19: Analfabetos de 10 a 14 anos por Setor Censitário. Fonte: Censo 2010. Elaboração: Rafael de Castro Catão e Flora Antonia Soares Ribeiro

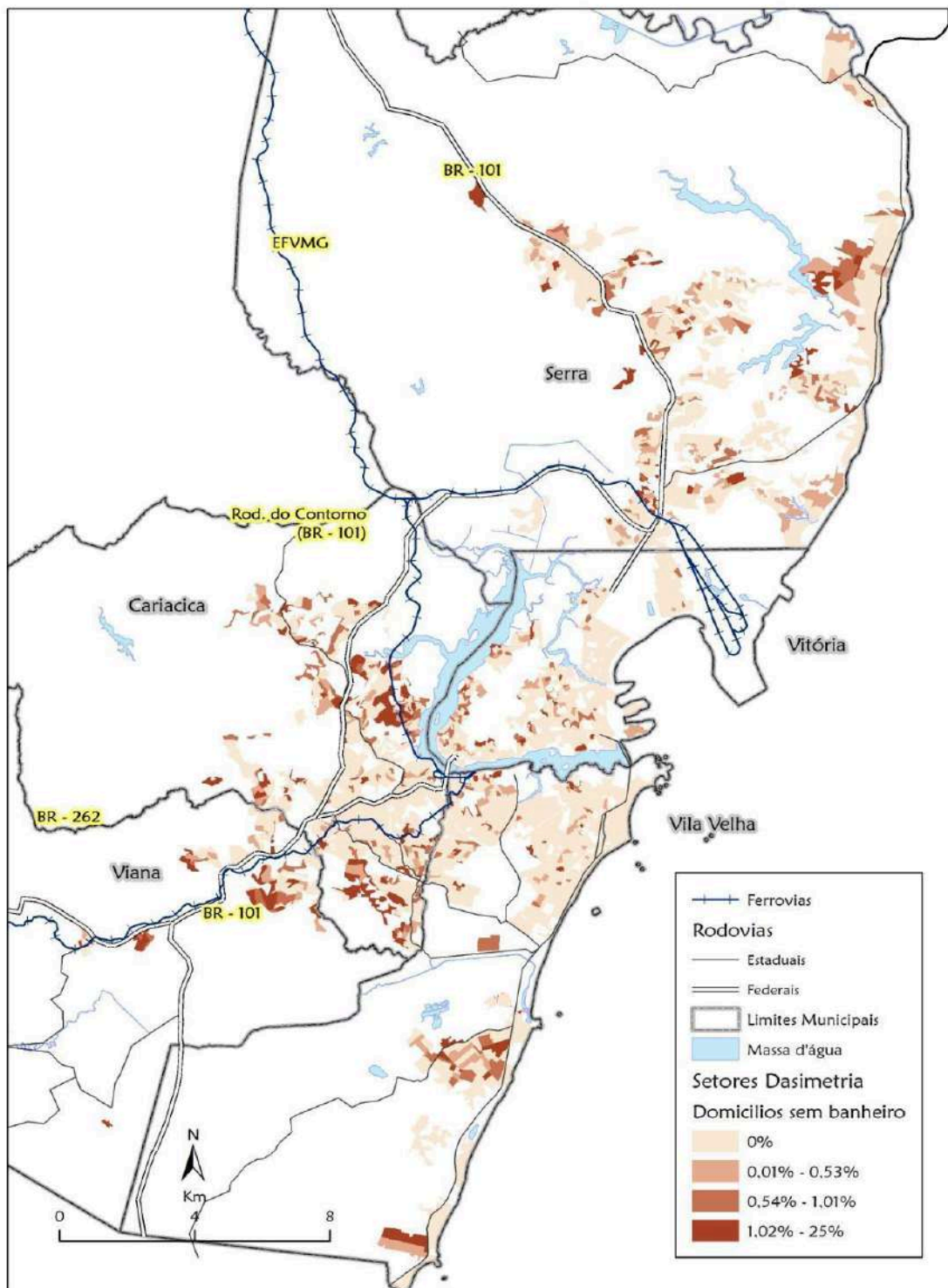
A renda e a escolaridade são variáveis que são interdependentes e analisar os chefes de família com baixa escolaridade conseguimos visualizar as áreas de baixa renda, além de áreas em que os empregos são ligados ao circuito inferior.



Mapa 20: Chefe de família de baixa escolaridade por Setor Censitário. Fonte: Censo 2010.
Elaboração: Rafael de Castro Catão e Flora Antonia Soares Ribeiro

A primeira variável ambiental, domicílios sem banheiro, mostra áreas da RMGV que não possuem um equipamento básico para o saneamento e a cidadania, as áreas com maiores concentrações de imóveis sem banheiro também são áreas com

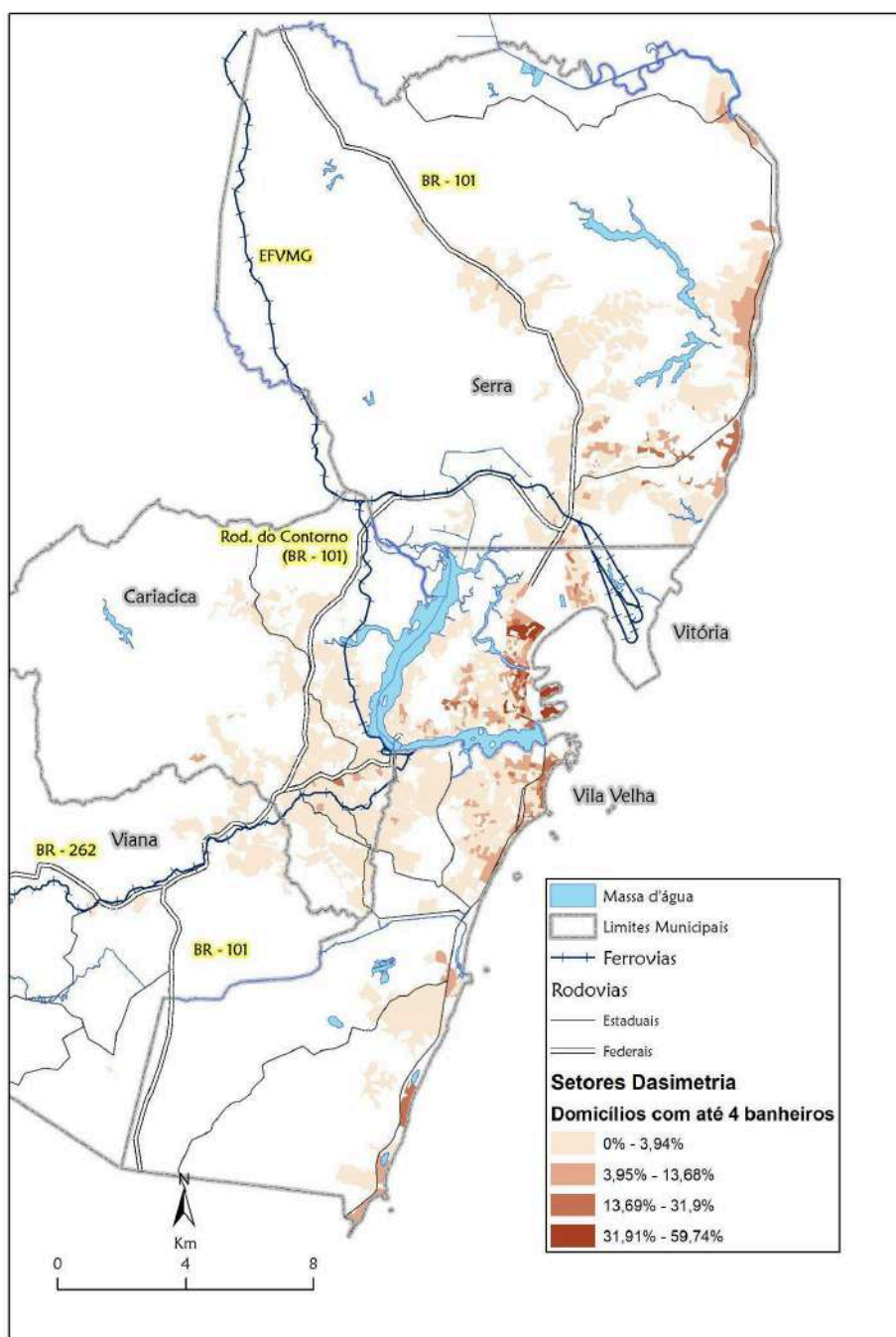
irregularidades fundiárias.



Mapa 21: Domicílios sem banheiro por setor censitário. Fonte: Censo 2010. Elaboração: Rafael de Castro Catão e Flora Antonia Soares Ribeiro

Já as áreas com quatro banheiros ou mais indicam uma concentração de

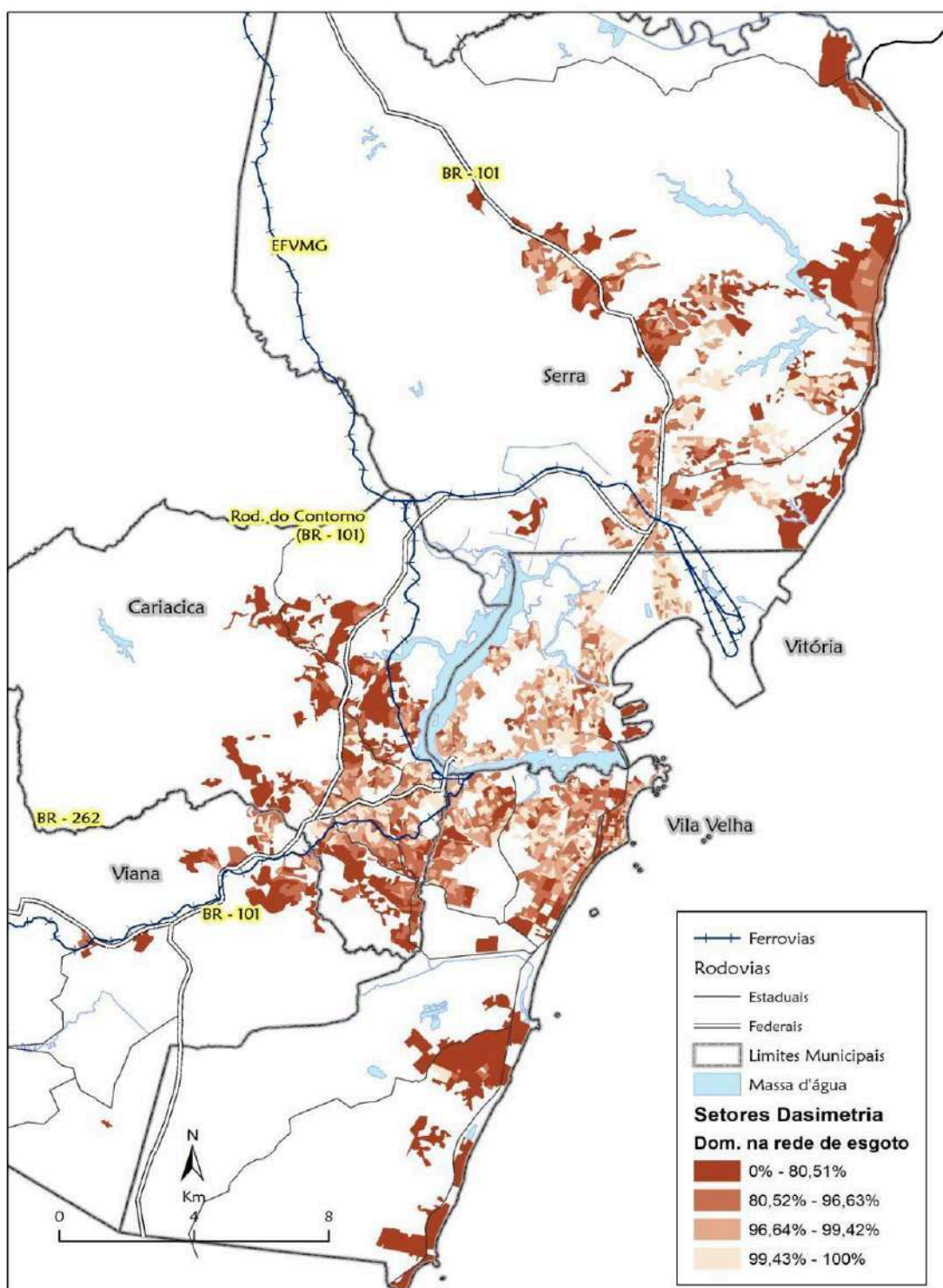
renda, sendo um proxy para grandes imóveis de alto padrão. A renda, por exemplo, costuma ser sub relatada pelos moradores de áreas de alta renda, contudo, o número de banheiros não tem esse mesmo 'pudor' nos questionários, sendo um bom substituto.



Mapa 22: Domicílios com até 4 banheiros por setor censitário. Fonte: Censo 2010. Elaboração: Rafael de Castro Catão e Flora Antonia Soares Ribeiro

Áreas centrais de Vitória e Vila Velha, bem como áreas de balneários de segunda residência apresentam grandes concentrações de quatro banheiros ou mais.

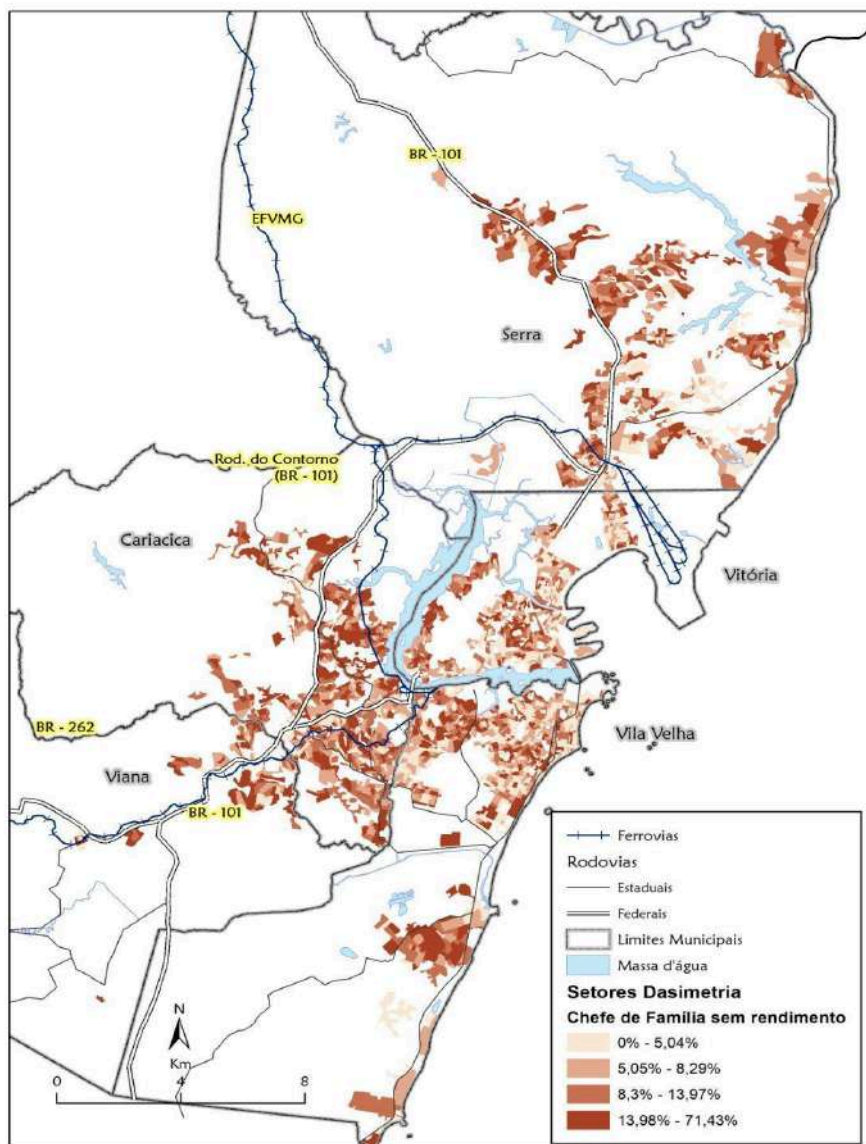
A rede de esgoto indica áreas formais e informais, embora não seja tão precisas. Áreas de alta renda com densidade baixas apresentam fossas ou outras formas de esgotamento sanitário, o que não informa bem a espacialidade das condições de vida.



Mapa 23: Domicílios ligados à rede de coleta de esgoto por setor censitário. Fonte: Censo 2010. Elaboração: Rafael de Castro Catão e Flora Antonia Soares Ribeiro

No mapa 23 - *Chefe de família sem rendimento por setor censitário*, notamos a interiorização continental da concentração nos dois últimos quartis (corte $\geq 8,3\%$), seguindo ao longo da BR 101, da ferrovia EFVMG e dos extremos norte e sul da

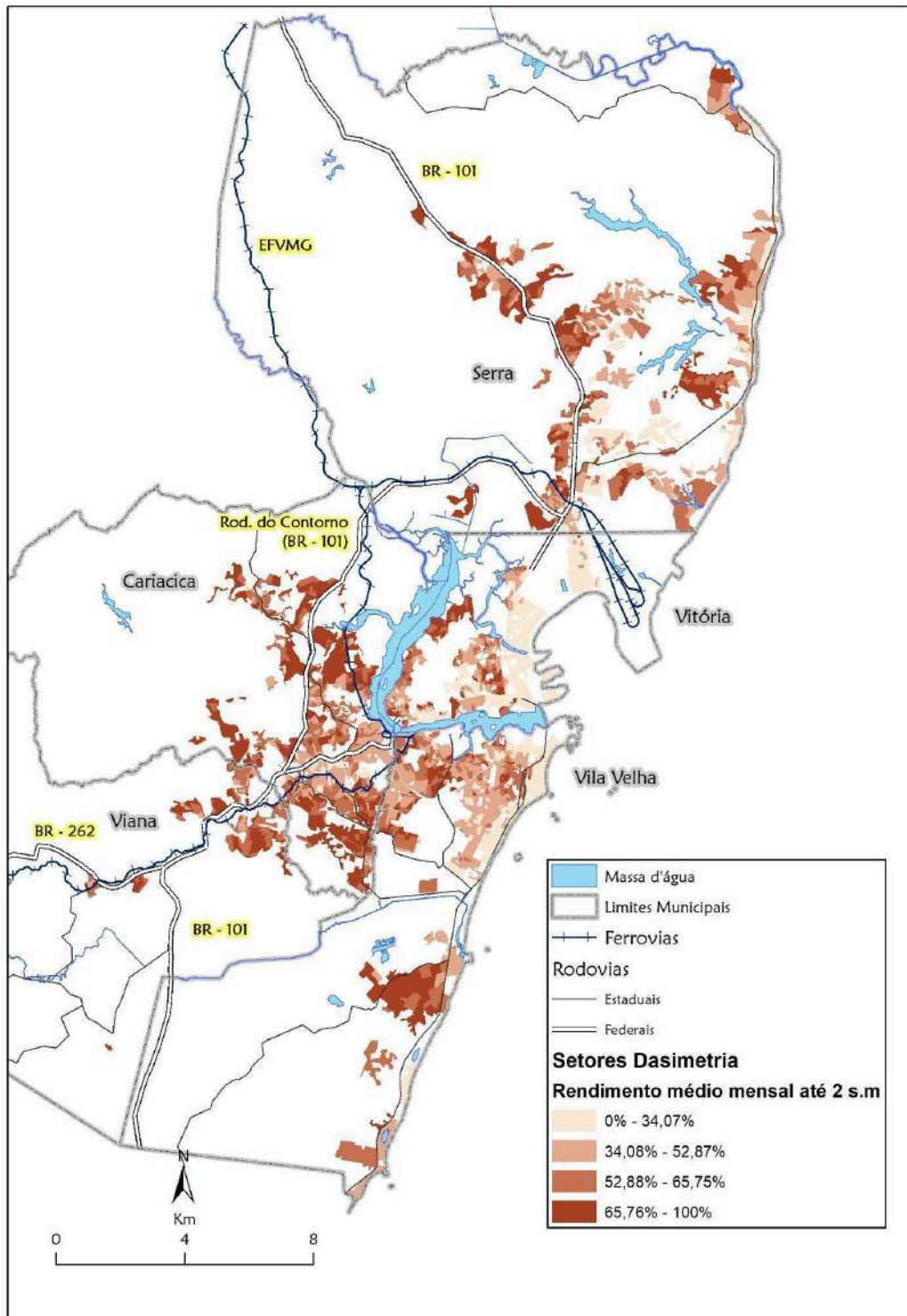
RMGV. podemos observar a distribuição dos quartis da variável 'chefe de família com rendimento acima de 20 salários mínimos²⁰.



Mapa 24: Chefe de família sem rendimento por setor censitário. Fonte: Censo 2010.

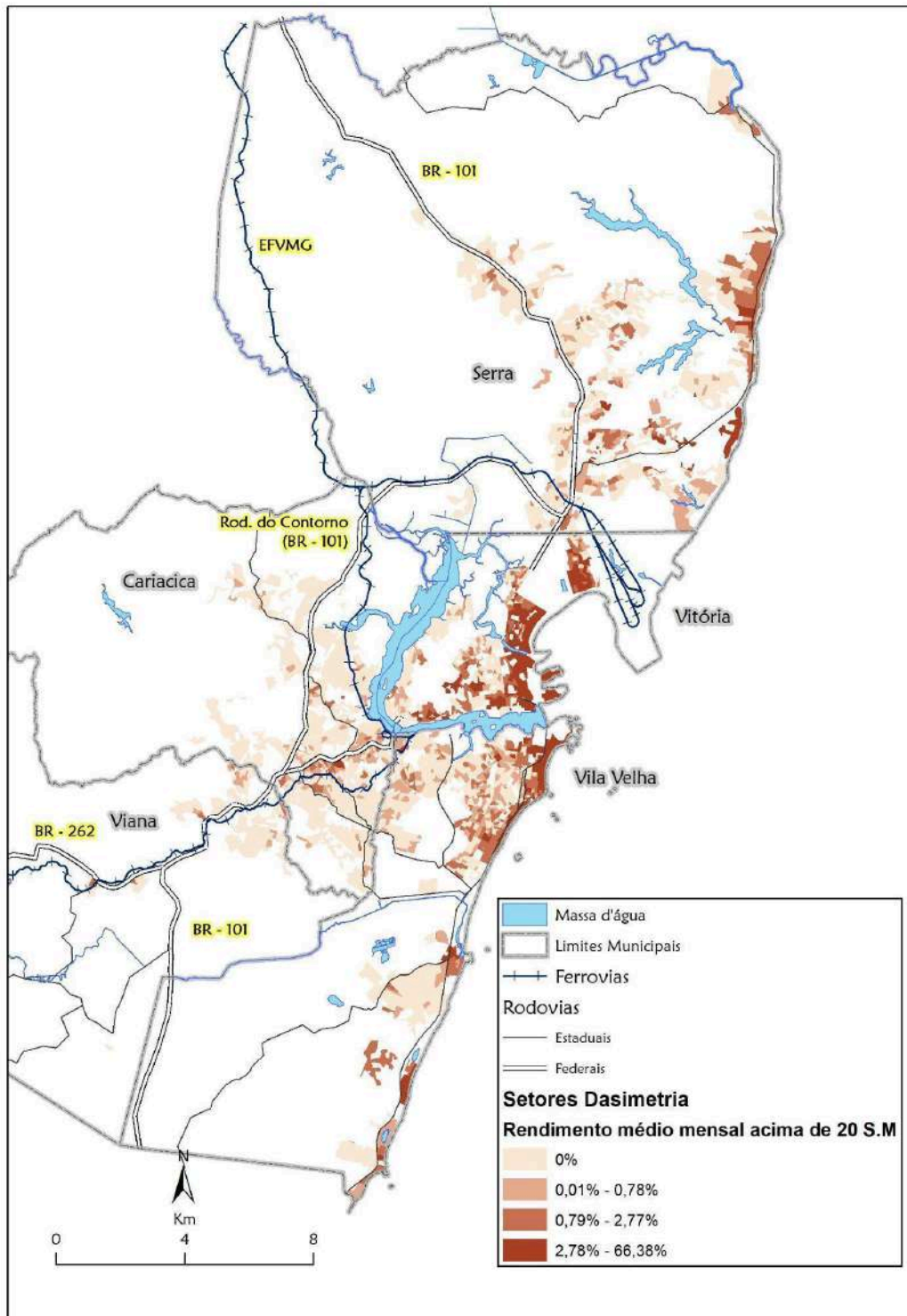
Elaboração: Rafael de Castro Catão e Flora Antonia Soares Ribeiro.

²⁰ Salário Mínimo em 2010 era de 510 reais. Logo, o mapa 24 refere-se a rendas superior a igual ou inferior a 1.020 reais. O mapa 25 refere-se a uma renda igual ou superior a 10.200 reais.



Mapa 25: Chefe de família com rendimento mensal até 2 salários mínimos por setor censitário.
 Fonte: Censo 2010. Elaboração: Rafael de Castro Catão e Flora Antonia Soares Ribeiro

O mapa de rendimento médio mensal de até 2 salários mínimos mostra o grosso da massa salarial da grande Vitória (2.s.m.), áreas com alta percentagem dessa variável da anterior mostram vulnerabilidades de renda.



Mapa 26: Chefe de família com rendimento mensal de 20 salários mínimos ou mais. Fonte: Censo 2010. Elaboração: Rafael de Castro Catão e Flora Antonia Soares Ribeiro

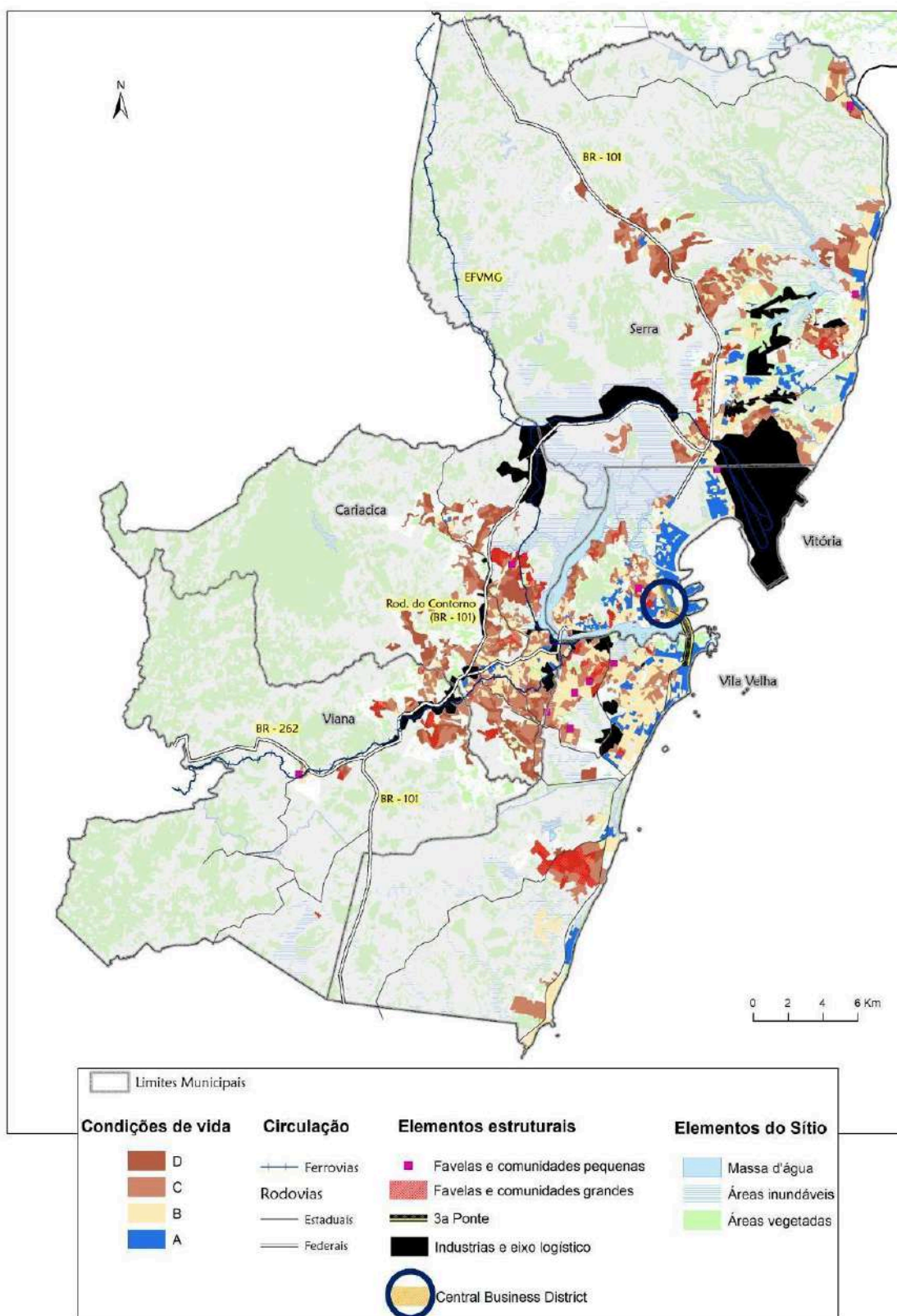
A última variável observada é os salários acima de 20 salários mínimos e constitui um indicador de alta renda. A faixa litorânea e as exceções de domínios tem prevalência dessa faixa de renda.

4.7 Análise das Variáveis Integradas

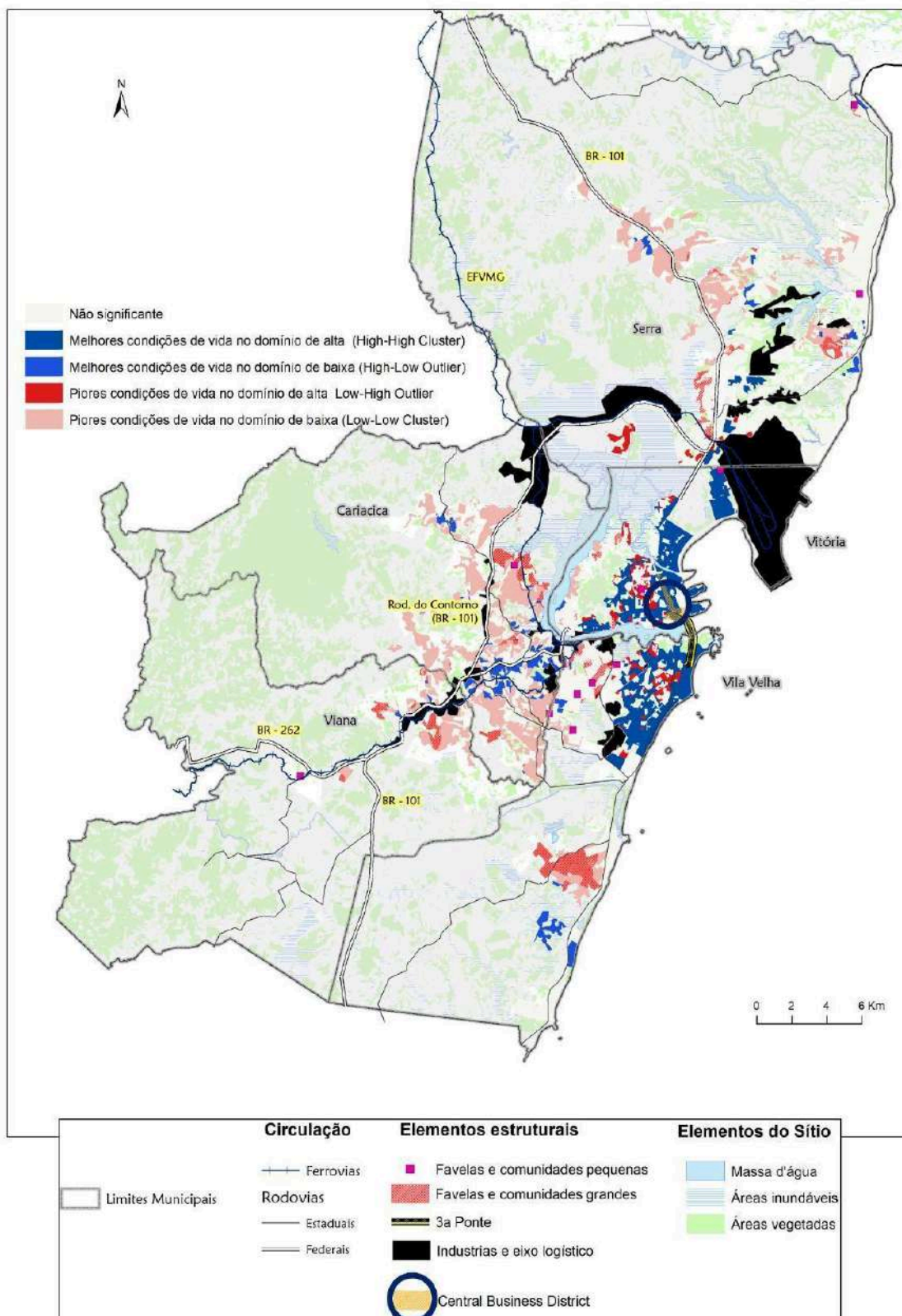
Historicamente a cartografia é empregada como uma ferramenta eficaz e multifacetada na análise das dinâmicas sociais urbanas, tendo diversos estudos compreendidos como pioneiros e essenciais para compreensão da desigualdade socioespacial urbana. Um estudo de grande repercussão foi o da estatística norte-americana Mollie Orshansky, desenvolvido no fim da década de 1950 e buscou analisar a pobreza, a partir de uma noção monetária, e identificar as desigualdades socioeconômicas em diferentes regiões. A integração de indicadores e variáveis ambientais, econômicos, de saúde e educacionais permite a identificação quantitativa de áreas caracterizadas por inclusão ou exclusão social, e também a compreensão de como diferentes estruturas familiares influenciam e são influenciadas por esses padrões.

Ao atribuir valor de 1 a 4 na divisão por quartis, do mais vulnerável para o menos vulnerável, e posteriormente somar todos esses indicadores (soma de 9 a 30) e posteriormente separadas em quartis de A a D (mais alta qualidade de vida para a mais baixa).

Sobrepusemos os setores censitários de A a D com os elementos estruturais, como os de circulação, indústria, do sítio, das favelas, o CBD e a ponte, para criarmos o entendimento das condições estruturais e as condições mais específicas de vida. Podemos observar no mapa 26 essa junção de todos os fatores.



Mapa 27: Condições de Vida na Região Metropolitana da Grande Vitória. Fonte: Censo 2010. Elaboração: Rafael de Castro Catão e Flora Antonia Soares Ribeiro



Mapa 28: Heterogeneidades Intra-Urbanas na Região Metropolitana da Grande Vitória. Fonte: Censo 2010. Elaboração: Rafael de Castro Catão e Flora Antonia Soares Ribeiro

O mapa 27 realizamos uma análise de cluster, utilizando o LISA de Moran (1992, 1995, 2008) para visualizarmos as áreas de condições (A a D) que teriam uma dependência espacial. Utilizamos para o Moran os setores censitários com recorte dasimétrico, os valores das condições de vida (9 a 30) e o inverso da distância ao quadrado como conceitualizador. Essas são áreas de melhores condições em domínios de boas condições; melhores condições em domínios de condições vulneráveis; piores condições em domínios de condições boas e piores condições em domínios vulneráveis. Os não significativos entram como um elemento a parte.

5. Considerações finais

As análises e discussões empreendidas ao longo desta pesquisa tiveram como eixo central a compreensão de três dimensões fundamentais da produção do espaço urbano na Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV). Em primeiro lugar, buscou-se aprofundar a reflexão acerca da segregação socioespacial, compreendida não apenas como um fenômeno inerente ao processo de urbanização brasileiro, mas como um elemento estruturante da dinâmica territorial, cuja manifestação na RMGV se insere em um contexto histórico de reprodução das desigualdades sociais e raciais.

Nesse sentido, a raça é aqui tratada como um fator determinante na configuração do espaço urbano, visto que os padrões de segregação na metrópole capixaba reiteram a lógica de exclusão que historicamente marginaliza a população negra e racializada como não branca, relegando-a a áreas periféricas, precarizadas e desprovidas de infraestrutura adequada. A segregação socioespacial não ocorre de forma aleatória ou espontânea, mas sim como resultado de um conjunto de políticas urbanas, decisões econômicas e práticas excludentes que favorecem determinados grupos sociais em detrimento de outros. Trata-se, portanto, de um processo que reflete e reforça as desigualdades socioeconômicas preexistentes de um território de segregação desde sua colonização, sendo fundamental para compreender a produção e organização do espaço urbano.

O segundo aspecto central da investigação refere-se à necessidade de

elaborar metodologias cartográficas capazes de representar a desigualdade socioespacial em sua complexidade multiescalar, considerando tanto os aspectos empíricos quanto os desafios metodológicos inerentes à produção dessas representações.

A cartografia é uma ferramenta essencial na análise das dinâmicas espaciais, permitindo não apenas a visualização das desigualdades, mas também a identificação de padrões territoriais e suas transformações ao longo do tempo. No entanto, um dos desafios centrais dessa abordagem reside na construção de representações que consigam capturar a fluidez e a heterogeneidade do espaço urbano, superando as limitações impostas por recortes administrativos tradicionais. A região metropolitana é composta por uma diversidade de dinâmicas que não podem ser reduzidas a divisões rígidas, exigindo abordagens metodológicas que consigam captar tanto as macroestruturas quanto as microdinâmicas que operam nos distintos recortes espaciais.

Dessa forma, a cartografia crítica emerge como um instrumento indispensável para a compreensão da segregação e da desigualdade, possibilitando a construção de leituras que integrem diferentes escalas de análise e contemplem a complexidade dos processos urbanos.

Por fim, a pesquisa se dedicou a explorar a heterogeneidade do espaço urbano consolidado, com base na análise de dados censitários em diferentes escalas, particularmente nos níveis de setor censitário e área de ponderação. A investigação revelou que, longe de ser homogênea, a ocupação da RMGV apresenta significativas descontinuidades espaciais, tanto no que diz respeito à distribuição da população quanto à provisão de equipamentos e serviços urbanos. A análise dos dados censitários permitiu identificar padrões de diferenciação intraurbanos que não são facilmente perceptíveis em análises mais generalizadas, demonstrando que a heterogeneidade do espaço urbano manifesta-se em múltiplas escalas e por diferentes dimensões. Essas descontinuidades tornam-se ainda mais evidentes quando analisadas sob a ótica da distribuição racial e econômica da população, demonstrando que a estruturação do espaço urbano é fortemente marcada por processos excludentes que favorecem determinadas camadas sociais em detrimento

de outras. O acesso diferenciado a infraestrutura, serviços e oportunidades reflete a estrutura de poder e a lógica econômica que orientam a produção do espaço, evidenciando que a cidade é um reflexo das relações sociais que nela se estabelecem.

Ao longo da pesquisa, foi possível constatar que a RMGV reflete, em grande medida, os padrões mais amplos de produção do espaço urbano no Brasil, no qual a segregação socioespacial emerge como um traço distintivo resultante de um projeto de Estado historicamente comprometido com a manutenção dos interesses da elite econômica dominante. A conformação territorial da metrópole capixaba não se deu de maneira espontânea, mas sim como produto de políticas e estratégias que, ao longo do tempo, consolidaram a exclusão e a marginalização de amplos segmentos da população, especialmente aqueles de menor renda e majoritariamente negros.

A cidade de Vitória, em particular, ilustra esse processo de forma emblemática: por muitos anos, sua ocupação foi limitada por uma série de fatores históricos e geográficos, resultando em um relativo ostracismo funcional. Entretanto, à medida que a cidade passou a ser reconfigurada sob a lógica do desenvolvimento econômico e da valorização imobiliária, essa reestruturação atendeu predominantemente aos interesses da burguesia econômica e política, reforçando padrões de exclusividade espacial e aprofundando desigualdades previamente existentes.

Além disso, um elemento particularmente revelador identificado ao longo das análises foi a descontinuidade na ocupação do sítio urbano da RMGV, evidenciada a partir de estudos dasimétricos. A aplicação dessa abordagem permitiu uma leitura mais refinada da distribuição espacial da população e das condições socioeconômicas, demonstrando que a segregação socioespacial não se manifesta apenas em uma dicotomia entre centro e periferia, mas também por meio de descontinuidades internas que fragmentam o território metropolitano. Essas descontinuidades revelam que o espaço urbano da RMGV é marcado por sobreposições de territórios de diferentes dinâmicas, em que coexistem áreas de alta valorização imobiliária e infraestrutura consolidada ao lado de bolsões de precariedade e exclusão. A lógica de fragmentação do espaço urbano impõe

desafios para a formulação de políticas públicas, uma vez que as desigualdades não se manifestam apenas na escala metropolitana, mas também no nível intraurbano, criando realidades contrastantes em um mesmo território.

Dessa forma, as análises realizadas nesta pesquisa reforçam a ideia de que a estruturação socioespacial da RMGV não pode ser dissociada dos processos mais amplos que configuram a urbanização brasileira, sendo fundamental reconhecer as particularidades locais sem perder de vista as dinâmicas estruturais que orientam a produção do espaço. A segregação territorial, a heterogeneidade do tecido urbano e as desigualdades na distribuição dos recursos e serviços urbanos são elementos centrais para a compreensão da realidade metropolitana, e sua análise requer abordagens que integrem múltiplas escalas e dimensões.

Assim, ao evidenciar a segregação socioespacial, as discontinuidades territoriais e a distribuição desigual dos benefícios da urbanização, este estudo busca contribuir para um debate crítico sobre a justiça espacial e a necessidade de políticas públicas que promovam uma distribuição mais equitativa dos benefícios da urbanização. Somente por meio de uma abordagem que reconheça e enfrente as desigualdades estruturais que marcam o espaço urbano será possível avançar na construção de cidades mais inclusivas, equitativas e socialmente justas.

6. Referências

1. Aparicio, Cimar A. Pietro; Farias, Luiz A. Chaves (2019). A geografia das família nas metrópoles brasileiras nos anos 2000. Actas del Simpósio Nacional de Geografia Urbana, Vitória: nov. 2019, 450- 466.
2. Bailey, Trevor; Gattrel, Anthony. Interactive spatial data analysis. Harlow: Longman Higher Education, 1995.
3. Bertin, J. Ver ou ler: um novo olhar sobre a cartografia. Seleção de Textos, São Paulo, n. 18, p. 41-43, maio 1988.
4. Board, C. O desenvolvimento de conceitos de comunicação cartográfica com referência especial ao papel do professor Ratajski. Seleção de Textos, São Paulo, n.18, p.25-40, maio 1988.

5. Bilac, Elisabete Dória Trabalho e família: articulações possíveis. *Tempo social*, (26), 129-145. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ts/a/6Y8y3TwKqbg4dKHfGfPkXTB/?lang=pt&format=html>.
6. Brunet, R. La composition des modèles dans l'analyse spatiale.
7. Campos Junior, Carlos Teixeira de. O Novo Arrabalde: aspectos da formação urbana de Vitória. (Dissertação de mestrado) São Paulo: FAUUSP, 1985.
8. Campos, Luiz Augusto; Gomes, Ingrid. Relações raciais no Brasil contemporâneo: uma análise preliminar da produção em artigos acadêmicos dos últimos vinte anos (1994-2013). *Sinais Sociais*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 32, p. 85-116, 2016.
9. Casagrande, B. Novo Arrabalde: conservação e ocupação urbana na concepção do projeto de expansão da cidade de Vitória. (Dissertação de mestrado) São Paulo: FAUUSP, 2011.
10. Castiglioni, A. H. Mudanças na estrutura demográfica do espírito santo ocorridas durante a segunda metade do século XX. *GEOGRAFARES*, v. 7, n. 7, p. 93–110, 2009.
11. Castiglioni, A. H. Transição urbana e demográfica no Brasil: características, per-cursos e tendências. *Ateliê Geográfico*, v. 14, p. 06, abr. 2020.
12. Derenzi, L. S. Biografia de uma ilha. 2ª ed. Vitória: Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, 1995
13. Dota; Ednelson Mariano. et al. Família, habitação e mobilidade residencial na metrópole: contribuições a partir da geografia da população [recurso eletrônico]. 1a ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2023.
14. Dota; Ednelson Mariano. A migração no Espírito Santo no período 1991-2010: novidades e continuidades. *Geografares*, p. 142–153, jun. 2016.
15. Dota; E.M.; Queiroz, S. N. DE. Migração interna em tempos de crise no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 21, n. 2, p. 415–430, 11 abr. 2019.
16. Carlos, Ana Fani Alessandri. Segregação socioespacial e o "Direito à Cidade".

- GEOUSP Espaço e Tempo (Online), São Paulo, Brasil, v. 24, n. 3, p. 412–424, 2021. [DOI: 10.11606/issn.2179-0892.geousp.2020.177180](https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geousp.2020.177180). Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/177180>.
17. Collins, Patricia Hill; BILGE, Sirma. Interseccionalidade. Boitempo Editorial, 2021.
 18. Corrêa, Roberto Lobato. Diferenciação sócio-espacial, escalas e práticas sociais. *Cidades*, v.4, n.6, 2007, p.61-72. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/revistacidades/article/view/570>.
 19. Cunha, José Marcos Pinto da. Migração e urbanização no Brasil: alguns desafios metodológicos para análise. *São Paulo em perspectiva*, v. 19, n. 4, p. 3-20, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/spp/a/9C3XWBrhvPKxgcJBNRWG6vS/?format=pdf&lang=pt>.
 20. De Souza Filgueira, André Luiz. Racismo ambiental, cidadania e biopolítica: considerações gerais em torno de espacialidades racializadas. *Ateliê Geográfico*, v. 15, n. 2, p. 186-201, 2021.
 21. Du Bois, William. E. B. *As Almas do Povo Negro* São Paulo: Veneta.2021.
 22. Engels, Friedrich e Marx, Karl. Manifesto do Partido Comunista. Publicado originalmente em 1848. RJ: Vozes, 1990, p. 66.
 23. Fanon, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas* Salvador: Edufba. 2008.
 24. Feagin, J. (1972). Poverty: We Still Believe that God Helps them who Help Themselves. *Psychology Today*, 6, 101 -129.
 25. Germani, Gino, *Sociologia de la modernization*, Buenos Aires, 1970
 26. Guerra, Alexandre; Pochmann, Márcio; SILVA, Ronnie (Orgs.). *Atlas da Exclusão Social no Brasil: Dez anos depois*. São Paulo: Cortez Editora, 2015. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=VdeaCgAAQBAJ&oi=fnd&pg=PA3&dq=+atlas+da+exclus%C3%A3o+social+no+brasil&ots=7ezpdHv9ry&sig=srtoqPFoDfVhY47QqKpSS62nlnY#v=onepage&q=atlas%20da%20exclus%C3%A3o%20social%20no%20brasil&f=false>.
 27. Girardi, Gisele. Leitura de mitos em mapas. *Geografares*. Vitória, n. 1, v. 1, p.

- 41-50, jun. 2000. Disponível em: <<https://www.periodicos.ufes.br/geografares/article/view/1162/874>>.
28. Girardi, Gisele. MODOS DE LER MAPAS E SUAS POLÍTICAS ESPACIAIS. Espaço e Cultura, [S. l.], n. 36, p. 85–110, 2015. DOI: 10.12957/espacoecultura.2014.19960. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/espacoecultura/article/view/19960>.
29. Girardi, E. P. Atlas da questão agrária brasileira. Tese (Doutorado em Geografia). FCT/UNESP: Presidente Prudente, 2008.
30. Goldani, Ana Maria (1994). As famílias brasileiras têm mudanças e perspectivas. Cad. Pesq. (91), 7-22. Disponível em: [http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext & pid=S0100-15741994000400001](http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15741994000400001)
31. Gonzalez, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. Revista Ciências Sociais Hoje, p. 223-244, 1984.
32. Human Development Report. New York: United Nations Development Program, 1994. 230 p.
33. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Base de informações por setor censitário: censo demográfico 2000: resultados do universo.
34. Januzzi, Paulo de Martino. Indicadores sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações. 3. ed. Campinas: Alínea, 2004.
35. Jaramillo-Molina, M. (2015). “Que le chinguen más.” Individualismo y representaciones de pobreza y justicia social. Paradigmas 1(1), 1-16.
36. Koga, Dirce. Medidas de cidades: entre territórios de vida e territórios vividos. São Paulo: Cortez, 2003.
37. Leme, Carolina; Biderman, Ciro. Um Mapa das Desigualdades no Estado de São Paulo. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1997. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Ciro-Biderman/publication/263926923_Um_Mapas_Das_Desigualdades_no_Estado_de_Sao_Paulo/links/0deec53c5727f48c12000000/Um-Mapa-das-Desigualdades-no-Estado-de-Sao-Paulo.pdf>
38. Lindo, Paula Vanessa de Faria. Geografia e política da assistência social: Territórios, escalas e representações cartográficas para políticas públicas. 2010. 207f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente: [s.n.],

2010. Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/handle/11449/96784>>.
39. Martinuci, Oséias da Silva. A compreensão geográfica dos eventos em saúde no território brasileiro e a análise cartográfica dos equipamentos de imagem-diagnóstico de alta complexidade. Tese (Doutorado em Geografia). FCT/UNESP: Presidente Prudente, 2013.
40. Martinuci, Oséias da Silva. Da cartografia à coremática: representações espaciais para uma espacialidade mutante. *Mercator*, Fortaleza, v. 8, n. 17, set./dez. 2009, p. 193-207.
41. Martinuci, Oséias da Silva. Circuitos e modelos da a desigualdade social intra-urbana. Dissertação (Mestrado em Geografia). FCT/UNESP: Presidente Prudente, 2008.
42. Martinuci, Oséias da Silva. *Geografia, semiologia gráfica e coremática*. *Mercator: Revista de Geografia da UFC*, v. 15, n.3, p. 37-52, 2016.. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mercator/a/wHZjLYB5kQhSSkM4zjJxtLD/?format=pdf&lang=pt>.
43. Martins, José de Souza. Exclusão social e a nova desigualdade. São Paulo: Paulus, 1997.
44. Massey, Doreen. Pelo espaço: uma nova política da espacialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.
45. Maricato, Ermínia. Metrópole, legislação e desigualdade. *Estudos avançados*, v. 17, n. 48, p.151-167, 2003.
46. Robaina, Igor Martins Medeiros; Andrés Lopez, G.; Hugo Soria Cáceres, C. A segregação socioespacial no pensamento geográfico: tendências e perspectivas, rupturas e desafios: . *Ateliê Geográfico, Goiânia*, v. 17, n. 1, p. 87–111, 2023. DOI: 10.5216/ag.v17i1.74750. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/atelie/article/view/74750>.
47. Mattos, Rossana Ferreira da Silva. *Desigualdade socioespacial e violência urbana: a região metropolitana de Vitória*. 2008. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) — Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/3990/1/Rossana%20Ferreira%20da%20Silva%20Mattos.pdf>

48. Mendonça, E. M. S.; Freitas, J. F. B.; Campos, M. M.; Prado, M. M.; Almeida, R. H. Cidade prospectiva: o projeto de Saturnino de Brito para Vitória. Vitória: Edufes, 2009
49. Nascimento, E.; Matias L. F. Mapeamento da exclusão/inclusão social no espaço intra-urbano com dados censitários: experiência a partir da cidade de Ponta Grossa (PR) - Doi: <http://dx.doi.org/10.5212/TerraPlural.v.2i1.087102>. Terr@ Plural, [S. l.], v. 2, n. 1, p. 87–102, 2010. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/tp/article/view/1165>.
50. Negri, Silvio Moisés. *Segregação sócio-espacial: alguns conceitos e análises*. Coletâneas: Revista Eletrônica de Ciências Sociais, v. 1, n. 2, 2020. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/coletaneas/article/view/108>
51. Perazzolo, Olga Araujo. Pereira, Siloe (2008). Família estendida: teorizando sobre sua importância no desenvolvimento da família nuclear. INFAD Revista de Psicologia, 1 (4), 523-530. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3498/349832319056.pdf>.
52. Pochamann, Marcio; Amorin, Ricardo (Orgs.). Atlas da exclusão social no Brasil. São Paulo: Cortez, 2002.
53. Reolon Cleverson Alexander; DE SOUZA, Valmir. A teoria dos dois circuitos da economia urbana de Milton Santos: subsídios para uma discussão. Formação (Online), v. 2, n. 12, 2005. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/article/view/1144>.
54. Rolim, Taísa. Riqueza, Desigualdade e Pobreza no Brasil: O caso da região centro-oeste brasileira. Universidade Federal do Amazonas, 2020. Disponível em: https://riu.ufam.edu.br/bitstream/prefix/6454/7/TCC_TaisaRolim.pdf.
55. Ribeiro, Ana Clara Torres. Homens lentos, opacidades e rugosidades. Redobra, Salvador, n. 9, p. 58-71, 2012.
56. Sawaia, Bader Burihan. Introdução: exclusão ou inclusão perversa?. In: _____ (Org.) As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2006. p. 7-13.
57. Santos Melazzo, E. Notas sobre um grupo de pesquisas - O centro de

- estudos e mapeamento da exclusão social para políticas públicas - CEMESPP. Caderno Prudentino de Geografia, [S. l.], v. 2, n. 41, p. 133–140, 2019. Disponível em: <<https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/6410>>.
58. Santos, Milton. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. 4 ed. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2006. 380 p.
59. Santos, Milton. Metamorfoses do espaço habitado, fundamentos teóricos e metodológicos da geografia. Hucitec. São Paulo. 1988.
60. Santos, Milton. O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana nos países subdesenvolvidos. Edusp. São Paulo, 2004 [1979].
61. SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI. cap. I a IV., 9° ed. Record, 2006
62. Santos, Simone.; Barcellos, Christovam. Abordagens espaciais na saúde pública. Brasília: Ministério da Saúde, 136 p. 2006.
63. Saquet, Marcos Aurelio; DA SILVA, Sueli Santos. Milton Santos: concepções de geografia, espaço e território. Geo Uerj, v. 2, n. 18, p. 24-42, 2008. Disponível em:< <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/viewFile/1389/1179> >.
64. Scott, Ana Silvia Volpi (2012). População e família no Brasil contemporâneo: muitas mudanças e algumas reflexões. Revista Brasileira de Estudos de População, (29), 3-5. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbepop/a/xxJb3vf7ydpDTTKsNCnDRtF>
65. Silveira, María Laura. Los territorios corporativos de la globalización. Geograficando, v. 3, 2007. Disponível em: < <http://sedici.unlp.edu.ar/handle/10915/13941> > .
66. Silveira, Maria Laura. Crises e paradoxos da cidade contemporânea: os Circuitos da Economia Urbana. Texto apresentado no X Simpósio Nacional de Geografia Urbana, Florianópolis, 2007.
67. Smith, Neil. Geography, Difference and the Politics of Scale. In: Doherty J., Graham E., Malek M. (eds) Postmodernism and the Social Sciences. Palgrave Macmillan, London, 1992. https://doi.org/10.1007/978-1-349-22183-7_4.
68. Smith, N. Desenvolvimento desigual: natureza, capital e a produção do

- espaço. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.
69. Singer, Paul. Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2003.
70. Sposati, Aldaíza (Coord.). Mapa da exclusão/ inclusão social da cidade de São Paulo. São Paulo: EDUC, 1996.
71. Vieira, Alexandre Bergamin. Mapeamento da exclusão social em cidades médias: interfaces da geografia econômica com a geografia política. 2009. 206 f. +. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2009.
72. Villaça, Flávio. Espaço Intra-Urbano no Brasil. São Paulo: Nobel. 1998.
73. Vilchies Carrillo, D. Cristianismo y pobreza: una aproximación teórico-metodológica. Revista Cultura y Religión, v. 17, p. 1-25, 25 ago. 2023.
74. Xiberras, Martine. As teorias da exclusão: para uma construção do imaginário do desvio. Lisboa: Instituto Piaget, 1996.
75. Lefvbre, Henri. La production de l'espace. 2ème éditions. Anthropos, Paris: 1974.
76. Lemos, José de Jesus Sousa. Mapa da exclusão social no Brasil: radiografia de um país assimetricamente pobre. 3. ed. rev. e atual. Fortaleza, Banco do Nordeste do Brasil, 2012. E-book. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/69376>. Acesso em: 22 nov. 2022.
77. Vieira, A. B.; Melazzo E. S. Introdução ao conceito de segregação socioespacial. Formação (Online), [S. l.], v. 1, n. 10, 2012. DOI: 10.33081/formacao.v1i10.1118. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/article/view/1118>.
78. Zanutelli, C. L. A migração para o litoral: o caso dos trabalhadores da companhia siderúrgica de tubarão (CST)*. Geografares, v. 1, n. 1, p. 29–40, jun. 2000.